

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Luiz Carlos Cagliari: A necessidade de compreender a história da linguagem

PÁGINA 12 | Marcos Bagno: Quando a língua se transforma em objeto de manipulação ideológica e controle social

PÁGINA 14 | Carlos Faraco: Os livros didáticos e a necessidade de ampliar a experiência do letramento

PÁGINA 16 | Cátia Fronza: Os livros didáticos não têm que esgotar os assuntos estudados

PÁGINA 18 | Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado: Um questionamento sobre as normas popular e culta

PÁGINA 21 | Adriano Naves de Brito: O esgotamento da filosofia analítica

PÁGINA 23 | Alfredo Culleton: “A verdade é uma formulação de linguagem”

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 26 | Catherine Goldenstein: Paul Ricoeur e o desejo de viver

» Coluna do Cepos

PÁGINA 30 | Bruno Lima Rocha: A direita financeira midiática e os limites da democracia

» Teologia Pública

PÁGINA 33 | Andrea Grillo: Por uma *Ecclesia* verdadeiramente *Universa*

PÁGINA 39 | Thomas Reese: Liturgia e pedofilia: as novas e velhas feridas abertas da Igreja

PÁGINA 42 | Erico Hammes: A “reforma da Reforma” litúrgica: “Onde ficam os outros 1.500 anos de cristianismos?”

PÁGINA 45 | Luís Carlos Susin: Simplicidade, funcionalidade, sobriedade, participação: por uma liturgia do século XXI

» Destaques On-Line

PÁGINA 49 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

» IHU Repórter

PÁGINA 54 | Cinara Pierotto



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

A necessidade de compreender a história da linguagem

Ao analisarmos os históricos da língua portuguesa em diferentes contextos, percebemos que o idioma não é um conjunto “rígido e imutável de regras, mas uma somatória de sistemas linguísticos”, diz Luiz Carlos Cagliari

POR ANELISE ZANONI, ISAQUE CORREA E PATRICIA FACHIN

Primero, o país registrava um número crescente de escolas e alunos sem livros e professores sem material didático. Depois, com investimento alto, o governo passou a mudar o cenário da educação, mas faltou discutir a história da linguagem oral e os reflexos disso na escrita.

Com essa provocação, Luiz Carlos Cagliari, doutor em Linguística, reflete sobre importantes questões que envolvem o ensino e o aprendizado da língua portuguesa nas escolas. De acordo com o especialista, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, compreender a história da linguagem significa discutir a oralidade e a escrita.

“Ao fazer isto, constatamos, como sempre aconteceu na história de todos os povos e de todas as línguas, que uma língua não é um conjunto rígido e imutável de regras, mas uma somatória de sistemas linguísticos”, diz.

Com escolas tendo grandes contingentes de alunos provenientes de classes menos favorecidas, nas quais a linguagem oral apresenta diferenças notáveis com relação à variedade culta, o problema da variação na fala dos alunos ficou mais evidente e passou a exigir um tempo maior de aprendizado da norma culta, afirma o entrevistado. Para ele essa é uma das justificativas para a interpretação errônea de que a escola “afrouxou”, deixou de cuidar da norma culta.

Professor adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Araraquara, o linguista Luiz Carlos Cagliari é doutor pela Universidade de Edimburgo, na Escócia, e pós-doutor pelas universidades de Londres e Oxford. Ele é professor titular da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que avaliação o senhor faz do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011 e dos livros distribuídos pelo MEC? Eles defendem o uso da linguagem oral sobre a linguagem escrita?

Luiz Carlos Cagliari - Duas questões na pergunta. A primeira questão: (PNLD), como muitas questões de política educacional e de pedagogia, é boa em tese. Seu real valor vai depender de como será tratada na prática. Pelo que eu saiba, há alguns problemas com relação ao PNLD, mas há também algumas vantagens. Com relação aos problemas, a questão mais séria diz respeito a quem faz esses livros didáticos, quem os publica e como são distribuídos. Em grande parte, predominam interesses e competências econômicas, ficando

de lado competências técnicas e investimentos educacionais mais bem dirigidos pelo MEC. Quem tem mais e melhores conhecimentos científicos não costuma fazer livros didáticos. Por outro lado, os que o fazem nem sempre conseguem ter todas as informações necessárias para realizar a tarefa proposta. Pessoalmente, eu acho os livros didáticos do Brasil (todas as séries) muito ruins. Trazem informações pouco relevantes, informações erradas e, principalmente, não trazem muitas informações necessárias. Como essa questão é muito abrangente, não posso discutir detalhes aqui (veja, por exemplo, meu livro *Alfabetizando sem o Ba Be Bi Bo Bu*. São Paulo, Ed. Scipione, 1998).

Por outro lado, o PNLD despertou

no governo a necessidade de financiar livros didáticos para as escolas públicas. Antes, havia uma situação muito estranha: escolas sem livros, alunos sem livros, professores sem material didático. Certamente, é um investimento muito alto, dado o grande número de escolas públicas do país. E o governo assumiu o encargo. Se os resultados ainda não são os melhores, diria que é um bom começo.

A segunda parte da pergunta (a predominância da oralidade sobre a escrita), certamente, traz um equívoco. O MEC nunca defendeu o uso da linguagem oral sobre a linguagem escrita. Aqui já chegamos à linguística. Por outro lado, mesmo antigamente, a linguagem oral nunca foi desprezada pela escola e sempre foi, aos poucos,

dirigida para a variedade culta. Como havia muitas escolas com alunos oriundos de classes sociais mais privilegiadas, a fala dos alunos já estava mais próxima da variedade culta, facilitando a tarefa linguística escolar. Com escolas tendo grandes contingentes de alunos vindos de classes menos favorecidas, nas quais a linguagem oral apresenta diferenças notáveis com relação à variedade culta, o problema da variação na fala dos alunos ficou mais evidente e passou a exigir um tempo maior de aprendizado da norma culta. Isso foi interpretado erroneamente por muitos no sentido de que a escola afrouxou, deixou de cuidar da norma culta, que passou a usar qualquer variedade da língua em lugar da norma culta. Ignorância e preconceito.

Tanto a linguagem oral quanto a linguagem escrita tem suas variantes. Essas variantes servem tanto para definir uma norma culta (historicamente definida no tempo e no espaço), como para caracterizar todos os modos que a língua tem de falar e de escrever. Um literato é diferente de outro, não só no estilo de escrever, mas também no uso gramatical e lexical do que escreve. Alguns recheiam suas obras com termos e modos de falar que não pertencem à norma culta da linguagem escrita (cf. Guimarães Rosa¹), mas revelam falares estigmatizados na sociedade culta urbana. Isso faz parte da trama da

1 João Guimarães Rosa (1908-1967): escritor, médico e diplomata brasileiro. Como escritor, criou uma técnica de linguagem narrativa e descritiva pessoal. Sempre considerou as fontes vivas do falar erudito ou sertanejo, mas, sem reproduzi-las num realismo documental, reutilizou suas estruturas e vocábulos, estilizando-os e reinventando-os num discurso musical e eficaz de grande beleza plástica. Sua obra parte do regionalismo mineiro para o universalismo, oscilando entre o realismo épico e o mágico, integrando o natural, o místico, o fantástico e o infantil. Entre suas obras, citamos: *Sagarana*, *Corpo de baile*, *Grande sertão: veredas*, considerada uma das principais obras da literatura brasileira, *Primeiras estórias* (1962), *Tutaméia* (1967). A edição 178 da IHU On-Line, de 02-05-2006, dedicou ao autor a matéria de capa, sob o título "Sertão é do tamanho do mundo". 50 anos da obra de João Guimarães Rosa, disponível para download em <http://migre.me/qQX8>. De 25 de abril a 25-05-2006 o IHU promoveu o *Seminário Guimarães Rosa: 50 anos de Grande Sertão: Veredas*. Confira, ainda, a edição 275 da Revista IHU On-Line, de 29-09-2008, intitulada *Machado de Assis e Guimarães Rosa: intérpretes do Brasil*, disponível em <http://bit.ly/mBZOCe>. (Nota da IHU On-Line)

vida, da obra literária e dos usos que a linguagem permite ao usuário fazer nas mais diversas situações. Portanto, na escola, desde sempre, encontramos não apenas a norma culta, mas também outras manifestações da linguagem, tanto com relação à fala, quanto com relação à escrita. É uma questão de grau, de contexto e de uso.

As diretrizes do MEC têm sido cuidadosas no sentido de trazer para o curso pedagógico as ciências humanas, não apenas as ciências exatas. É muito comum ver as pessoas fazendo afirmações a respeito da linguagem e da escola, como se fossem grandes entendidos, quando, de fato, apenas dizem opiniões sem fundamento, sem conhecimento da realidade, simplesmente pelo fato de acharem que o que pensam é o que o

“Quando a fala é típica de uma comunidade ou grupo social, a gramática desse uso linguístico é reconhecida como adequada”

mundo é ou deva ser. Vivemos em uma época de ciência e de tecnologias, que exigem um grande comprometimento com a verdade, através de ações científicas controladas e precisas. (Nesta semana, vimos a mídia invadida por esse tipo de opinião de jornalistas conceituados, mas ignorantes com relação às ciências da linguagem - cf., por exemplo, o jornal *Folha de São Paulo* e outros).

O MEC não passou a defender a supremacia da fala sobre a escrita. Trata-se de uma interpretação equivocada, como mencionei acima. Porém, na escola, por razões óbvias de nossa cultura, ocorre uma porcentagem muito maior de atividades com a escrita do que com atividades orais. O pouco a mais de estudo da fala, que se conseguiu introduzir na escola, bastou para gerar uma alvoroço sem sentido.

IHU On-Line - Quais os avanços e li-

mites do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011 como instrumento de apoio ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa? É possível falar em linguagem adequada e inadequada?

Luiz Carlos Cagliari - A política do PNLD tem de favorecer a melhoria do ensino. Infelizmente, ainda estamos longe disso. Mas, é um bom começo, como disse acima. Também vou voltar a falar sobre se há uma linguagem adequada ou não, logo adiante.

A linguística moderna não tem dúvida alguma de que haja linguagem adequada e inadequada, coisas certas e coisas erradas, coisas diferentes se contrapondo às noções de certo e de errado. Portanto, há várias questões em jogo. Qualquer falante nativo de qualquer língua aprende uma variedade de sua língua e fala corretamente essa variedade para expressar tudo o que quiser e para entender o que ouve. Em casos de dificuldades, todas as línguas têm expressões que permitem fazer perguntas e obter respostas para que a comunicação fique esclarecida. Portanto, todo falante nativo faz um uso adequado da sua língua. Além disso, ele tem consciência do que é aceitável e do que não o é, ou seja, do contraste entre o que é adequado e o que não é adequado. Se alguém falar *propreluzilmente*, o ouvinte desconfiará que se trata de um advérbio terminado em -mente, mas não reconhecerá o sentido da palavra porque ela não existe em português. Se alguém disser *xicara* para *panela de pressão*, embora o ouvinte reconheça as palavras, saberá que foram usadas erradamente, e assim por diante.

Quando a fala é típica de uma comunidade ou grupo social, a gramática desse uso linguístico é reconhecida como adequada. Mas, se uma variedade estigmatizada pela sociedade for usada em um ambiente hostil a essa variedade, o uso daquela variedade nesse ambiente é inadequado. Uma pessoa que pretende ser gerente de uma grande firma, não poderá falar *nóis compremu os café...* não porque esse modo de falar tem uma gramática errada, mas porque o uso desse modelo naquele ambiente é inadequado

e isso por razões sociais e não linguísticas. Considerações dessa natureza mostram a necessidade de se ensinar sociolinguística aos alunos como forma de conscientizá-los nos usos da linguagem e favorecer a promoção social de muitos com um uso adequado da linguagem.

IHU On-Line - Como fica o aprendizado da norma culta a partir dessa concepção de que é importante considerar a linguagem falada como correta? Em sua opinião, de que maneira os livros didáticos devem lidar/estudar/considerar a norma popular?

Luiz Carlos Cagliari - Volto a estranhar a formulação da pergunta. Ela pressupõe que somente a escrita é correta e que a fala é sempre errada. Vamos começar, de novo, considerando o que é certo, o que é errado e o que é diferente nos usos da linguagem. Se a linguagem é expressão da racionalidade, a qual nos distingue dos demais animais..., negar ao ser humano (seja ele quem for) o uso dessa racionalidade (sua linguagem) é negar a ele o caráter humano. O fato de alguém achar que um falante nativo de uma língua fala errado significa exatamente isto: tirar dele o uso da racionalidade. Deste princípio, surgem todas as formas de preconceito e de estigma linguísticos. Primeiro se nega o indivíduo, depois, procura-se uma razão para justificar essa negação. Aí, então, entra a questão do diferente. A sociedade acha que umas pessoas são melhores do que outras por causa de suas realizações culturais, artísticas, comerciais, industriais, econômicas, militares, bélicas, etc. Com essa justificativa, estendem a diferença para aspectos que não comportam tal comparação, como discriminar quem fala diferentemente deles. Já que são “mal sucedidos” (sic), devem ser também ignorantes, incompetentes, falantes sem juízo, sem correção, etc. Ninguém fala errado porque é pobre, ninguém fala certo porque é rico. Provavelmente, vão falar de modos diferentes. Se um dia o pobre ficar rico e este ficar pobre, os valores linguísticos da norma culta vão se inverter. Foi isso o que aconteceu na passagem do latim para as línguas românicas, incluindo

o português. O povo pobre que falava o latim vulgar passou a dominar o Império Romano, o qual sumiu com sua antiga nobreza, e as novas gerações (e nações) assumiram uma variedade da língua do povo (latim vulgar), gerando as línguas românicas. Portanto, a norma culta do português, do francês, do italiano, do espanhol, etc. nada mais é do que uma fala que, um dia, foi estigmatizada pelos nobres romanos. Enquanto a língua falada se transformava, a língua escrita se mantinha: não fazia sentido escrever em latim vulgar (ou romanço), mas em latim clássico, mesmo que isso trouxesse dificuldades para muitas pessoas. Somente quando surgiram escritores famosos (Dante, Camões, etc.), usando aquelas línguas derivadas do latim com grande enge-

“Uma língua não é um conjunto rígido e imutável de regras, mas uma somatória de sistemas linguísticos”

nho e arte, deixou-se de escrever latim e passou-se a escrever nas línguas vernáculas. É muito curioso notar que até hoje ainda há gente que acha que se deve escrever à moda do latim, que sem o latim, não se aprende português direito... e por aí vai a ignorância e o preconceito.

Escola

A escola precisa discutir a história da língua também. Isso implica em discutir a linguagem oral e escrita que a língua teve e tem. Ao fazer isto, constatamos, como sempre aconteceu na história de todos os povos e de todas as línguas, que uma língua não é um conjunto rígido e imutável de regras, mas uma somatória de sistemas linguísticos. Cada um desses sistemas tem suas regras, porque não há nada em nenhuma variedade da língua que não seja dependente de regras (isto é, a gramática de cada dialeto ou varie-

dade). Não existe apenas a gramática da norma culta (seja fala ou escrita). Quando comparamos línguas diferentes, percebemos que as construções gramaticais variam de modo próprio a cada língua. Se, em inglês, algum diz (ou escreve) *thes goods boys works* (?), fazendo com que todos os elementos mostrem uma “concordância gramatical”, o resultado será uma aberração, porque, em Inglês, as regras são diferentes: *the good boys work*. Em português, a regra é exatamente aquela rejeitada pela gramática da língua inglesa: *os bons meninos trabalham*. Os falantes de inglês, que dizem *the good boys work* são preguiçosos? São incapazes de fazer concordância? O que se espera dele? Espera-se que eles falem de acordo com a gramática de sua língua. Com relação ao português, alguém que diz *os bom menino trabalha*, fala assim porque segue a gramática de sua variedade de português: há regras muito precisas para essa construção gramatical. Para essa gramática, dizer *os bons meninos trabalham* ou *o bom meninos trabalha* está errado, é contra as regras de uso daquela variedade. Esses falantes não falam assim porque são burros ou preguiçosos. Nem os que falam *os bons meninos trabalham* revelam grau superior de inteligência, de dedicação e de atenção à gramática: eles falam assim, porque aprenderam e o esforço e a inteligência não têm nada a ver com a construção gramatical.

As considerações acima já deixam clara a resposta à segunda questão formulada: como “os livros didáticos devem lidar/estudar/considerar a norma popular?”. O exposto acima já caracterizou o certo, o errado, o diferente, a língua falada e a língua escrita. Falta, agora, falar de como esses conceitos e fatos entram na programação escolar ou nos livros didáticos. No currículo escolar, temos nove anos de ensino fundamental, três de ensino médio e três ou quatro de ensino superior (por exemplo, em Cursos de Letras) - uns 15 anos de estudo. Como dividir o conhecimento que a escola precisa passar aos alunos em 15 anos? Com relação à Língua Portuguesa, será somente gramática normativa e literatura (com conteúdo indefinido)? Quan-

do vejo alguns tipos de comentários sobre linguagem, percebo que os 12 ou 15 anos não foram suficientes para que certas pessoas demonstrem que conhecem, de fato, como funciona a linguagem oral e a linguagem escrita. As ignorâncias e os preconceitos emergem com facilidade e em todos os lugares. Isso na mídia é uma praga. Para que isso não aconteça, seria preciso rever os conteúdos ensinados. Seria preciso que os professores de português fossem cientistas da linguagem, assim como um médico o é da medicina, um engenheiro elétrico o é da engenharia elétrica, etc. Se não fizermos assim, estaremos ainda na concepção de ciência da Antiguidade. Um químico não quer ser um alquimista, mas uma cientista. Um linguista não quer mais ser um gramático à moda antiga, mas um cientista da linguagem. Definido a partir da linguística moderna o conteúdo programático de ensino de português, em bases científicas, passa-se a ter o problema da implementação desse conteúdo. Aqui, a questão passa a ser pedagógica e não mais linguística.

Em 12 anos, dá perfeitamente para cobrir de modo adequado todas as áreas da linguística: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica (e suas variantes), pragmática, análise do discurso, psicolinguística, sociolinguística, etc. Além disto, conteúdos como: história das línguas, história do português, sistemas de escrita, ortografia (teoria e prática), línguas indígenas brasileiras, etc... também deveriam entrar na grade curricular. Onde está a “norma popular” e a norma culta? As variedades da língua e suas interpretações socioculturais e históricas estão em todos esses conteúdos. Então, temos que discutir como esses conteúdos se encaixam nas diferentes séries, por exemplo, no processo de alfabetização (ou ensino fundamental).

No início da alfabetização, salvo raríssimas exceções, o professor vai encontrar uma classe linguisticamente heterogênea, ou seja, com alunos que usam a língua portuguesa com diferenças entre eles. Não raramente, um alfabetizador precisará enfrentar classes que, mesmo não sendo tão heterogênea, reúnem alunos que falam variedades bem diferentes da norma

culta. Em certas comunidades do interior paulista, por exemplo, dizem, *nóis fumu comprá os livro i num incontro-mu*. Em certas comunidades de Sergipe dizem *o prefeitxu é muitxu doidju*. Coisas semelhantes vamos encontrar pelo país afora. Hoje, o mais comum são classes “urbanas” de alunos que já aprenderam muita coisa da fala culta, por causa da pressão da sociedade urbana e por influência dos meios de comunicação (tv, etc.). Portanto, o problema tem graus diferentes de dificuldade para o professor levar todos os alunos a se tornarem usuários da norma culta. Ninguém aprende uma língua nova da noite para o dia, sobretudo, no ambiente escolar. Para quem não é falante da norma culta, chegar a ela é como aprender uma língua nova. Por outro lado, como o processo é demorado e a escola precisa fazer algumas coisas, como aprender a ler

“Ser professor no Brasil não é nada fácil e ser professor alfabetizador é um milagre”

e a escrever, como instrumentos básicos para os estudos da linguagem e de outras matérias, o professor precisa necessariamente explicar aos alunos o que acontece na sociedade, quando algumas pessoas falam de um jeito e outras pessoas falam de outro jeito, assim como um país fala de um jeito e outros países falam de outros jeitos. Por essa razão, explicar a variação linguística é uma das primeiras atividades de um professor alfabetizador. Ao mostrar a variação, o professor mostra as diferenças. Diferenças não são erros, são apenas diferenças. Um erro linguístico, por exemplo, seria chamar o animal *cachorro* de *estátua* ou dizer *murdilcopa* para *formiga*, ou *dizer o livros...* *nóis fumos*, etc. São erros porque ninguém fala assim, em nenhuma variedade linguística da língua portuguesa. Explicando a variação, o professor pode contar a história da língua, deixando claro como a língua

portuguesa evoluiu desde seu começo até hoje, passando por muitas transformações, por muitas normas cultas. Antigamente, se dizia *a despois*, hoje, preferimos dizer *depois*; antigamente se dizia *vossa mercê*, hoje, dizemos *você*, e tem gente que diz *ocê* e até *cê*. Antigamente, se falava *diga-me seu nome*, hoje, falamos *me diga seu nome*; antigamente, se dizia *cadeira, ouro, rapaz, dia*; hoje, dizemos *cadeira, oro, rapaiz, djia*. Tiramos o I de algumas palavras e colocamos em outras... A mudança é fruto da diferenciação no uso da linguagem e não de qualquer déficit mental ou psicológico dos falantes. Por outro lado, algumas mudanças não incomodam, como falar *djia* ou *dia*, dizer *cadera* ou *cadeira*. Outras mudanças incomodam, não porque são erros linguísticos, mas porque quem usa essas variedades é visto pela sociedade como pessoa pobre, ignorante, sem cultura (tradicionalmente aceita pelos intelectuais), ocupando um lugar inferior nos níveis socioculturais da sociedade. O preconceito visa à pessoa em primeiro lugar e, depois, arranja motivos para se justificar.

Explicando coisas desse tipo, o professor pode deixar seus alunos alfabetizando usar a linguagem que trazem de casa para a escola, escrever com “erros de ortografia”, ler em seus dialetos, como forma de respeito por eles. Ao mesmo tempo, vai conscientizando-os de que, vieram à escola para aprender o que não sabem, ou seja, a norma culta falada e escrita. Portanto, quanto antes aprenderem a falar a norma culta e a escrever com correção gramatical e ortográfica, melhor para todos. Compreendendo essas colocações, o professor e os alunos podem trabalhar tranquilamente, conscientemente dos objetivos e com rapidez. Por outro lado, sem essas explicações e atitudes, o ensino fica deformado, complicado, não progride e causa grandes frustrações nos alunos, nos professores, nos pais e até naquelas pessoas que nunca entenderam como devem ser as coisas.

Obviamente, a história da língua irá ser tratada em séries mais adiantadas, assim como outros conteúdos, incluindo aí uma discussão mais ampla da variação linguística, podendo mesmo

se servir da grande história de nossa literatura para ver como a variação de fala e de escrita aparece nessas obras. Apesar de complexa, essa questão permite inúmeras atividades interessantes, cientificamente apoiadas, no ensino da língua. Além disso, permite discussões necessárias de respeito às pessoas, de combate ao preconceito, da necessidade de se levar mais ciência para a escola, deixando de lado superstições pedagógicas.

IHU On-Line - Dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs para a Língua Portuguesa que seu ensino deve melhorar a competência dos usuários do idioma e expandir seus usos por parte das pessoas. Isso faz com que a linguagem popular deva ser inserida nos livros didáticos como variação a ser estudada?

Luiz Carlos Cagliari - Não considero os PCNs uma boa solução, porque deixou de lado muita coisa que não podia. No entanto, no que trazem, apoiados por alguns linguistas que o redigiram, o texto é bom. Os PCNs falam do estudo “da língua” e não apenas “da escrita” (nem exclusivamente da norma culta). Se a recomendação é estudar a “língua”, o estudo da variação linguística se encaixa aí necessariamente. Os estudos da variação alavancam os estudos das preferências linguísticas no tempo, no espaço e na sociedade. As preferências linguísticas vão em direção à norma culta falada e escrita, acrescida de um todo estilístico, exigido ou desejado de acordo com diferentes gêneros discursivos. Assim, selecionam-se e se expandem os usos da linguagem oral e escrita através das atividades escolares, graduando-as desde as primeiras séries até a pós-graduação.

A questão da inserção da variação linguística em livros didáticos, obviamente, deve prever um programa que abranja todas as séries, cada qual com seus conteúdos específicos e com a dosagem correta do que se ensina e do que se espera que os alunos assimilem. Como muitos autores de livros didáticos não têm uma boa formação linguística e vivem com seus equívocos e falta de conhecimento científico a respeito da linguagem oral e escrita, o

que colocam em seus livros pode trazer mais dano do que benefício para os estudos da linguagem. A desculpa de que a linguística é muito difícil, confusa ou até mesmo irresponsável no ensino (porque equivocadamente acham e dizem que para a linguística não existe erro de linguagem e que vale tudo...) traz de volta a velha discussão: vamos ensinar que é o Sol que gira ao redor da Terra, porque isso nos parece mais óbvio e cômodo, olhando o universo, ou vamos ensinar astronomia moderna? O ensino não precisa deturpar a verdade científica para facilitar a tarefa do professor, nem complicá-la excessivamente. Cabe ao professor, como profissional competente e bem

“Muito raramente, a forma escrita influencia a fala, mas a fala está sempre influenciando a escrita e esta precisa se fechar para não introduzir variação na forma escrita das palavras”

preparado saber como ensinar coisas fáceis, difíceis, não óbvias, etc. Pode-se ensinar a estrutura atômica a uma criança, sem fórmulas e gráficos científicos, como fazem alguns museus de ciências pelo mundo, simplesmente, através de figuras, de documentários e de uma boa conversa, porque as crianças gostam de uma boa conversa na escola e fora dela.

IHU On-Line - O senhor declarou recentemente que “a linguística moderna substituiu o antigo ensino da gramática normativa, não desprezando a norma culta, mas mostrando que as línguas evoluem e mudam com o tempo e geram diferentes normas ou variantes linguísticas”. O que isso significa em termos práticos

em relação ao uso e escrita da língua portuguesa? Vai se admitir a pronúncia e a escrita de uma mesma palavra de formas diferentes?

Luiz Carlos Cagliari - A resposta a essa questão já deve ter ficado clara nas explicações anteriores. Vamos pegar um exemplo: um texto do português medieval (arcaico), um texto de cada século, tirado de bons escritores e compará-los. O que aconteceu? Nossos escritores de hoje não escrevem com os escritores de séculos passados. Não podemos fazer o mesmo com gravações da língua (porque antigamente não havia gravadores de som, de vídeo), mas a julgar pela história, sabemos que a fala sofreu modificações no tempo e o que temos hoje são muitos pontos diferentes de chegada, vindos de “um mesmo ponto de partida”. Nem tudo que já foi considerado norma culta tem, hoje, o mesmo status. Não é porque os gramáticos de plantão, defensores da língua (quixotesicamente, diga-se de passagem) querem segurar a língua como um monólito de museu, que o que, hoje, representa a norma culta permanecerá assim por toda a eternidade. O máximo que podemos ter é segmentar um tempo e um lugar da língua, descrevê-la em todos os seus aspectos e dizer para os livros de história da língua, como ela é ou foi nessas circunstâncias. Ninguém segura a evolução de uma língua, assim como ninguém segura a evolução (transformação) de uma sociedade. São fatos que estão fora do alcance dos indivíduos. Ao nascermos, mais do que nos apropriarmos de uma língua, é a língua que se apropria da gente, de acordo com nossa situação social, do nosso lugar no mundo, no nosso tempo.

A segunda parte da pergunta volta à questão didática. O que faz uma pessoa que aprendeu a falar o dialeto paulista e se muda para o Rio de Janeiro em definitivo, almejando arranjar emprego, se incluir na sociedade carioca? Aprende a falar como os cariocas, porque assim a vida lhe será mais fácil e agradável. Então, a escola vai ensinar os alunos a falar diferentes dialetos? Não, porque enquanto escola, não há essa necessidade, bastando chegar à variedade de prestígio do dialeto regional e à ortografia, oficial-

mente estabelecida. À medida que o aluno progride nos estudos, na escola, ele passa a usar apenas o dialeto de prestígio, a norma culta oral e escrita. Isso não o impede de usar sua variedade, diferente da norma culta escolar, em seu ambiente familiar e entre amigos, como uma forma de respeito pelas pessoas, para não ser o chato e o pedante intelectual do grupo. Isso não é tarefa da escola. A escola apenas explica esses fatos. A escola se esquece de coisas fundamentais, que estão na frente dos olhos, mas que não são percebidas. Por exemplo, hoje, ninguém lê Camões no dialeto de Camões, até porque não sabemos exatamente como ele falava. Quando lemos sozinhos, lemos no nosso dialeto. Eu leio no dialeto paulista, que é meu dialeto, não leio Jorge Amado² no dialeto baiano, nem Erico Veríssimo³ no dialeto gaúcho. E me sinto muito feliz. Posso também ler esses autores, seguindo o modelo da norma culta falada no estado de São Paulo. Vou fazer assim, necessariamente, quando for ler em público. Portanto, os alunos acabam tendo dois modos bem diferentes de lidar com a pronúncia de sua língua: um, quando leem para si e outro, quando leem, por exemplo, como atividade escolar. A variação linguística está aí, aos olhos e aos ouvidos de todos...

A outra parte dessa questão tem a ver com a escrita. Certamente, a preocupação da pergunta revela um desconhecimento básico do que vem a ser a ortografia. Todos os sistemas de

2 Jorge Amado (1912-2001): escritor baiano, nascido em Itabuna. Escreveu dezenas de livros, entre romances, novelas, literatura infanto-juvenil, poesia, contos, relatos autobiográficos, peças de teatro, guias de viagem e documentos políticos e de oratória. De suas obras, destacamos *Capitães da areia* (1936), *Gabriela Cravo e Canela* (1958), *Tenda dos Milagres* (1969) e *Tieta do Agreste* (1977), todas estas adaptadas para a televisão. (Nota da IHU On-Line)

3 Erico Veríssimo (1905-1975): escritor gaúcho, autor de dezenas de obras importantes, como *Ana Terra* (26. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987); *Um certo Capitão Rodrigo* (12. ed. Porto Alegre: Globo, 1985); *Tempo e o Vento* (44. ed. São Paulo: Globo, 2001) e *Incidente em Antares* (49. ed. São Paulo: Globo, 1997). Sobre ele, a IHU On-Line publicou a edição 154, de 05-09-2005 intitulada *Erico Veríssimo. Vida, obra e atualidade*, disponível em <http://bit.ly/aQ2PYL>. De 12 a 14 de setembro daquele ano aconteceu o Seminário Erico Veríssimo: vida, obra e atualidade. (Nota da IHU On-Line)

escrita do mundo só sobrevivem porque definem uma ortografia. Ao fazer isso, a ortografia define os valores fonéticos e semânticos. Para quem fala *caza*, *incontremu*, *acharu*, *lâmpida*, a letra A tem os sons de [a], [e], [u] e de [i]. Para quem fala *rapais*, *caxa*, a letra A tem o som de [ai] e as letras Al tem o som de [a]. Quem guia o valor das letras não é o princípio alfabético, segundo o qual uma letra representa um som e vice-versa, porque a ortografia mudou essa relação. Se a ortografia não fizesse isso, cada falante escreveria como fala e, na sociedade, uma palavra teria muitas formas de escrita. Para evitar isso, ou seja, para

“É ridículo o conteúdo de linguística que aparece nos livros didáticos, nos projetos de grandes e de pequenas empresas educacionais, nos documentos oficiais”

neutralizar a variação linguística da fala na escrita, a ortografia congelou a forma de escrita das palavras. Disso se conclui que a nossa escrita ortográfica não é fonética, não pretende ser. Como sistema de escrita, ela permite a leitura, deixando para o falante nativo a tarefa de interpretar os sons e os sentidos que as palavras têm e o significado geral e particular do enunciado. Escrever fora da ortografia é burrice e é desnecessário. Portanto, desde o começo, o professor vai escrever as palavras na forma ortográfica, porque ele sabe como se escreve ortograficamente. Os alunos, porque não sabem a ortografia, vão se arriscar, escrevendo segundo as hipóteses que formulam nas suas mentes de como aquilo que eles falam deve ser escrito. Se o aluno foi bem instruído nas questões de variação, saberá que, partindo de

sua fala, terá algumas dicas de como se escrevem as palavras, mas não a forma ortográfica de modo automático. Se ele fala *lâmpida*, irá escrever *lâmpada*. Quando ele vir a palavra *lâmpada* escrita, saberá que a professora ensina a dizer *lâmpada*, mas no seu dialeto se diz *lâmpida*. Quando vir escrito *dia* irá ler *djia* com o mesmo raciocínio. Nem na palavra *lâmpada*, nem na palavra *dia*, nem em nenhuma outra palavra escrita ortograficamente está registrada diretamente a pronúncia. Em alguns casos, a pronúncia está mais próxima, em outros casos, mais distante.

IHU On-Line - Com a adesão das novas tecnologias, os estudantes costumam abreviar palavras e simplificar a escrita. O senhor acredita que a língua portuguesa poderá ser reestruturada em função do uso da internet, por exemplo?

Luiz Carlos Cagliari - Alguns usuários da internet não escrevem as palavras seguindo rigidamente a ortografia da língua. Fazemos isso, não raramente, quando escrevemos notas para nós mesmos, sem a intenção de mostrar a outras pessoas. A internet tornou-se o lugar particular compartilhado pelo público, um lugar público de marcar individualidades, diferenças, estilos pessoais, idiosincrasias com relação aos costumes, em geral, incluindo a linguagem. O que se constata nessas escritas é o desejo de ser diferente, mas, no momento em que muitos escrevem “do mesmo jeito”, cria-se uma ortografia e o resultado é exatamente igual ao de qualquer ortografia. Há regras e limites: pode-se escrever “risadas” com *rsrsrs*, mas se alguém inventasse de escrever essa ideia com *apapap*, ninguém iria conseguir ler “risadas”. No primeiro caso, a nova escrita remete à velha forma “risadas”, mas o segundo caso é incompreensível. Então, temos uma outra coisa: a escrita da internet não pode fugir muito da ortografia tradicional da língua (ou das línguas). Na prática, funciona como uma “redução” ou “abreviatura”. Lemos *rsrsrs* como “risadas” do mesmo modo que lemos *Av.* como “Avenida”, etc.

Muito raramente, a forma escrita influencia a fala, mas a fala está sempre influenciando a escrita e esta precisa se fechar para não introduzir variação na forma escrita das palavras, o que em excesso seria catastrófico no uso social da escrita. Portanto, a escrita da internet dificilmente irá influenciar a linguagem oral. O uso da “ortografia da internet” é peculiar desse meio e, fora dele, seria desnecessário e estranho.

Por outro lado, a internet veio mostrar muitos problemas de variação linguística, não apenas em termos fonéticos e fonológicos, mas também morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos. A questão da variação escrita é, sem dúvida, a menor de todas essas. Através do uso da linguagem, de como se expressam, vemos na internet como as pessoas pensam, e isso é mais perigoso do que abrir a boca e falar ou fazer um redação padronizada. É um prato feito para a semântica cognitiva e para a psicologia, em geral, ficando apenas na questão linguística e comportamental desse fato.

IHU On-Line - Como o PNLD tem abordado/considerado a contribuição da linguística brasileira ao longo das últimas décadas?

Luiz Carlos Cagliari - Como esclareci de início, não conheço bem o PNLD para responder a essa questão de modo como se esperaria de uma pessoa especialista no assunto. Vou apenas fazer um comentário. A educação no Brasil, como costume dizer, é patética e é assim por vários motivos. Vou apenas dizer um deles: a partir da política equivocada de um ministro da educação que era economista e que somente sabia ver qualquer coisa em termos de estatística, o que era ruim ficou pior, o que era estranho ficou patético, na educação. Nunca, neste país, se estudou tanto em função apenas de provas, notas, avaliações e coisas semelhantes. Tudo gira em torno de avaliações federais, estaduais, municipais, de concursos, de vestibular, etc. (Não vou mencionar todos os nomes oficiais que temos.) Esse objetivo se justifica não pelo caráter científico que deveria ser o objetivo primeiro

da educação, mas para permitir fazer estatísticas. Avaliações são sempre necessárias, mas as estatísticas nem sempre revelam toda a verdade e podem até mascarar e trazer conclusões equivocadas. No caso da avaliação da educação no Brasil, as estatísticas tornaram a avaliação equivocada e a educação patética. Basta perguntar a um professor como anda sua classe, fulano ou sicrano que são seus alunos, e teremos uma resposta muito mais próxima da realidade, muito mais saudá-

“Um professor alfabetizador, que tem de trabalhar a todo instante com muitos problemas linguísticos, não é formado em cursos de Letras, com programas linguísticos, mas em faculdades de educação, onde raramente recebem uma formação linguística minimamente decente”

vel, mais honesta, e verdadeira. Isso, porém, não dá estatística.

A supervalorização das provas, das notas, dos testes, enfim, de tudo o que é feito com o objetivo de gerar estatística ou classificação de seleção, tem levado os autores de livros didáticos e de projetos educacionais (livros didáticos mais abrangentes através de apostilas e de livros) a se orientarem para essa finalidade. Então, quando pego o material de projetos curriculares, de ensino e de aprendizagem, de orientação para o professor, o que encontro são conteúdos selecionados

para esse fim e tratados de forma que o aluno aprenda a fazer testes e a passar nessas avaliações. A educação chegou ao ponto tão patético que um grupo de grandes recursos financeiros não se conformou de ter pegado o segundo melhor lugar no Enem e resolveu treinar um grupo selecionado de alunos para que eles consigam o primeiro lugar no Enem. E publicou isso em folha inteira de um grande jornal. Mais patético do que isto, impossível.

Com essa política e com esses objetivos, noto que muita informação importante que deveria aparecer nos currículos das escolas, em todas as séries, ficou de fora, porque não pertence àquele “conjunto de pontos de caem em provas”. Por outro lado, como as perguntas oriundas desse conjunto são sempre as mesmas, depois de alguns anos, as perguntas se repetem em sua grande maioria, às vezes, disfarçadas na redação. Muitos autores já perceberam isso e transformaram o currículo ideal de uma disciplina em um rol de questões, tratadas de modo a treinar o aluno na resposta. Isso irá garantir a eles um resultado no mínimo satisfatório nessas avaliações oficiais. No melhor dos mundos, um professor mais responsável ensinará tais conteúdos, como assunto sério, como forma de educação e de erudição, eventualmente, com alguma informação complementar.

Retornando à pergunta: é ridículo o conteúdo de linguística que aparece nos livros didáticos, nos projetos de grandes e de pequenas empresas educacionais, nos documentos oficiais. Voltando à situação patética da educação, só mais um comentário, porque a realidade é por demais conhecida: um professor alfabetizador, que tem de trabalhar a todo instante com muitos problemas linguísticos, não é formado em cursos de Letras, com programas linguísticos, mas em faculdades de educação, onde raramente recebem uma formação linguística minimamente decente. Vocês, inconformados com a tradicional decepção no processo de alfabetização do país, estão reclamando de quê? Ser professor no Brasil não é nada fácil e ser professor alfabetizador é um milagre.

Quando a língua se transforma em objeto de manipulação ideológica e controle social

Marcos Bagno, doutor em filologia e língua portuguesa, acredita que a discussão sobre as variações linguísticas dos livros do MEC refletem a falta de conhecimento da mídia

POR ANELISE ZANONI, ISAQUE CORREA, MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

Depois da discussão sobre o conteúdo dos livros didáticos oferecidos pelo governo, em que são apresentados supostos erros de português, o doutor em filologia e língua portuguesa Marcos Bagno é taxativo: a polêmica que envolve o assunto é falsa. Na opinião do especialista, que conversou por e-mail com a **IHU On-Line**, a mídia seria a grande responsável por criar o debate.

“Como a grande mídia é, em bloco, aliada dos grupos dominantes e, portanto, antipetista declarada, o episódio está servindo para se atacar o governo Dilma via MEC”, avalia.

De acordo com seus estudos e experiências, o fato de alguém pronunciar uma palavra de uma forma ou outra nada tem a ver com a constituição da linguagem, “mas sim com uma esfera diferente, que é a da normatização da língua, um fenômeno sociocultural em que a língua se transforma em objeto de manipulação ideológica e controle social”. Além disso, é importante destacar que a constituição do padrão sempre se pautou, tradicionalmente, pela linguagem literária.

Graduado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1991), Marcos Bagno é mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e professor-adjunto do departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília - UnB. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em tradução, sociolinguística e ensino. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor diz que há quinze anos os livros didáticos de língua portuguesa aprovados pelo MEC abordam o tema da variação linguística. Quais são, então, os motivos da polêmica em relação ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2011 e dos livros distribuídos pelo MEC? Vai se admitir a pronúncia e a escrita de uma mesma palavra de formas diferentes?

Marcos Bagno - A polêmica é, na verdade, uma falsa polêmica e se deve exclusivamente à ignorância por parte da grande mídia do que se faz em termos de educação linguística no Brasil. Apenas isso. Há também uma questão política: como a grande mídia é, em bloco, aliada dos grupos dominantes e, portanto, antipetista declarada, o episódio está servindo para se atacar o governo Dilma via MEC.

IHU On-Line - As crianças são ensinadas a escrever e a falar de acordo com a norma culta, considerada adequada. Como fica, a partir da “aceitação” da linguagem oral sobre a escrita, essa adequação no mercado de trabalho e nas escolas? Quais os limites disso para a constituição de um idioma padrão?

Marcos Bagno - Não existe nenhuma “admissão da linguagem oral sobre a escrita”. A língua falada e a língua escrita convivem lado a lado no ensino. Evidentemente, como a escrita é uma forma secundária de língua (já que todos os seres humanos falam, mas nem todos escrevem: já nascemos dotados de um aparelho fonador, mas ninguém nasce com um lápis pendurado no dedo), a escola se dedica mais à leitura e à escrita, porque essas atividades não pertencem ao cotidiano da grande

maioria dos alunos. A constituição do padrão sempre se pautou, tradicionalmente, pela linguagem literária. Por isso, a norma padrão é tão obsoleta e anacrônica: não se inspira na realidade dos usos, nem mesmo nos usos escritos da literatura contemporânea, mas numa literatura que data de mais de 200 anos.

IHU On-Line - Os conceitos de adequação e inadequação linguísticas estão sendo apropriadamente trabalhados nos livros didáticos? De que tratam esses conceitos?

Marcos Bagno - Os livros didáticos diferem muito entre si no tratamento dessas questões. Alguns fazem um trabalho mais satisfatório, outros menos satisfatório. De todo modo, adequação e inadequação têm a ver com o grau de aceitabilidade que cada pessoa espera

obter ao falar e ao escrever. Têm a ver com reconhecer as expectativas dos interlocutores/leitores em determinados contextos de interação e tentar atender (ou não) a essas expectativas. Para isso, é importante o conhecimento da noção de gênero textual, porque cada gênero é esperado em contextos específicos, com finalidades sociais específicas. Daí a importância de trabalhar, na escola, com os mais variados gêneros falados e escritos.

IHU On-Line - Na constituição da linguagem, é aceitável que uma pessoa escreva uma palavra do jeito que ela é pronunciada ou escreva uma frase com a concordância usada oralmente?

Marcos Bagno - A constituição da linguagem é um fenômeno extremamente complexo e sofisticado, que envolve a cognição humana, as interações sociais, a constituição das identidades particulares e comunitárias. O fato de alguém pronunciar assim ou assado ou de escrever uma frase do jeito A ou B nada tem a ver com a constituição da linguagem, mas sim com uma esfera diferente, que é a da normatização da língua, um fenômeno sociocultural em que a língua se transforma em objeto de manipulação ideológica e controle social.

IHU On-Line - Qual o sentido de dar tanta importância para uma convenção, que é o que as palavras são? No caso da palavra *ideia*, por exemplo, antes era inaceitável escrevê-la sem acento e hoje é admitido. Qual sua opinião sobre as convenções em torno do idioma?

Marcos Bagno - As convenções linguísticas estão no mesmo plano das demais convenções sociais. Da mesma forma como nós regulamos e normatizamos todas as esferas da vida social - do casamento ao modo de se vestir, da construção das casas à numeração dos sapatos etc. -, também o uso da língua, numa sociedade coesa, passa por regulações. No caso da escrita, ou mais restritamente, da ortografia, ela é unificada para que haja uma possibilidade de comunicação mais eficiente entre os milhões de falantes da língua. A ortografia, no entanto, não tem como regular a língua falada. Todos nós escrevemos “porta”, mas sabemos

que o segmento sonoro [r] dessa palavra é produzido foneticamente de diversas maneiras em diversos lugares diferentes. A ortografia pode ser uniformizada, mas a fala jamais.

IHU On-Line - Como a escola ensina a linguagem popular na sala de aula? É possível falar em linguagem adequada e inadequada?

Marcos Bagno - Não existe “ensino da linguagem popular na sala de aula”. O papel da escola é ensinar o que as pessoas não sabem. Não é preciso ensinar ninguém a falar do modo “popular”, porque todos já sabem falar assim. O importante, na escola, é ampliar o repertório linguístico dos aprendizes, oferecendo a eles o acesso a outros modos de falar e, principalmente, à cultura letrada.

IHU On-Line - Alguns críticos ao PNLD argumentam que os livros não devem conter erros gramaticais e linguísticos e que devem ser instrumentos para o aluno aprender a norma culta. Que ponderações faz a partir destas críticas?

Marcos Bagno - Esses críticos não merecem muita consideração porque não têm formação específica na área do ensino de língua para poder emitir opiniões abalizadas. Falam da boca para fora, por ter ouvido o galo cantar sem saber onde. Para começar, não existem “erros gramaticais e linguísticos”; essa é uma noção que não faz nenhum sentido para os pesquisadores e teóricos da área. A ideia de “erro” na língua é pura convenção social; não tem nada que ver com o funcionamento da língua propriamente dita. Além disso, o ensino dessa “norma culta” (que ninguém sabe definir o que seja) é parte integrante dos projetos educacionais desde sempre.

IHU On-Line - O senhor defende que se deve abandonar o mito da unidade do português no Brasil. Que alternativas aponta para resolver o “impasse” entre a linguagem escrita e a linguagem oral? Como, em um país heterogêneo como Brasil, deve-se discutir essa questão?

Marcos Bagno - Não existe impasse entre a língua falada e a língua escri-

ta. Acreditar que ele existe é resultado de uma concepção arcaica das relações entre fala e escrita, em que a escrita é considerada um bloco homogêneo e a fala, um universo caótico. Ora, a escrita é tão heterogênea quanto a fala, e a fala é tão estruturada e regular quanto a escrita. As duas modalidades se interpenetram o tempo todo: não existe texto escrito “puro”; toda manifestação escrita é fatalmente híbrida. E a fala também pode apresentar influxos da escrita, sobretudo entre falantes mais letrados e numa sociedade com forte domínio da escrita.

IHU On-Line - O senhor também argumenta em suas obras que as regras gramaticais do idioma consideradas certas são as utilizadas em Portugal e não correspondem à língua falada e escrita no Brasil. Tantos anos depois da colonização, porque o Brasil ainda adota as regras gramaticais de Portugal? É o caso de o Brasil construir suas próprias regras gramaticais?

Marcos Bagno - Passados 500 anos do início da colonização, o português europeu que foi levado para as diferentes colônias se transformou em outras línguas, exatamente como o latim levado para as províncias do império romano se transformou em várias línguas. O português brasileiro é uma língua muito aparentada ao português europeu, é claro, mas também é uma língua que tem sua própria gramática, sua fonologia, sua morfologia, sua sintaxe própria, etc. Já começamos a produzir gramáticas do português brasileiro que deixam de lado as regras tradicionais e tentam descrever como de fato é a nossa língua.

IHU On-Line - Quais são os mitos que envolvem o idioma português?

Marcos Bagno - São muitos: o mito de que o Brasil é um milagre linguístico por ser um país monolíngue (o que não é verdade: temos mais de 180 línguas faladas em nosso território), de que o português é uma das línguas mais difíceis do mundo, de que existe algum lugar (em geral o Maranhão) onde se fala melhor o português etc., etc. Tudo superstição. Nenhuma dessas afirmações tem sustentação científica.

Os livros didáticos e a necessidade de ampliar a experiência do letramento

É preciso oferecer aos estudos a chance de abrirem os horizontes em seu processo de aprendizado da linguagem, pondera Carlos Faraco. Enquanto seres de linguagem, o mundo ganha sentido semioticamente, e não há conhecimento fora das linguagens

POR PATRÍCIA FACHIN E MÁRCIA JUNGES

Analizando a recente polêmica sobre a escrita nos livros didáticos brasileiros, o linguista Carlos Faraco disse que a obra em questão está inteiramente voltada “para o estudo da língua padrão, seguindo o que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais. No trecho que motivou a polêmica, o livro está apresentando as regras da concordância verbal e nominal da língua padrão e compara estas regras com a forma como a concordância ocorre em variedades não padrão”. Para ele, os alunos precisam receber condições de “ampliar sua experiência de letramento. Importante dizer que a língua padrão vem com esse processo, não o precede. Os livros didáticos devem ensopar os alunos com uma abundância de textos vivos escritos no padrão”. Para Faraco, “não há conhecimento fora das linguagens”. Convenções como a ortografia facilitam o intercâmbio de conhecimento, por isso é importante que elas existam.

Carlos Alberto Faraco é graduado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, mestre em linguística pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutor na mesma área pela Universidade de Salford, Inglaterra, com a tese *The Imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical analysis*. É pós-doutor pela Universidade da Califórnia e professor emérito da Universidade Federal do Paraná - UFPR. De sua produção bibliográfica, citamos *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin* (São Paulo: Parábola, 2009), *Norma culta brasileira: desatando alguns nós* (São Paulo: Parábola Editorial, 2008) e *Português: língua e cultura* (Curitiba: Base Editora, 2004). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual seu ponto de vista sobre a polêmica entre a linguagem oral e a escrita nos livros didáticos? Que há por trás desse debate?

Carlos Alberto Faraco - A polêmica surgiu de uma leitura mal feita de um pequeno trecho de um livro didático destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). O livro não faz - como disseram seus críticos apressados (continuo acreditando, talvez ingenuamente, que não houve má intenção) - a apologia do “erro”, nem sequer desvaloriza a língua padrão. Bem ao contrário: o livro está inteiramente voltado para o estudo da língua padrão, seguindo o que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais. No trecho que

motivou a polêmica, o livro está apresentando as regras da concordância verbal e nominal da língua padrão e compara estas regras com a forma como a concordância ocorre em variedades não padrão. Um procedimento didático perfeitamente adequado ao assunto. O livro não está querendo ensinar as formas não padrão (que, aliás, não precisam ser ensinadas; quem as usa já as conhece). A comparação entre variedades é um recurso didático para bem situar a língua padrão no contexto da variação linguística e para encaminhar seu ensino.

IHU On-Line - Como fica o aprendizado da norma culta a partir dessa

concepção de que é importante considerar a linguagem falada como adequada? Qual a função da escola nesse processo de aprendizagem?

Carlos Alberto Faraco - Não vejo qualquer problema aqui. Todo falante domina mais de uma variedade da língua. Mesmo falantes oriundos de grupos sociais com experiência linguística e cultural distante das experiências da cultura letrada e da língua padrão têm contato com esta norma (padrão), por exemplo, pelo rádio (que alcança 100% dos lares brasileiros) e pela televisão (que alcança perto de 95% dos lares brasileiros). Uma das tarefas da escola é oferecer aos alunos as condições para conhecer e dominar a língua

padrão. Para isso, é fundamental mostrar a eles os pontos críticos que distinguem a língua padrão das outras variedades. Insisto: é uma das tarefas (não a única) e é parte do processo maior de oferecer aos alunos as condições para ampliar sua experiência de letramento. Importante dizer que a língua padrão vem com esse processo, não o precede. Os livros didáticos devem ensopar os alunos com uma abundância de textos vivos escritos no padrão. E, ao abordar os fenômenos do padrão, devem sim contrastá-los com as outras variedades a fim de que as diferenças façam sentido para os alunos e a língua padrão não lhes seja apresentada como algo abstrato e estranho.

IHU On-Line - E quanto à polêmica em torno dos estrangeirismos, qual é a relevância em se proibir termos oriundos de outros idiomas usados no nosso? Qual é o sentido dessas proibições em tempos de internet e globalização?

Carlos Alberto Faraco - Não há nenhuma relevância. As medidas são totalmente inócuas, como, aliás, fica patente quando se estuda com atenção a situação da França em que há uma legislação nesse sentido e as palavras de outras línguas continuam a entrar e a sair da língua como se legislação não existisse. Ou seja, os falantes não dão bola para a lei porque sabem que a própria dinâmica social resolve muito bem a questão. Sempre foi assim. Se há alguma dúvida, basta estudar a história do léxico do português. Palavras são trazidas de outras línguas, algumas poucas sobrevivem e outras muitas são simplesmente descartadas. O exemplo do vocabulário do futebol e da própria informática são gritantes exemplos disso que estou dizendo. Fazíamos melhor desenvolvendo boas políticas de promoção da língua, em especial investindo na melhoria do ensino de português.

IHU On-Line - Poderia explicar a relação entre linguagem e ideologia, entendida como visão de mundo?

Carlos Alberto Faraco - A língua dá materialidade semiótica a todas as visões de mundo. Nesse sentido, a mesma língua serve a muitos senhores

“Não há sociedade que seja homogênea culturalmente”

ou senhoras (já que *visão de mundo* é expressão feminina). O eixo que organiza verbalmente as visões de mundo são posicionamentos axiológicos. Por isso, o filósofo russo Mikhail Bakhtin¹, que é um dos que se dedicaram a essa complexa relação, dizia que enunciar é posicionar-se valorativamente, é situar-se no universo das *línguas sociais*, entendidas cada uma delas como um complexo verbo-axiológico.

IHU On-Line - Para o senhor, é possível termos algum conhecimento do mundo sem que seja mediado pela linguagem? Há conhecimento fora da linguagem?

Carlos Alberto Faraco - No fundo, não sei responder a esta pergunta. Nesta área, tenho trabalhado com um axioma que, até agora, tem se mostrado muito produtivo para meus estudos, elucubrações e ações de ensino e pesquisa. O axioma diz: somos seres de linguagens (a linguagem verbal é uma de outras muitas); damos sentido ao mundo semioticamente. Assim, acredito que não há conhecimento fora das linguagens. Ouvi, certa vez, um filósofo dizendo uma coisa que fez muito sentido para mim: para saber se há conhecimento fora das linguagens, teríamos de sair das linguagens. Como isso é uma impossibilidade, é impossível

¹ Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975): linguista russo. Seu trabalho é considerado influente na área de teoria literária, crítica literária, análise do discurso e semiótica. Bakhtin também é considerado como filósofo da linguagem, e sua linguística é uma “trans-linguística” porque ela ultrapassa a visão de língua como sistema. Isso porque, para Bakhtin, não se pode entender a língua isoladamente, mas qualquer análise linguística deve incluir fatores extra-linguísticos como contexto de fala, intenção do falante, a relação do falante com o ouvinte, momento histórico. Bakhtin professa uma abordagem marxista da língua e da linguística, pois para ele “a palavra é o signo ideológico por excelência” e também “uma ponte entre mim e o outro”. Alguns conceitos fundamentais de Bakhtin são o dialogismo, a polifonia, a heteroglossia e o carnavalesco. Entre suas obras, destacamos *Problemas da poética de Dostoiévski* (2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997). (Nota da IHU On-Line)

demonstrar a existência de conhecimento fora das linguagens. Mas estou aberto a contra-argumentos.

IHU On-Line - Qual a importância de se ter um idioma unificado, de se obedecer a uma convenção linguística?

Carlos Alberto Faraco - Algumas convenções - como a ortografia - são como pesos e medidas padronizados: a unificação facilita o intercâmbio. O raciocínio pelo absurdo pode nos auxiliar aqui. Se cada um dos milhões de falantes de português grafasse as palavras como bem quisesse, certamente não teríamos condições de trocar mensagens por escrito. Poderíamos estender o raciocínio para outras faces da língua. Por exemplo, ter uma certa padronização sintática para a escrita formal pode ser útil para facilitar o intercâmbio de mensagens para além dos limites do tempo e do espaço. No entanto, fora do aspecto gráfico, a língua é, em geral, fluida e suas condições de uso são sempre heterogêneas de tal modo que o alcance dessas convenções é sempre muito restrito. A diversidade interna, embora haja quem acredite contrariamente, não perturba necessariamente a interação.

IHU On-Line - Em que medida o idioma expressa o espírito e a identidade de um povo?

Carlos Alberto Faraco - Acho difícil falar em “espírito e identidade” de um povo assim no singular. Essa perspectiva é um tanto quanto datada. Foi elaborada no século XVIII e tinha como pano de fundo a luta pela unificação dos reinos alemães. Depois, essa concepção se alastrou (sob o lema “Um povo, uma língua, uma cultura, um estado”) e, desde então, tem feito mais mal do que bem à humanidade, principalmente considerando que não há país moderno que seja integralmente monolíngue. (Até há alguns anos se dava sempre o exemplo da Islândia como o único país monolíngue do mundo. Hoje, em face das levas de imigrantes que lá estão chegando, nem a Islândia serve mais de exemplo.) Não há sociedade que seja homogênea culturalmente. Portanto, é preciso nuançar muito essas questões. Eu diria que, se considerarmos o caráter ubíquo da

língua, penso que ela é o elemento mais diretamente perceptível de uma determinada identidade. Basta abrir a boca para o outro me perceber como igual. Ou seja, há uma discriminação que poderíamos classificar de positiva (de identificação, portanto). No entanto, é preciso lembrar que nenhuma língua é homogênea e, nesse sentido, ela também funciona como elemento discriminador negativo: o outro fala a mesma língua, mas fala de modo diferente e isso acaba, em muitas situações, como no caso do chamado português popular brasileiro, redundando em exclusão (em não identificação, portanto). O discurso eufórico sobre língua e identidade costuma não perceber este fato.

IHU On-Line - Como ele ajuda a moldar a própria cultura de uma fronteira geográfica?

Carlos Alberto Faraco - A dialética igual/diferente na fronteira geográfica é certamente um fator que participa da definição do “nós” em contraste com o “eles”. Mas a fronteira é também o espaço do encontro e pode ser um interessante espaço de trocas e de hibridizações culturais, portas para a renovação mútua dos sentidos culturais. A proximidade geográfica, porém, pode funcionar em sentido inverso. Note, por exemplo, os históricos conflitos políticos, culturais, linguísticos entre Portugal e Castela/Espanha para ter um exemplo simples de que a proximidade geográfica não garante necessariamente que os grupos humanos se entendam melhor. Ou um caso ainda mais dramático: as relações entre croatas, sérvios e bósnios: são vizinhos, falam a mesma língua e não se entendem: no mesmo espaço geográfico convivem diferentes experiências e axiologias socioculturais que se entendem melhor, muitas vezes, com quem está distante. Um capitalista de São Paulo se entende certamente melhor com um capitalista de Tóquio ou Moscou do que com sua empregada doméstica. Um professor universitário estoniano se entende melhor com um professor universitário brasileiro do que com um seu vizinho de rua russo (30% da população da Estônia são russos).

Os livros didáticos não têm que esgotar os assuntos estudados

Livros didáticos que apresentam “erros” estão demonstrando os diferentes tipos de linguagem, pondera Cátia Fronza, e não fazendo-lhes uma apologia. Não existe um inconveniente em apresentar essas variações da língua

POR ANELISE ZANONI E MÁRCIA JUNGES

Uma interpretação exagerada. É o que está ocorrendo em torno da questão dos erros apresentados nos livros didáticos. Para a linguista Cátia Fronza, professora na Unisinos, “não se deve entender que o livro trabalhará esse tipo de linguagem”. De acordo com a pesquisadora, cabe à escola ensinar a língua padrão, mas isso não exclui que se considerem e reflitam sobre outras modalidades do idioma. Além disso, é preciso repensar a concepção de que os livros didáticos devam esgotar os assuntos a serem trabalhados em sala de aula, como se fossem a única fonte de informação disponível. Outro tema da entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line** é a influência da internet sobre a escrita.

Cátia Fronza é doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e atualmente leciona na Unisinos. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que avaliação você faz dos livros distribuídos pelo MEC que contêm erros de português? Eles defendem o uso da linguagem oral sobre a linguagem escrita?

Cátia Fronza - O que eu percebo é que o livro está trazendo um registro de uso da língua. Portanto, não vejo problema nesta apropriação. Além do registro por meio de exemplos, como “os livros”, a obra está exemplificando um dado de fala. Não há inconveniente por haver este espaço sobre o dado de variação da língua. Poderíamos ver exemplos como “caxa” e “bejo”, palavras da linguagem coloquial. O conteúdo do livro do MEC traz exemplos que os professores podem usar para fazer comparações e comentários com os alunos. Em nenhum momento há a informação de que os docentes ensinarão de forma errada, até porque não teria finalidade. Quando vão à escola, os estudan-

tes já dominam essa forma coloquial. Os professores precisam ensinar formas que ainda são desconhecidas, fazer questionamentos sobre o certo e o errado, a língua e a linguagem. Em minha opinião, está havendo uma interpretação equivocada. Não se deve entender que o livro trabalhará este tipo de linguagem. O que pode ser trabalhado é a questão dos diferentes usos da língua em diferentes ocasiões e finalidades. Junto a isso, vale conhecer quais são outros usos que a comunidade escolar já domina e já conhece e qual efeito que isso tem.

IHU On-Line - Os professores da rede pública têm a qualificação suficiente para saber lidar com esse tipo de livro didático?

Cátia Fronza - O professor deve conhecer a variação linguística e os usos da língua. Ele precisa estar qualifica-

do, porque entendemos que, quando chegar em determinada página do livro, aproveitará o conteúdo para fazer reflexões sobre a variação da língua. Esse é o papel do professor. Ele não pode ter o livro didático como única fonte de informação. O livro oferecido pelo MEC dá um exemplo de um dado real de fala, não está dizendo “professor, agora você ensinará o aluno dessa forma”.

Um exemplo importante de citar, e que já era usado em sala de aula, é a tirinha do Chico Bento. Nunca vi críticas sobre o uso do discurso do personagem de Maurício de Souza. Existe na fala dele uma característica de variação, e ninguém relacionou esse conteúdo ao direcionamento do ensino da língua portuguesa pelo professor. Ninguém questionou que o professor ensinaria os alunos a escreverem como o Chico Bento. Nem o personagem, nem a inserção de variação estão determinando o que deve, ou não deve ser ensinado. São apenas características da fala e precisam servir de reflexão. Então, por que não conversar com os alunos sobre as formas coloquiais da fala e as diferenças da escrita? Eles precisam perceber que, quando fazem um bilhete ou quando respondem a uma questão de sala de aula, escrevem de maneira diferente da fala. Por isso, também é importante fazer com que os alunos questionem, observem diferentes formas de escrita e percebam quais as regras usadas para cada uma.

IHU On-Line - Como são hoje as práticas de sala de aula e de avaliação da língua portuguesa?

Cátia Fronza - O papel da escola é ensinar a norma culta. Se isso não ocorrer na escola, muitos alunos não terão acesso a essa forma. O alvo deve ser esse, mas não significa que não vamos considerar outras modalidades e refletir sobre isso. É preciso verificar a validade de cada processo. Dentro das atividades escolares, algumas avaliações também precisam de ser consideradas de formas diversas. Se existe avaliação por meio de debate, certamente haverá diferenças entre o seu registro oral/escrito. Uma mesma intenção pode render diversas repre-

sentações na fala e na escrita. O alvo da escola, portanto, é a norma culta. Mas deve-se verificar a capacidade do aluno de utilizar recursos da língua de forma coerente, eficiente, adequada e comunicativa. O que ele fala ou escreve tem de atingir o interlocutor, fazer sentido, comunicar - seja na modalidade oral ou escrita, e a escola precisa ensinar isso. É preciso compreender que às vezes teremos formas mais próximas daquela padrão, às vezes não teremos.

IHU On-Line - A internet já modifica bastante a linguagem de crianças e adolescentes. Esta relação pode ser comparada aos exemplos aplicados nos livros didáticos?

Cátia Fronza - Estamos, pela nossa inserção no mundo virtual, nos valendo de recursos que são apresentados para facilitar nossa comunicação. Essas mudanças já estão na escola no momento em que o estudante está se comunicando por meio do Twitter ou do Orkut, porque esse é o ambiente em que essa linguagem diferenciada faz mais sentido. Entretanto, para os textos escritos, esse tipo de linguagem não vale, a não ser que o professor utilize as redes sociais para fazer atividades. Na verdade, o professor deve refletir com os alunos sobre a adaptação da língua para o meio virtual. Percebemos, por exemplo, que quem não está por dentro dessas regras de escrita virtual pode não compreender a mensagem. Logo, o processo de comunicação não é completo. Precisamos conhecer como funciona essa linguagem para nos inserirmos melhor no contexto. A internet é um outro espaço para refletir sobre o uso da língua. Hoje, falamos de “internetês” porque temos este registro. Algumas pessoas falam em economia de tempo, mas, se analisarmos os dados, perceberemos que a rede usa outras regras linguísticas que também merecem estudo. Não tenho receio de que esta forma de escrita vá para os textos e para o cotidiano escolar. O aluno deve saber em que momento usar o “internetês” e a língua portuguesa alvo. Por isso, os professores podem fazer atividades para ver como está o aproveitamento da língua em seus espaços diversos.

IHU On-Line - Qual a sua opinião sobre a incorporação dos estrangeirismos?

Cátia Fronza - A relação da língua portuguesa com outros idiomas é normal. Isso mostra que, como falantes que somos, nos valem dos recursos que são mais adequados para lidar com a comunicação do dia a dia. Se pararmos para pensar, todas as línguas têm relação umas com as outras, inclusive na sua origem. Penso que a relação entre os diferentes idiomas é natural, saudável e mostra mais uma vez que a língua não é estanque e está a serviço do povo. Além disso, não é a todo momento usamos estrangeirismos. Não é à toa que isso acontece, eles não vêm do nada. Sempre nos valem dessas palavras por alguma razão. Não estou preocupada com a presença de palavras como os neologismos, pois não vejo como prejudiciais ao idioma. Se eles não fossem produtivos, ninguém os usaria. Alguns acabam sendo incorporados à língua, e outros são ignorados, porque não têm o mesmo efeito que esse mais produtivo ou frequente tem. Os neologismos e estrangeirismos não são privilégio apenas da língua portuguesa - eles fazem parte de usos e realidades concretas de todas as línguas do mundo.

IHU On-Line - Qual a sua opinião sobre a qualidade do livro didático? O que poderia ser modificado neles?

Cátia Fronza - Apesar de não ter envolvimento na seleção dos livros didáticos, posso dizer que aqueles que são escolhidos foram avaliados pelos próprios professores que irão usá-los. As pessoas pensam que os livros didáticos devem trazer todas as informações necessárias para trabalhar na escola e atribuem a eles o papel de único recurso possível. Mas o livro didático não pode ser o único recurso do professor para trabalhar com determinado tópico ou tema. Trata-se de um suporte para o professor se valer daquilo que mais lhe convier. A partir disso, além disso e muito mais do que isso, o professor deve dar continuidade ao seu trabalho. Evidentemente, não se consegue agradar a todos, e, por isso, um livro pode ser bem aceito para alguns, mas por outros não. Penso que pre-

cisamos tirar do livro didático a responsabilidade sobre todo o conteúdo que o aluno deve aprender. Isso é um equívoco, não é possível colocar num livro tudo o que precisa ser estudado e consultado. Claro que há necessidade de cuidados: os livros precisam trazer as informações adequadas, desenvolvendo um mínimo de informações.

IHU On-Line - A ideia de que a língua portuguesa e a matemática são difíceis de aprender ainda perdura?

Cátia Fronza - Sim. Vemos que a força da avaliação consiste nessas duas áreas, das letras e dos números. Existe uma perspectiva do que se almeja. Falo pela Língua Portuguesa. O que se quer é corresponder a um uso de língua ideal. Se pararmos para pensar, poucas pessoas, ou quase ninguém, têm esse uso ideal. O fato é que esse uso é colocado como o único possível. Por isso existe a impressão de que não sabemos falar ou escrever direito. Na verdade, temos diferentes normas e parâmetros dentro do idioma. Não se pode dizer que alguém não sabe a língua, mas pode não saber usá-la em determinadas situações. Será que esse parâmetro considerado ideal realmente é o melhor em todos os momentos? Talvez isso tenha a ver com a avaliação. Essa forma de pensar a língua precisa ser trabalhada diferentemente. Devemos trabalhar com a língua padrão, mas isso nunca em detrimento de todo o resto.

A partir do momento em que pudermos juntar o que o aluno não sabe com o que ele sabe e tirarmos proveito do que ele sabe para aprender mais, ficará muito melhor. Também deveríamos aproveitar melhor o que nosso aluno já sabe: parece que partimos do pressuposto de que o aluno não sabe. Acontece que ele sabe muito mais do que imaginamos. Por que não podemos chamar a atenção das crianças, desde pequenas, que há formas diferentes para a escrita, para a fala? É preciso apontar, ainda no início da escolarização, que a escrita e a fala têm suas especificidades e todos somos usuários de ambas as modalidades.

Um questionamento sobre as normas popular e culta

A polêmica em relação ao livro com erros de português lançado pelo MEC coloca em questão a responsabilidade do professor em estar atento aos conteúdos dos livros e em denunciar o problema, afirmam as educadoras Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado

POR ANELISE ZANONI

Associar a linguagem falada diariamente com aquela que é transcrita por meio das palavras é talvez a primeira (e mais fácil) atitude dos estudantes. Para escrever de modo considerado correto, é preciso ter consciência de que o oral é diferenciado do escrito, explicam as educadoras Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado. “[O educando] necessita, inicialmente, fazer um esforço prático e consciente na direção da busca pela escrita considerada correta e esse esforço sempre vai existir”, dizem as especialistas em entrevista conjunta à IHU On-Line.

Por e-mail, elas explicam que a polêmica atual em relação ao livro lançado pelo Ministério da Educação - MEC possibilita o questionamento sobre a norma popular e a norma culta. Por outro lado, para elas, a situação também “viabiliza a discussão sobre o direito das classes populares, ou dos trabalhadores sem condições, de reproduzirem a sua vida com dignidade, terem acesso ao conhecimento reconhecido como científico e também a norma considerada culta”. Nessa esfera, a questão é admitir que as classes populares, pelas condições de produção e reprodução da existência, estão mais distantes do conhecimento historicamente acumulado, do conhecimento científico e das normas cultas para a escrita.

Educadora popular e professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do PPGE da Faculdade Federal de Pelotas, Conceição Paludo é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestre em Educação pela UFRGS e doutoranda na mesma área e instituição, Rita de Cássia Machado é professora substituta na faculdade de educação da UFRGS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em sua opinião, quais os reflexos da linguagem oral na escrita?

Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado - Nossa experiência no trabalho educativo com diferentes classes sociais e níveis de ensino, inclusive graduação e, em algumas situações, até na pós-graduação, indica que, para escrever como academicamente (cientificamente) se entende

por correto, o estudante precisa ter consciência de que a linguagem oral é diferenciada da linguagem escrita. Ele necessita, inicialmente, fazer um esforço prático e consciente na direção da busca pela escrita considerada correta e esse esforço sempre vai existir. Isso significa que a tendência predominante é a de escrever como se fala. A consciência, articulada ao esforço prático possibilita que gra-

dativamente seja feito o exercício de análise do próprio texto e que exista a preocupação em escrever corretamente: ortografia, sintaxe, pontuação, emprego de termos - precisão conceitual e ampliação do vocabulário. Com o tempo, e dependendo da profissão, nada se escreve sem que seja revisto. Até doutores submetem seus textos a leitura de algum colega e a correção. Estudantes não entregam versões finais de dissertações e teses sem a famosa correção de português. É aí que entra o papel do professor e da escola, desde cedo. Diversas pesquisas também demonstram que a relação entre falar, ler e escrever é imbricada. Na medida do aprendizado da escrita há a qualificação da fala (e da leitura) e a possibilidade de expressão oral, assim como a prática da leitura, são importantes para a organização do pensamento e para a escrita. A qualificação da linguagem falada, da leitura e da escrita é permanente. Esse aprendizado é processo e dura a vida inteira, independentemente do nível de ensino que a pessoa tenha. Assim como, por mais escolarização que tenha a pessoa, a fala sempre é mais despreocupada, livre das normas e mais coloquial. Outro elemento importante é o de que, necessariamente, a consciência política e social, assim como a quebra de pré-conceitos, não tem relação direta com falar como o considerado correto, tão pouco com escrever como dita a “norma culta” ou em ser um exímio leitor. A polêmica atual em relação ao livro lançado pelo MEC, por exemplo, possibilita, de um lado, um questionamento de fundo, que diz respeito à explicitação da razão por que há, em nossa sociedade, a existência da nomeada “norma popular” e da “norma culta” e, de outro, viabiliza a discussão sobre o direito das classes populares, ou dos trabalhadores sem condições de reproduzirem a sua vida com dignidade, terem acesso ao conhecimento reconhecido como científico e também à norma considerada culta.

IHU On-Line - Você acredita que o uso da linguagem oral em livros pode ajudar no desempenho educacional de alguns grupos sociais? Como?
Conceição Paludo e Rita de Cássia

Machado - Como se disse, existe diferença entre a linguagem oral e escrita. O que significa entendermos que há diferença no seu uso. O que queremos dizer com isso é que a fala é diferente da escrita e que ambas devem ser respeitadas e entendidas socioculturalmente. Entender que a língua é viva e que muda conforme muda a sociedade - tempos, espaços, organização econômica e política - é importante. Vejamos a palavra ideia, hoje sem acento, até poucos dias ela possuía acento. Então, podemos dizer que até poucos dias ela era escrita de forma “errada”, ou que hoje está “errada,” conforme normas anteriores? Outro exemplo, seria a pronúncia da palavra *leite*, “o correto” seria pronunciarmos [e] no final da palavra. No entanto, em algumas regiões, inclusive a nossa, falamos [leiti]. Neste caso, quando falamos assim, estamos errados?

“Assim como, por mais escolarização que tenha a pessoa, a fala sempre é mais despreocupada, livre das normas e mais coloquial”

Enfim, respeitar a forma coloquial, ou mesmo a “norma popular” de fala, assim como os saberes populares, é fundamental se queremos aproximar ou mesmo possibilitar a socialização do conhecimento elaborado, e também a norma culta, aos estudantes. Deste modo, pensamos que a Educação Popular contribui para este processo, porque seu método é exatamente esse: partir da norma popular e dos saberes populares para ir ao encontro do conhecimento elaborado e da norma culta. Esse seria a forma de partida do processo pedagógico: do saber das classes populares, sem pré-conceitos, chegar ao conhecimento científico. Nesse sentido, exemplos e discussão sobre as diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita não neces-

sariamente é uma estratégia pedagógica equivocada e nem a ser usada em “alguns grupos sociais”, dado que o uso da linguagem falada da sociedade como um todo é diferenciado da forma de escrita. Abrimos o jornal e rapidamente encontramos problemas de concordância, por exemplo. O que está em questão, então, é admitir que as classes populares, pelas condições de produção e reprodução da existência estão mais distantes do conhecimento historicamente acumulado, do conhecimento científico e das normas cultas para a escrita. Assim como, na linguagem falada, está longe do que a sociedade aceita como sendo coloquial. Encarar esse fato é primordial para o rumo da discussão e para tratar com a seriedade merecida a educação desses grupos sociais.

IHU On-Line - Qual crítica vocês fazem em relação à divulgação dos livros com erros de português?

Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado - Não é aceitável que livros de português contenham erros de português. Esse, entretanto, não parece ser o problema do livro atual lançado pelo MEC, que se destina a Educação de Jovens e Adultos dos anos iniciais. A forma de escrita do primeiro capítulo do livro contribui para a tomada de consciência dos estudantes de que há diferentes formas de escrita - variedades linguísticas - e que há uma que é considerada a norma popular. O que o livro não explicitou e deveria ter explicitado é que o não reconhecimento da norma popular e a hegemonia da norma culta são socialmente construídos. Também não explicitou que para as classes populares, na direção da reprodução da vida material e também espiritual, é fundamental a apropriação da norma culta. Isso é o que garante, para além das oportunidades, as condições para a disputa de empregos, por exemplo, que possibilitem qualidade na produção e reprodução da vida. Os autores deveriam ter ido fundo na exploração da existência da norma popular e da norma culta e nas contradições sociais que as engendram. Essa discussão só se coloca porque a divisão da sociedade em classes sociais também divide no que diz

respeito ao contato, relação, usufruto e apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade e não possibilita a vivência cotidiana com as criações humanas produzidas e corretamente valorizadas pela sociedade: teatro, obras de arte, cinema, tecnologias, contato amplo com livros, entre outros. A apropriação do conhecimento legitimado pela sociedade é condição fundamental para as classes populares saírem da condição indigna de produção e reprodução da vida, tanto pela via da disputa de emprego quanto da organização política para a busca de direitos e disputa de hegemonia - visão social de mundo, de ser humano e de sociedade - na sociedade. Assim, é muito pouco dizer, como em alguns comentários sobre a polêmica, que é preciso não ter pré-conceito com a norma popular porque isso não é democrático. A não democracia se expressa também na existência de setores que não usufruem dos bens culturais, que são resultantes das obras humanas e pertencem a todos. O que a sociedade tem que discutir é como irá criar as condições para que todos possam acessar a esse conhecimento.

IHU On-Line - Como professoras, vocês consideram aceitável que uma pessoa escreva uma palavra do jeito que ela é pronunciada ou escreva uma frase com a concordância usada oralmente?

Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado - Não. Como já dissemos anteriormente, há diferenças na linguagem oral e escrita. Nossa tarefa como professoras é exatamente orientar para o uso culto da língua. Isso é extremamente importante em se tratando das classes populares. A divisão entre popular e não popular se expressa na educação para além da norma popular e da norma culta: temos a escola pública e a privada, por exemplo, que consagra essa divisão e que é aceita pela sociedade. As transformações no mundo do trabalho e o avanço tecnológico colocam a educação/conhecimento como fator central, principalmente para essas classes, na direção da mobilidade social. Sem emprego,

com salários baixíssimos ou com subempregos e políticas públicas insuficientes e compensatórias, é difícil viver com dignidade e exercer a tão falada cidadania. Se a educação falha também, o que sobra? O que queremos destacar com isso é que os professores, assim como a escola, têm função social absolutamente fundamental na atual conjuntura: a de possibilitar o acesso ao conhecimento de qualidade também para as classes populares. Mas é importante refletir de que conhecimento se fala: não é do conhecimento que nos torna mais submissos e nem o que distancia das raízes. É do conhecimento que ajuda na leitura da realidade, que compromete socialmente, que contribui para a organização social em busca dos direitos, para a luta pela de-

“A fala é diferente da escrita e (...) ambas devem ser respeitadas e entendidas socioculturalmente”

mocracia substantiva, como diz Chauí, da sociedade. É nessa perspectiva humana e politicamente comprometida que o trabalho educativo com as classes populares deve contribuir para que se apropriem, conforme diz Paulo Freire, de modo rigoroso, do conhecimento.

IHU On-Line - Qual o desafio do professor ao encontrar um livro didático com erros de português?

Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado - Dependendo do tipo e quantidade de erros, o professor deve se preocupar em analisar com maior acuidade o conteúdo do livro e as possibilidades pedagógicas que oferece. O professor também precisa fazer a denúncia, isto é, tornar público o problema, porque isso é uma forma de fazer com que escritores, editoras e gestores educacionais levem a sério a educação. Se a análise indicar que

o livro deve ser utilizado, o desafio parece ser relativamente simples e o aprofundamento da discussão com os estudantes depende do nível de ensino. É preciso falar que há erros, discutir com os estudantes quais são, porque são considerados erros, porque eles acontecem e corrigir o livro. No caso dos estudantes que ainda não são alfabetizados cabe ao professor a correção e dizer aos estudantes porque foi corrigido. Outro desafio é o de fazer o controle público sobre os recursos que se é utilizado para elaboração destes materiais, ou seja, os livros são produzidos com recursos públicos e é importante que este seja bem aplicado. Não é possível admitir gastos enormes para elaboração destes materiais, para que eles fiquem “mal feitos”. Assim chamamos a atenção para isso: o de saber também como estes processos se dão. Isso nos remete à reflexão de que a fiscalização pela sociedade, neste caso pelos professores, alunos e pais, dos recursos públicos constitui fator preponderante na construção de uma sociedade democrática. Aqui não se trata, apenas, de verificar a exatidão das contas e a legalidade dos atos, mas do controle “dos jeitos” que os convênios, as licitações ou mesmo a compra direta de tais materiais são realizados. Acreditamos que se os professores pudessem elaborar seus materiais seria uma forma de controle direto, fundamental para a sociedade democrática e possibilitaria, por exemplo, a proximidade com os contextos dos estudantes e a formação dos professores, porque exigiria a pesquisa.

IHU On-Line - Como a linguagem pode ser ensinada em uma escola popular, sem que os alunos sejam prejudicados?

Conceição Paludo e Rita de Cássia Machado - Na atualidade não existe escola popular. O que existe é escola pública e escola privada. Na escola pública é onde se concentram os estudantes das classes populares. A concepção de Educação Popular nos ajuda responder a esta pergunta. Frente a um Estado autoritário, dominante e excludente, era preciso “dar as costas” e fazer surgir uma alternativa de mudan-

ça. Foi então que a partir de 1960 é construída a Educação Popular, como resultado da organização popular em busca, naquele período, das reformas de base. Paulo Freire¹ teve papel muito importante na formulação teórica da concepção de Educação Popular, decorrente do seu engajamento, compromisso político e das iniciativas de conscientização política do povo buscando a emancipação social, cultural e política. Assim, a Educação Popular se dirige às classes populares. Vale salientar que esta concepção de educação dá conta do que tentamos explicar e responder quando dizemos que é preciso respeitar o saber popular e as formas de expressão, no sentido de valorizá-lo. No entanto, é preciso problematizar. Não é possível aceitarmos “nóis vai”, mas é possível respeitar, e problematizando se chegar ao saber científico e a norma culta. Construir uma escola pública popular é ampliar as aspirações educacionais populares, é adotar para a educação escolar um currículo pensado a partir da população, é ajudar a construir a disciplina para a leitura e estudo. É fazer uma escola que para Paulo Freire, e para nós, “estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar, onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediado pelas experiências no/do mundo”. É nesse contexto, que é sempre atual, que algumas questões sobre política social, diferenças sociais e práticas nas escolas (ensino da língua) vêm à tona e nos convidam a novas reflexões. Uma delas, por exemplo, de extrema importância, é a que estamos fazendo.

¹ Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, intitulada *Paulo Freire. Pedagogia da esperança*, disponível para download em <http://migre.me/2peDT>. (Nota da IHU On-Line)

O esgotamento da filosofia analítica

Para o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos, Adriano Naves de Brito, o movimento analítico, caracterizado pela linguagem mediante recursos lógicos, está ultrapassado

POR ANELISE ZANONI E PATRICIA FACHIN

Em plena contemporaneidade, a filosofia analítica, como a concebida tradicionalmente, esgotou-se. A opinião é do filósofo Adriano Naves de Brito, que justifica a afirmativa explicando que, mesmo assim, o movimento analítico ainda encontra “exercícios filosóficos com caráter preponderantemente lógico, como a metafísica analítica, derivada da lógica modal”.

Em entrevista por e-mail à IHU On-Line, ele justifica que “seus efeitos estão profundamente entretecidos nos movimentos de conexão da filosofia atual com as ciências”. Para ele, esse movimento, que pode ser muito claramente percebido na Europa, “é comum há muito mais tempo nos EUA e vai se aprofundar devido ao alcance que os recursos de investigação do cérebro permitem à investigação dos temas que foram caros à tradição analítica (e filosófica)”.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Unisinos, o professor e filósofo Adriano Naves de Brito é doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, fez estágio pós-doutoral na Universidade de Tübingen, na Alemanha. Dirige a Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica - SBFA. Investigou obras teóricas de Hume e Kant e dedicou-se à filosofia da linguagem contemporânea, área na qual estudou as teorias da referência de nomes próprios, confrontando as posições fregeana e kripkeana. Confira a entrevista.

IHU On-Line - A filosofia analítica contemporânea deu conta da relação entre linguagem, pensamento e mundo? Para o senhor, ela explica suficientemente essa questão?

Adriano Naves de Brito - Não, ela não deu conta desta relação, mas contribuiu muito para esclarecê-la mediante procedimentos de análise não empíricos, isto é, sem os recursos que as neurociências começam a explorar nesse início de século. A filosofia analítica contemporânea, como tradicionalmente concebida, esgotou-se. Entretanto, seus efeitos estão profundamente entretecidos nos movimentos de conexão da filosofia atual com as ciências. Esse movimento, que pode ser muito claramente percebido na Europa, já é comum há

muito mais tempo nos EUA e vai se aprofundar devido ao alcance que os recursos de investigação do cérebro permitem à investigação dos temas que foram caros à tradição analítica (e filosófica).

IHU On-Line - Poderia explicar a relação entre linguagem e ideologia, entendida como visão de mundo?

Adriano Naves de Brito - Se esta questão diz respeito ao modo como um grupo se expressa e à maneira isso influencia a sua visão do mundo, então esse é um fenômeno conhecido. No entanto, ele é muitas vezes superdimensionado, fazendo crer que o dialeto, digamos, de um grupo humano seja “o determinante” de sua visão de mundo. De fato, para usar

uma expressão de Wittgenstein,¹ a forma de vida desse grupo é muito mais determinante e influencia a linguagem que ele usa. Mas também os elementos característicos da espécie humana são fundamentais, de sorte que um grau de comunicação entre todos os seres humanos é sempre possível e, até, inevitável.

IHU On-Line - É possível fazer relação entre os achados da filosofia analítica com a educação regular (ensino de idiomas nas escolas)? Quais seriam essas contribuições?

Adriano Naves de Brito - A filosofia analítica tangencia com a linguística, mas não a substitui. Esses são temas muito mais afetos àquela disciplina do que à filosofia analítica.

IHU On-Line - Para o senhor, é possível termos algum conhecimento do mundo sem que este seja balizado pela linguagem? Quer dizer, sem que seja representado em termos linguísticos? Há conhecimento fora da linguagem, segundo os filósofos analíticos?

Adriano Naves de Brito - Sim, há e isso me parece evidente. Os outros animais são, se quisermos uma prova convincente, muito bons conhecedores do meio em que vivem. A ideia de

¹ Ludwig Wittgenstein (1889-1951): filósofo austríaco, considerado um dos maiores do século XX, tendo contribuído com diversas inovações nos campos da lógica, filosofia da linguagem, epistemologia, dentre outros campos. A maior parte de seus escritos foi publicada postumamente, porém, seu primeiro livro e um dos mais influentes foi publicado em vida: *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Os primeiros trabalhos de Wittgenstein foram marcados pelas ideias de Arthur Schopenhauer, assim como pelos novos sistemas de lógica idealizados por Bertrand Russell e Gottlob Frege. Quando o *Tractatus* foi publicado, influenciou profundamente o Círculo de Viena e seu positivismo lógico (ou empirismo lógico). Confira na edição 308 da IHU On-Line, de 14-09-2009, a entrevista *O silêncio e a experiência do inefável em Wittgenstein*, com Luigi Perissinotto, disponível para download em <http://migre.me/qQYt>. (Nota da IHU On-Line).

“A filosofia analítica tem de ser caracterizada como um movimento que fez análise da linguagem e a fez de um modo específico”

que somente seres conscientes podem conhecer foi um exagero do qual a filosofia foi e, em muitos aspectos, tem sido a causa. A própria consciência é um fenômeno sobre o qual muito se saberá neste século e, ousou afirmar, mais do que em todos os outros que nos antecederam. Ver-se-á, afinal, que ele não é um epifenômeno, mas algo que está relacionado com o que somos e dividimos com os outros seres vivos, com os outros animais e, em especial, com os mamíferos de vida social complexa.

IHU On-Line - Qual a relação entre as filosofias continental e analítica na atualidade? Que tipo de diálogo há entre elas?

Adriano Naves de Brito - Como mencionei antes, a denominação “filosofia analítica” é, em grande medida, anacrônica. O movimento analítico, que foi caracterizado pela análise da linguagem mediante recursos lógicos, foi fecundo, mas, na minha opinião, esgotou-se, mesmo que ainda se encontrem exercícios filosóficos com caráter preponderantemente lógico, como a metafísica analítica, derivada da lógica modal, a qual, aliás, se confrontada com os princípios dos fundadores da chamada filosofia analítica no início do sec. XX, pareceria algo escandaloso. Não obstante aquele esgotamento, a formação e o rigor que a filosofia analítica exigia de seus representantes, deu à filosofia a possibilidade de con-

versar com a ciência em termos mais simétricos, de conversar com a ciência do séc. XX. Esse tipo de abordagem, que nunca foi prerrogativa só dos analíticos, tem misturado a tal ponto os limites entre o que eram as correntes analítica e continental, que hoje faz sentido apenas falar de uma filosofia que se ocupa da história das ideias, ainda muito dominante no Brasil, graças à tradição filosófico-histórica francesa que está na origem da filosofia profissional brasileira, e outra que se ocupa com problemas, sem que a diferença entre continentais e analíticos seja esclarecedora.

IHU On-Line - Filosofia da linguagem e filosofia analítica são termos equivalentes?

Adriano Naves de Brito - Não são, já que não se pode substituir um pelo outro em qualquer uso. Estão, contudo, muito ligados. De fato, a filosofia analítica tem de ser caracterizada como um movimento que fez análise da linguagem e a fez de um modo específico, com uma ferramenta específica, a lógica contemporânea. A linguagem, no entanto, está claro, é um fenômeno extremamente complexo e não se deixa apreender somente pela lógica. A estruturação lógica da linguagem é um de seus aspectos. O fenômeno da linguagem tem de ser investigado por várias ciências. A filosofia tem aí um papel a cumprir, mas tem de dialogar com os outros saberes.

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Adriano Naves de Brito à IHU On-Line.

* IHU Repórter. Edição número 211, Revista IHU On-Line, de 12-03-2007, disponível em <http://bit.ly/mq2mox>

* Cirne-Lima, um filósofo com grande respeito pelas ciências. Revista IHU On-Line número 261, de 09-06-2008, disponível em <http://bit.ly/IOUHgt>

* Ética e sentimentos morais. Cadernos IHU Ideias número 52, em autoria com Thomas Kesselring, disponível em <http://bit.ly/kx7y3z>

twitter.com/_ihu

“A verdade é uma formulação de linguagem”

Formular linguagens é criar mundos, assinala o filósofo Alfredo Culleton. O que é verdadeiro ou falso são conceitos, e não as coisas

POR MÁRCIA JUNGES

“Nã há como pensar sem linguagem, e só se pensa numa determinada linguagem”. A explicação é do filósofo Alfredo Culleton, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Conforme Alfredo, “a verdade é uma formulação de linguagem. O que está sujeito a verdade e falsidade são conceitos, e não as coisas. As palavras são abstrações dentro de uma linguagem, não são nada”. E completa: “Quando formulamos linguagem criamos um mundo, a linguagem é criação coletiva de mundos. Por isso devemos usar os melhores materiais”.

Culleton é graduado em Filosofia, pela Universidade Regional no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, com a tese Fundamentação ockhamiana do Direito Natural. Atualmente, leciona nos cursos de graduação e mestrado em Filosofia na Unisinos e é coordenador da graduação em Filosofia. É colaborador na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, e na Universidade de Buenos Aires - UBA, Argentina. Atua como assessor do escritório da Sociedade Internacional para Estudos da Filosofia Medieval - SIEPM. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que aspectos a linguagem continua sendo um objeto importante de estudos para a Filosofia?

Alfredo Culleton - A linguagem é o lugar por excelência para os conceitos, se não o único. Fazer Filosofia é pensar conceitos, compará-los, ver da sua conveniência e adequação, formular novos e mais apurados conceitos. Não há como pensar sem linguagem, e só se pensa numa determinada linguagem.

IHU On-Line - As palavras não são as coisas em si, mas sua representação através da linguagem. O que esse mecanismo, essa convenção, guarda de problemático em relação à verdade?

Alfredo Culleton - A verdade é uma formulação de linguagem. O que está sujeito a verdade e falsidade são conceitos, e não as coisas. As palavras são abstrações dentro de uma linguagem, não são nada. As palavras não representam; a palavra *piano* não representa nada. “*Este piano era da minha avó*”, ou “*piano, piano se vai lontano*”, isto sim. A linguagem não representa

as coisas, mas as formula e significa.

IHU On-Line - Por que é importante definir o que é uma linguagem culta?

Alfredo Culleton - A linguagem busca ser o menos equívoca possível (algo é equívoco quando está sujeito a muitos sentidos), e melhor será quanto menos equívoca for. Chamamos de culta aquela linguagem que por sua riqueza e simplicidade nos facilita a navegação pelos conceitos mais complexos. Por isso as artes literárias nos inserem nesse universo fantástico da vida humana que formula mundos. Quando formulamos linguagem criamos um mundo; a linguagem é criação coletiva de mundos. Por isso devemos usar os melhores materiais.

IHU On-Line - A linguagem oral se reinventa, muda e acompanha a sociedade. Pode-se dizer o mesmo a respeito da linguagem escrita? Por quê?

Alfredo Culleton - Prefiro dizer que a sociedade acompanha a linguagem

porque ela só é sociedade porque tem uma linguagem. Ou há sociedade sem linguagem! O que faz a identidade de um povo é a sua linguagem. Se a sua linguagem for pobre, será pobre, se for rica, rica. A primeira coisa que um estado totalitário faz é proibir uma língua e queimar os seus livros, perseguir os seus escritores que ninguém lê. Temos infinitos exemplos disso na nossa história recente. Ainda há pouco encontrei, num antigo salão de baile no interior de Rolante-RS, um quadro na parede que diz: “Proibido falar alemão”... A cultura dos círculos de leitura onde se liam edições de Goethe¹ viraram bandinha e chopp. Getúlio Vargas proibiu falar, ler e escrever em alemão.

¹ Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832): escritor alemão, cientista e filósofo. Como escritor, Goethe foi uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Juntamente com Schiller foi um dos líderes do movimento literário romântico alemão *Sutrm und Drang*. De suas obras, merecem destaque *Fausto* e *Os sofrimentos do jovem Werther*. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - No caso da Filosofia, que tem sua linguagem própria, quais são os limites apresentados pela linguagem oral e pela escrita?

Alfredo Culleton - Em qualquer linguagem, especialmente a escrita, por não estar acompanhada do gesto ou da possibilidade de explicações caso não tenha sido entendida devidamente, o limite é a concordância em gênero, número e espécie. Estes limites não têm a finalidade de cultuar uma suposta língua culta, mas de tornar um dizer o mais claro e inequívoco possível. As regras ortográficas e a ortografia auxiliam tanto o escritor como o leitor a ser precisos na expressão e na compreensão. *Nós vai*, confunde o leitor da língua portuguesa. A não ser que seja um texto literário em que a intenção do autor seja esse mesmo.

IHU On-Line - Sabendo que a linguagem é uma convenção que vai mudando ao longo do tempo, qual é a relevância em se discutir variações que ocorrem na forma como as pessoas falam e escrevem?

Alfredo Culleton - É bom discutir as variações e possibilidades de uma língua desde o momento em que ela é sempre capaz de ser mais precisa e rica, que tenha mais variáveis e au-

mente o horizonte de compreensão de um discurso.

IHU On-Line - Em que medida o idioma expressa o espírito e a identidade de um povo? Como ele ajuda a moldar a própria cultura de uma fronteira geográfica?

Alfredo Culleton - A forma mais pobre de uma linguagem é aquela que serve para mostrar sinais de temores, desejos e vontades. A mais sofisticada é a língua que formula e significa a vida humana. Dante², Shakespeare³, Cervantes⁴, Goe-

2 **Dante Alighieri** (1265-1321): escritor italiano. Estudou Teologia e Filosofia, sendo profundo conhecedor dos clássicos latinos e dos filósofos escolásticos. Pertenceu ao Partido Guelfo, lutou na Batalha de Campaldino contra os Gibelinos e, por volta de 1300, iniciou a carreira diplomática. Em 1302, foi preso por causa das suas atividades políticas. Iniciou-se então a segunda etapa da sua vida: o exílio definitivo, pois não aceitou as anistias de 1311 e 1315. Afastado de Florença, viveu em Verona e em Lunigiana. Sua principal obra é *A Divina Comédia*. (Nota da IHU On-Line)

3 **William Shakespeare** (1564-1616): dramaturgo inglês. Considerado por muitos como o mais importante dos escritores de língua inglesa de todos os tempos. Como dramaturgo, escreveu não só algumas das mais marcantes tragédias da cultura ocidental, mas também algumas comédias, 154 sonetos e vários poemas de maior dimensão. (Nota da IHU On-Line)

4 **Miguel de Cervantes e Saavedra** (1547-1616): escritor espanhol, autor de *Don Quixote de La Mancha*. (Nota da IHU On-Line)

the, Calderón de La Barca⁵ ou Camões, cada um deles, propõem uma visão de mundo própria com a qual um povo se identifica e envolve uma paixão por essa visão de mundo que vem a ser cultuada. Os nascidos na península itálica falam muitas línguas, mas a língua italiana é a forjada por Dante na *Divina comédia*. Alguns povos adotaram essa língua e a instituíram como a língua italiana. No caso do português, se não for Camões, será o *Jornal Nacional* ou a *novela das oito* que nos oferece essa identidade nacional, quando não o *Big Brother*. O povo, com o auxílio dos seus educadores, saberá o que quer de si mesmo.

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Alfredo Culleton à IHU On-Line.

* Em nome de Deus: um retrato de época. Edição número 160, Revista IHU On-Line, de 17-10-2005, disponível em <http://bit.ly/dodKuV>

* Ninguém aceita a morte por suposição. Edição número 269, Revista IHU On-Line, de 18-08-2008, disponível em <http://bit.ly/9duyo0>

* A interculturalidade medieval. Edição número 198, Revista IHU On-Line, de 02-10-2007, disponível em <http://bit.ly/972H1W>

5 **Pedro Calderón de la Barca** (1600-1681): dramaturgo e poeta espanhol. (Nota da IHU On-Line)

LEIA AS NOTÍCIAS DO DIA

NA PÁGINA ELETRÔNICA DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

Paul Ricoeur e o desejo de viver

Conservadora dos Arquivos de Paul Ricoeur, Catherine Goldenstein revela memórias da convivência com o amigo filósofo e sua esposa, Simone. Imensa fé no homem era um de seus pontos fortes, assinala

POR ROBERTO LAUXEN

Um filósofo cuja vida e obra eram inseparáveis. Assim era Paul Ricoeur. Uma de suas características mais impressionantes era o “potente desejo de viver”, recorda a conservadora dos Arquivos de Paul Ricoeur, Catherine Goldenstein. Em entrevista concedida pessoalmente a Roberto Lauxen, que nos enviou o material que segue, ela conta aspectos sobre a convivência com o amigo filósofo e sua esposa Simone Ricoeur. “Se falássemos de um problema, ele dizia muito rapidamente: ‘não podemos permanecer no lamento, é necessário ir mais adiante: propor uma reflexão que permita avançar. Não se trata de lamentar, mas avançar para o futuro’”. E completa: “Velar sobre o movimento que se apaga, mas sobretudo sobre o movimento que se constrói: este foi meu papel desde a morte deste amigo que era para mim Paul Ricoeur”.

Roberto Roque Lauxen é licenciado e mestre em Filosofia. É doutorando do programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale Rio dos Sinos - Unisinos e faz seu estágio de doutorado na École Pratique de Hautes Études - EPHE/Sorbonne com Bolsa da Capes. Tem vasta experiência de docência em nível de graduação e pós-graduação em Filosofia e vários trabalhos publicados na área de Filosofia. É pesquisador da filosofia de Paul Ricoeur.

Madame Catherine Goldenstein foi a colaboradora mais próxima dos últimos anos de Paul Ricoeur, e a quem ele confiou seus arquivos, daí a origem do título de Conservadora dos Arquivos Ricoeur. É a grande impulsionadora e articuladora das atividades do Fundo Ricoeur. Acolhe e auxilia pesquisadores de diferentes partes do mundo que vem aí realizar suas pesquisas. Publicou, junto com Olivier Abel, a obra póstuma *Vivant jusqu'à la mort* (2007), que são as últimas anotações em vida de Paul Ricoeur, e junto com Jean-Louis Schlegel organizou a coletânea de artigos de *Paul Ricoeur Écrits et conférences 1: autour de la psychanalyse* (2008). Confira a entrevista.

Roberto Lauxen - Como você conheceu Paul Ricoeur?¹

¹ Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir um artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na edição 49 da Revista IHU On-Line, de 24-02-2003, disponível para download em <http://bit.ly/9m0DBP> e uma entrevista na 50ª edição, de 10-03-2003, disponível para download em <http://bit.ly/ce-xldt>. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória* sobre Ricoeur, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://bit.ly/aXJH1>. A formação de Ricoeur se dá em contato com as ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia. Suas obras importantes são: *A filosofia da vontade* (primeira parte: *O voluntário e o involuntário*, 1950; segunda parte: *Finitude e culpa*, 1960, em dois volumes: *O homem falível e A*

Catherine Goldenstein - Fiz estudos de inglês em Nanterre nos anos 1966-1970. Portanto, ao menos conhecia o nome de Paul Ricoeur. Ele me disse rindo depois de nos conhecermos melhor: “Então, você também lançou-me pedras!”. Já tinha lido e estudado alguns de seus livros. **Recordo-me, por exemplo, particularmente do estudo de Virginia Woolf² em *Tempo e narrativa*. Mas quando conheci Paul e Simone Ricoeur num domingo de 1996, na paróquia protestante de Châte-nay-Malabry, onde minha família e eu acabávamos de nos instalar, encontramos como qualquer dos outros paroquianos: acolhendo e reencontrando uns e outros, cantando, partilhando o pão e o vinho na ceia. Estávamos imediatamente próximos: Simone tinha envelhecido mais rapidamente que o seu marido, e**

simbólica do mal). De 1969 é *O conflito das interpretações*. Em 1975 apareceu *A metáfora viva*. O sentido do trabalho filosófico de Ricoeur deve ser visto em uma teoria da pessoa humana; conceito - o de pessoa - reconquistado no termo de longa peregrinação dentro das produções simbólicas do homem e depois das destruições provocadas pelos mestres da “escala da suspeita”. (Nota da IHU On-Line)

² Virginia Woolf (1882-1941): escritora inglesa. Estreou na literatura em 1915 com o romance *The Voyage Out*. (Nota da IHU On-Line)

parecia já uma pessoa idosa que tinha manifestamente necessidade de cuidados. Propus ir vê-la e de passear com ela quando estivesse sozinha. Paul Ricoeur estava em muito boa forma; continuava as suas viagens, suas conferências e estava feliz de saber, quando estava distante, que alguém dava assistência à sua esposa. É, portanto, a amizade com Simone que veio em primeiro lugar, apesar da nossa diferença de idade: eu tinha a idade de seus filhos.

Fragilidade

Fiquei imediatamente comovida ao ver Paul Ricoeur tão atento e terno, desamparado também, frente à sua esposa e seus problemas de saúde. Nunca fiquei intimidada, porque sentia demasiado nele não o homem público, mas o homem inquieto, que tinha necessidade de ajuda e da presença amigável, afetiva, para fazer face à doença da sua esposa, e me dizia: “Se apaga como uma pequena vela”. Eu ajudei sem dúvida a diminuir a angústia e a penalidade de um ou outro destes seus momentos. Eu prometi a Simone, que me pedia, de cuidar dele quando estivesse sozinho. E, com efeito, eu acompanhei Paul no luto da sua mulher em 1998 (luto particularmente cruel, pois eram casados desde mais de 60 anos!), e até ao fim da sua vida, em 2005. Habitavam na mesma casa há 50 anos; organizamo-nos para que ele pudesse terminar seus dias aí. Adormeceu para sempre na sua cama, pacificamente, sem tubos em todas as direções acima de sua cabeça, como se vê no hospital.

Roberto Lauxen - François Dosse nos ofereceu uma excelente biografia de Paul Ricoeur, delimitada pelo distanciamento do historiador, mas você viveu junto à família Ricoeur, com Paul e sua esposa Simone. A partir de seu testemunho e memória, o que destacaria como traços característicos do homem Ricoeur?

Catherine Goldenstein - A biografia escrita por François Dosse é notável, foi e permanece para mim um instrumento capital desde que organizo e trabalho sobre os arquivos de Paul Ricoeur. Tudo está lá! Quando penso que Paul Ricoeur

nunca tinha visto nem confiado nenhum arquivo pessoal a François Dosse! Foi uma conquista e tanto! E de resto, aí está um detalhe revelador de Paul Ricoeur: ele não iria atender à pessoa que escrevia uma biografia sobre ele, nem lhe confiar arquivos para, sobretudo, não lhe influenciar, tanto mais que ele tinha muito cuidado em não misturar vida privada e vida pública. François Dosse foi muito respeitoso sobre este ponto.

Quanto a mim, é claro, sempre senti a obrigação de uma grande discrição; quero respeitar a confiança que eles depositaram em mim ao me aceitarem na sua intimidade: falar pouco, sempre encontrando o tom certo para falar sobre o que eu testemunhei. É porque estes anos passados preferi testemunhar esta afeição compartilhada não pelo discurso, mas pela ação: trabalhei muito para organizar os Arquivos, colaborei na preparação da biblioteca para a qual se construiu uma magnífica concha, na constituição e animação da rede de investigadores e correspondentes - tudo isso que hoje chamamos “o Fundo Ricoeur”. Este investimento no trabalho tem por conseguinte uma motivação profunda, uma necessidade interior.

Retrato de um filósofo

Mas sinto que ainda tenho de dar um testemunho: acrescentar pouco a pouco alguns traços ao retrato do filósofo. Quero dizer, há a filosofia de Ricoeur, acessível nas suas obras publicadas, e há as atitudes fundamentais que se revelam no cotidiano; aquelas que entram em jogo quando se fala de ética. De resto, dizia-me às vezes: “não me faça dizer o que eu não disse! Você vigiará, não é?”; “Se alguém vos interrogar, vos direis...”; “Trata-se de um testemunho.” Mas veja, fixo-me um caminho estreito entre tudo isso que se pode dizer sem estar a cair nem na futilidade psicológica, nem na narração hagiográfica, que Paul Ricoeur detestava. Dou-vos aqui, muito rapidamente, as pistas que me vêm à mente sobre o que observei.

Uma imensa fé no homem

Ele procurou incessantemente dar a cada um o sentido da sua capacidade/capabilidade (*capabilité*), através da qual ele encontrou a coragem e a força para agir. Era talvez o que o animava a aceitar ainda, com mais de 85 anos, a participar de múltiplos encontros organizados por grupos de todos os tipos: sindicalistas, políticos, profissionais (assistentes sociais, por exemplo), pesquisadores, religiosos, escolares, universitários. Dirigia-se a cada grupo após ter preparado com cuidado o que conviria à sua necessidade específica, mas sempre a um elevado nível de exigência intelectual para, dizia, “honrar a sua audiência”. Tinha mais de 90 anos quando o vi toda uma manhã de domingo a preparar cuidadosamente o que diria aos habitantes de uma cidade da região parisiense que tinha sido palco de violências comunitárias; uma reunião tinha sido organizada na catedral desta nova cidade. Um bispo, um imã, um rabino e Paul Ricoeur tinham sido convidados para animar esta reflexão. Este domingo após o meio-dia lá, um dia de novembro cinzento e congelado, ele falou longamente na frente de um público bem heterogêneo de cidadãos desta nova cidade, e quando retornou ele confiou-me, incrédulo e ligeiramente chocado: “Era o único que tinha preparado algo! Você percebe! Eu sempre preparo, por respeito com àqueles a quem sou chamado a falar.”

Eu nunca o ouvi relatar conversas indiscretas, fofocas, nunca ouvi tampouco falar mal de alguém. Eu creio que ele teria sido incapaz disso; na pior das hipóteses, ele poderia dizer: “Estou decepcionado com ‘X’...”. Na maior parte do tempo, a conversação seguia ao nível da marcha do mundo.

Avançar para o futuro

Se falássemos de um problema ele dizia muito rapidamente: “Não podemos permanecer no lamento, é necessário ir mais adiante: propor uma reflexão que permita avançar. Não se trata de lamentar, mas avançar para o futuro”; de onde a sua reserva em assinar apenas petições. Denunciar, sim, para propor ir mais adiante. Nunca deixar uma ideia sem conduzi-la até o limiar do que ela pode oferecer.

Não revolver sobre o passado: este

revolver não potencializa ... “Não nos lamentemos sobre o que não é mais”, diz ele: “Congratulemo-nos com o que temos”, e era realmente sua atitude básica.

Destaco, ainda, seu potente desejo de viver, e viver com intensidade, sensível até ao fim. Este estado de comunicação permanente no qual ele estava. Os encontros, constantemente renovados, eram um dos motores da sua extraordinária vitalidade.

A sua preocupação de educador: sempre preparar o futuro, passar adiante o que aprendeu, leu, pensou; por seus livros e seus escritos “semear outras almas” de acordo com a expressão de Platão.

Seu temor visceral da violência: a convicção que a humilhação gera o desejo de vingança, que o ciclo da violência não pode então ser parado. Isto na marcha do mundo. A situação na Irlanda incomodava-o muito num certo momento, e evidentemente até a sua morte a situação de Israel; na sequência do 11 de setembro etc. Nas relações interpessoais, o que tornava-o em geral bastante vulnerável é que, ao invés de recusar algo que era-lhe pedido - entrevista, utilização de um dos seus textos, participação numa reunião etc. -, dizia sempre sim, mesmo ainda muito idoso ou sobrecarregado de trabalho, para não ferir ou ofender...

A fidelidade como modo de vida: fidelidade nos compromissos profundos, nas suas escolhas de vida. Sei que é um dos temas importantes da sua filosofia, mas o que eu posso atestar é que era realmente vivida.

Um último ponto a acrescentar - ou quem sabe o primeiro: a obra e a vida eram nele inseparáveis. Ele tinha necessidade de participar até mesmo na sua existência da justa afirmação do seu pensamento. Encontrei sob a sua pluma em 1965 esta observação: “Fazer da filosofia uma espécie de vida”. E isso resume efetivamente o que eu pude sentir junto dele.

Roberto Lauxen - Como Paul Ricoeur procurou conciliar sua vida profissional com sua vida familiar e qual a importância de Simone Ricoeur para a realização de sua imensa obra?

Catherine Goldenstein - Nunca direi

o bastante quanto ao papel de Simone Ricoeur. Sua esposa foi capital. Ela era uma das pessoas que, parecendo se ocupar apenas da vida comum, trazia muito mais, trazia um pedestal de solidez sem o qual nada teria podido ser construído. Compreendo que desde que se uniram - tinham sem dúvida 20 anos um e outro -, ela desempenhou um papel fundamental no sistema de vida de Paul. Ela não era filósofa, nem uma intelectual, mas compartilhou toda sua vida e o progresso da sua carreira, os seus compromissos, os seus entusiasmos. Tiveram juntos cinco filhos, uma vintena de netos e bisnetos. Esta vitalidade da sua família con-

“Seu potente desejo de viver, e viver com intensidade, sensível até ao fim. Este estado de comunicação permanente no qual ele estava”

gratulava Paul. Mas foi Simone quem assegurou a vida familiar, ouvi um de seus filhos comentar. O único rival que Simone pôde ter em sua vida foi a filosofia! Sei que os filhos sentiram com penalidade também esta rivalidade...

Fazemos em francês a diferença entre “familiar” (familier) e “familiar” (familial). As minhas relações com Paul e Simone Ricoeur eram familiares, e permaneceram até a morte de Paul: havia entre nós toda a simplicidade da vida, a divisão de todas as preocupações, os desejos, as esperanças. A vida familiar de Paul existia, mas os seus filhos moravam longe, eram eles mesmos já avós, e não tinham adquirido o hábito da relação familiar com o seu pai: eu sentia certa intimidação recíproca entre eles.

Roberto Lauxen - Nós conhecemos através de muitas entrevistas, artigos e dedicatória de livros de Paul

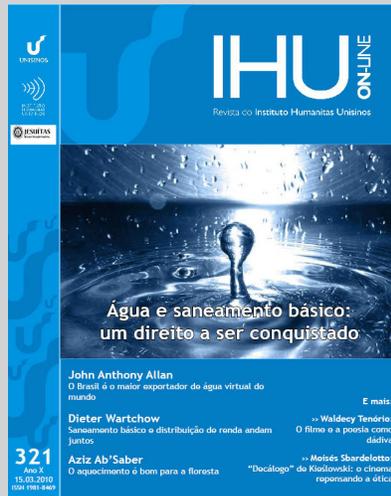
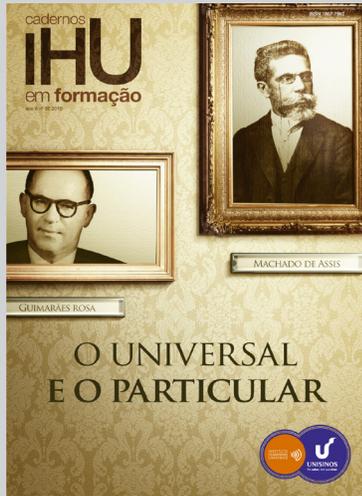
Ricoeur, a referência que ele faz a seus “amigos”, os presentes e aqueles que partiram ao longo de seus 92 anos de vida. Sabemos ainda que ele fez da amizade uma das expressões teóricas de sua ética. Há alguma diferença de sentido na referência que Ricoeur faz a seus amigos?

Catherine Goldenstein - Sim, certamente! Paul Ricoeur era um homem da amizade: é isso que eu entendi nos meus contatos pessoais com ele, as minhas conversas com os seus amigos, de antigos estudantes, e o que encontrei nos arquivos que ele conservou. Falou de maneira filosófica, como você recordou, mas na sua vida, a qualquer idade, isso foi algo de fundamental. Entre o “próximo” - aquele com quem era vinculado por uma vida compartilhada, “aquele que pôde congratular-se do meu nascimento e será afetado pela minha morte” -, e a massa inúmera de homens e de mulheres que não tem rosto, mas que é tocada pela sua obra, há toda uma gama de relações. Primeiro, os seus amigos próximos eram numerosos. E entre a relação interpessoal e a instituição, as inumeráveis ligações contavam para ele: tinha o sentido da comunidade, pensar juntos, mas sem nunca estar a se fechar numa relação ou numa única pertença.

Roberto Lauxen - Como você tornou-se a Conservadora dos Arquivos de Paul Ricoeur e como se constituiu o Fondo Ricoeur? Quais são as particularidades desses Arquivos e o que eles ainda podem nos revelar?

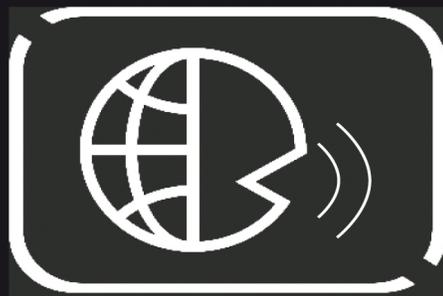
Catherine Goldenstein - Velar sobre o movimento que se apaga, mas sobretudo sobre o movimento que se constrói: este foi meu papel desde a morte deste amigo que era para mim Paul Ricoeur. Eu vejo gradualmente esta existência que começa a se desdobrar como numa história literária: evitar que ela seja parcializada; conservar a unidade: vida-obra, vida-encarnada; mas também, me importo muito com a coesão dos grupos de amigos, de parentes: Estados Unidos, França, Europa, América Latina, Japão. Por toda a parte Paul tinha amigos. Conheci-o ao redor deles quando vinham vê-lo em Paris ou o recebiam. Ele gostava de apresentar-lhes a mim. Por conseguinte, tentei manter estas relações através e em torno do Fundo Ricoeur.

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



A direita financeira midiática e os limites da democracia

POR BRUNO LIMA ROCHA*

É comum assistirmos a comentaristas econômicos de veículos com grande audiência e penetração tomar como critério de verdade a editoriais e matérias publicadas em fontes especializadas em escala global. Estes jornais, portais e revistas, produzidos em suporte eletrônico e impresso, escritos em inglês (como língua franca da globalização capitalista até o momento), teriam o poder de influenciar formadores de opinião em países emergentes como o Brasil, ou em decadência como Espanha e Portugal. O que é pouco ou nada difundido, por ser premissa oculta, é o fator fundamental do posicionamento político-ideológico destes veículos, pois não existe comunicação social sem posição e opinião e as bases de pensamento por eles defendidas. É óbvio que me refiro a publicações como The Wall Street Journal, Financial Times e The Economist, sendo o último o de maior influência do presente. Tais veículos professam abertamente as bases da chamada direita financeira. O problema é que no Brasil quase ninguém fala disso. E por que será?

Dentro do panorama político, circulando no universo das ideias de representação da sociedade em termos de distribuição, controle, alocação, circu-

lação e usufruto de recursos e poder, um setor ideológico está na berlinda e por isso mesmo parte para o ataque. Após a mega estafa em escala global, cuja bolha imobiliária, o esquema de venda de títulos podres e ativos tóxicos sem lastro ou valor real (chamados de derivativos) e a noção geral de que a autorregulação dos mercados não passa de um mito neoliberal, aqueles que os adeptos da teoria crítica chamam de direita financeira passam a buscar uma base argumentativa de defesa.

Esta direita financeira encontra-se sob diversas formas e manifestações. Em geral, porém, pode ser localizada em um exemplo de teoria das portas giratórias, onde atores-chave circulam pelos agentes econômicos do sistema financeiro (bancos de investimento, de crédito, corretoras, agências de “análise de risco”), postos fundamentais no Estado (na autoridade monetária e em ministérios como Fazenda e Planejamento) e também nos meios de produção de bens simbólicos, a exemplo de universidades e veículos formadores de opinião. Essa gente, quando fala, influencia. Alguns meios com influência em escala global costumam ser citados como se portadores de alguma verdade de tipo científico, ou razão a ponto de serem tomados como fontes fidedignas

* Bruno Lima Rocha tem doutorado e mestrado em ciência política pela UFRGS, jornalista graduado na UFRJ e docente de comunicação social na Unisinos. É editor do portal Estratégia & Análise e membro e pesquisador do Grupo Cepos. Email: <blimarocha@gmail.com>

num momento de, por exemplo, sacar alguma resolução de política econômica nacional.

Em termos de posicionamento, a chamada credibilidade e o suposto rigor metodológico destes veículos formam um discurso ficcional. Crer nos editoriais do Wall Street Journal ou nas matérias de fôlego do The Economist é um posicionamento político. Sua suposta precisão ao expressar “as regras da economia” é tão factível como a fictícia ideia de “isenção” das agências de análise de risco, a exemplo da Standard & Poors ou a Moody’s. Em termos de política, seria algo tão recomendado para a prestação de assessoria econômica para um Estado assim como ocorreu na Grécia e sua visceral e trágica relação com a Goldman Sachs, cuja resultante é uma rebelião popular e greves gerais em sequência.

**Dois fatores a serem ocultados:
a democracia e a conta**

Reza o receituário do capitalismo de que não existe almoço grátis. Também é igualmente verdade o triste fato de que quase sempre os que pagam a conta mal entendem porque estão pagando. Quando as versões da suposta crise econômica e do rombo financeiro dentro das incontroláveis finanças dos principais bancos europeus são traduzidas como simples aumento do déficit público e incapacidade do cumprimento dos acordos impostos pela Comissão Econômica Europeia, o que os principais veículos de difusão

“Dentro do panorama político, circulando no universo das ideias de representação da sociedade em termos de distribuição, controle, alocação, circulação e usufruto de recursos e poder, um setor ideológico está na berlinda e por isso mesmo parte para o ataque”

da direita financeira estão fazendo é simplesmente ocultar a relação principal de causa e efeito. Nesse bojo, dedicam laudas sem fim a respeito do problema dos gastos públicos e ao Estado de bem-estar social.

Quando estas mensagens chegam aos países latinos, os intérpretes daqui fazem mimetismo com suas matrizes de pensamento e atribuem o volume do déficit ao tamanho do Estado e sua “incapacidade de autogerenciamento”. Tal

absurdo é repetido centenas de vezes ao analisar-se o ocaso do Estado português - a cumprir planos de metas do FMI tal como o Brasil o fazia na década de 1980 - ou o desemprego altíssimo na Espanha atual. O que estes supostos especialistas e suas fontes de origem nunca dizem é simplesmente o óbvio. O Estado opera como pagador de última instância das grandes corporações, sobretaxando a população em carga tributária e retirada de direitos, financiando com recursos coletivos os agentes econômicos privados.

Foi isto o que causou a quebra da capacidade de investimento e mesmo de financiar a máquina pública em países como Irlanda, Islândia, Grécia, Portugal e Espanha e este é o risco real que corre a sobrevivência da Zona Euro. Ao impor os acordos de salvação, a Comissão Econômica Europeia e o FMI estão retirando direitos e comprometendo a soberania de eleitores e cidadãos destes países, uma vez que suas vontades, já muito pouco respeitadas após as eleições, passam a ser totalmente ignoradas.

O mando do povo e o exercício de sua soberana de decisão, ou seja, a democracia em qualquer escala, sempre vai ser um entrave a livre circulação do capital em geral e do financeiro em particular. É por isso que os veículos que defendem a direita financeira têm de ocultar as relações de causa e efeito e plantar cortinas de fumaça sobre os fatos reais. A conclusão é: se tudo o que é sólido evapora no ar, é porque alguns fazem esta riqueza desaparecer e outros tantos fazem isso parecer algo “natural”.



CEPOS
grupo de pesquisa

ESPECIALIZAÇÃO EM TELEVISÃO E CONVERGÊNCIA DIGITAL

TURMAS EM PORTO ALEGRE

Inscrições pelo site www.unisinos.br/especializacao/televisao_digital/
ou pela central de relacionamento da Unisinos Fone : 3590-8131

**AULAS EM CONJUNTO
COM A GLOBO
UNIVERSIDADE**

REALIZAÇÃO:
 **UNISINOS**

Teologia Pública

Summorum Pontificum e Universae Ecclesiae: inovações ou retrocessos litúrgicos?

Em 2007, em resposta ao “ardente desejo” de “diversos fiéis” de “conservar a antiga tradição”, o Papa Bento XVI retomou a missa tridentina - em latim e versus Deum. Agora, com uma nova instrução, busca-se “garantir a correta interpretação e a reta aplicação” das disposições de então

POR MOISÉS SBARDELOTTO

No dia 13 de maio passado, a Pontifícia Comissão Ecclesia Dei, subordinada à Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano, divulgou a instrução *Universae Ecclesiae*, contendo normas de aplicação da Carta Apostólica *Motu Proprio Summorum Pontificum* de Bento XVI, publicada em julho de 2007.

Com o motu proprio (ou seja, um decreto papal) que entrou em vigor em setembro daquele ano, o Papa Ratzinger promulgou “uma lei para a Igreja universal” para regular o uso da liturgia romana anterior à reforma realizada em 1970, no Concílio Vaticano II. Assim, além de celebrar a missa com o Missal Romano contemporâneo, os “diversos fiéis” – segundo a Instrução – que, “tendo sido formados no espírito das formas litúrgicas precedentes ao Concílio Vaticano II teriam a “faculdade” de assistir a missas celebradas conforme o Missal de Pio V, do século XVI, publicado em 1570, logo após o Concílio de Trento, no contexto da Contrarreforma. De acordo com a instrução, o “ardente desejo” desses fiéis é o de “conservar a antiga tradição”.

A sua versão atualizada pelo Vati-

cano II introduziu modificações como o uso da língua vernácula de cada local, a simplificação dos ritos e o altar separado da parede, em que o padre celebra voltado para o povo. Já o Missal de Pio V prescreve que a missa seja rezada em latim, com o sacerdote versus Deum (voltado para Deus, de costas para os fiéis), com um rito muito mais rebuscado e repleto de rubricas. Este missal “mais antigo” reafirmava à época dois pontos-chave para o contexto de divisão com os protestantes: a presença real de Cristo na Eucaristia e a natureza sacrificial da Missa. Além disso, reunia os diversos ritos litúrgicos da Igreja de então sob um mesmo missal.

Ao longo da história, a chamada “missa tridentina” (de Trento) sofreu poucas alterações, sendo que a mais recente ocorreu em 1962, com João XXIII, que publicou um novo código das rubricas do Cânon Romano, incluindo, na oração eucarística, uma referência ao nome de São José e eliminando a invectiva contra os “pérfidos judeus”. Na bula que acompanhava o novo missal, João XXIII já fazia referência ao Concílio Vaticano II, então já convo-

cado, que deveria propor os grandes princípios da reforma da liturgia.

Foi João Paulo II, em 1984, que concedeu a faculdade de retomar, sob certas condições, o uso do Missal Romano pré-conciliar. Quatro anos depois, Wojtyła publicou um motu proprio que exortava os bispos a serem “generosos” ao permitir o usus antiquior do Rito Romano. Com a atual autorização oficial de Bento XVI, explicitada e reformulada na nova instrução, fica definido que “os textos do Missal Romano do Papa Paulo VI e daquele que remonta à última edição do Papa João XXIII são duas formas da Liturgia Romana, definidas respectivamente ‘ordinária’ e ‘extraordinária’”: ou seja, dois usos do mesmo Rito Romano, um da Idade Média e outro da Idade Moderna. Segundo a instrução, “ambas as formas são expressões da mesma *lex orandi* da Igreja”. Porém, “pelo seu uso venerável e antigo a forma extraordinária deve ser conservada em devida honra”.

As entrevistas que seguem buscam analisar essa instrução com maior profundidade, a partir de alguns pontos litúrgicos e teológicos centrais que poderão afetar a vida das comunidades a partir de agora.

Por uma *Ecclesia* verdadeiramente *Universa*

Tornar impossível qualquer pastoral litúrgica: esse é um dos riscos reais que surgem a partir da publicação da instrução *Universae Ecclesiae*, do Papa Bento XVI, pondera Andrea Grillo. Na opinião do teólogo italiano, o “efeito perigosamente desorientador” do documento paira sobre todos

POR MOISÉS SBARDELOTTO

Tornar impossível qualquer pastoral litúrgica: esse é um dos riscos reais que surgem a partir da publicação da instrução *Universae Ecclesiae*, do Papa Bento XVI. Na opinião do teólogo italiano Andrea Grillo, especialista em liturgia pastoral, o “efeito perigosamente desorientador” do documento paira sobre todos. Se, com uma “ficção jurídica”, tornam-se contemporâneas duas formas diferentes de celebrar a missa e, além disso, objeto de escolha opcional, “cria-se uma situação híbrida e anômala, que logo revela ser uma confusão, com a qual se introduz uma grave descontinuidade na tradição do rito romano”, afirma.

Analisando questões específicas de cada um dos ritos - o tridentino e o do pós-Concílio Vaticano II -, Grillo também compara alguns de seus pontos teológico-litúrgicos centrais. E conclui: “Surpreende que o Papa Bento XVI tenha assumido uma teoria tão inconsistente no plano jurídico e com consequências tão incontrolláveis no plano litúrgico, eclesial e espiritual”. Para ele, estar em comunhão significa poder ser sincero. “Na sinceridade e no confronto, tudo é pelo melhor. Só assim a *Ecclesia* se mostra verdadeiramente *Universa*, e os pontífices parecem verdadeiramente *Summi*”, resume.

Andrea Grillo é filósofo e teólogo italiano, especialista em liturgia e pastoral. Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral de Pádua, é professor do Pontifício Ateneu S. Anselmo, de Roma, do Instituto Teológico Marchigiano de Ancona e do Instituto de Liturgia Pastoral da Abadia de Santa Giustina, de Pádua. Desde 2007, leciona como professor convidado na Faculdade Teológica de Lugano, e, desde 2008, na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Também é membro da Associação Teológica Italiana e da Associação dos Professores de Liturgia da Itália. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor interpreta a publicação da instrução *Universae Ecclesiae* no atual momento da Igreja? Em sua opinião, quais foram as reais intenções do Vaticano com essa medida?

Andrea Grillo - O documento *Universae Ecclesiae* estende o âmbito operativo do *Motu Proprio Summorum Pontificum*¹, ou seja, a extensão pessoal e territorial de uma pretensão de paralelismo ritual que instaura uma cova-gência entre o rito ordinário e o rito

extraordinário, o que - já à primeira vista - se revela incoerente, ineficaz e gravemente perigoso para a comunhão eclesial.

Com a pretensão de permitir uma dupla vigência de formas diferentes e não harmônicas do mesmo rito romano, determina-se progressivamente um conflito indomável entre tempos, espaços, hábitos, ritos, calendários, ministérios, códigos, competências diversas. A extensão refere-se tanto às *habilitações subjetivas ao rito*, ou seja, os critérios com que os sujeitos podem reivindicar direitos a respei-

to, quanto às *finalidades objetivas do rito*, que, mais explicitamente, são definidas como “pastorais”.

Na realidade, esse documento, apesar das boas intenções, corre o risco de tornar impossível qualquer pastoral litúrgica, já que tem um efeito perigosamente desorientador sobre todos: principalmente sobre os bispos, que perdem o controle das dioceses, depois sobre os padres e, enfim, também sobre os leigos, pelo fato de subtrair da Reforma a sua necessidade.

IHU On-Line - Em termos teológico-

¹ Disponível em <http://bit.ly/knjUwt>. (Nota da IHU On-Line)

litúrgicos gerais, o que diferencia o rito extraordinário (tridentino) e o rito ordinário (pós-Vaticano II)? Que mistério e que Igreja são ressaltados em cada um deles?

Andrea Grillo - Trata-se de duas formas do mesmo rito, das quais a mais recente (pós-Vaticano II) é mais antiga do que a tridentina. É útil ler um livro de François Cassingena-Trevedy, que se intitula *Te igitur*, do qual se entende bem como o rito tridentino é um rito “tipicamente moderno”, que hoje relemos de modo individualista, subjetivo e burguês.

A passagem dessa primeira forma moderna do rito romano à segunda forma, pós-conciliar, comunitária, relacional, simbólico-ritual, aconteceu por meio de um concílio e de uma longa fase de reforma, que foi causada pelos limites, pelas lacunas, pelas unilateralidades do rito tridentino, dos quais a Igreja havia se dado conta progressivamente a partir do século XIX.

A passagem que a Reforma quer promover refere-se ao sujeito que celebra (do padre individual à relação assembleia/ministros), ao rito (que não é mais só para ser observado por um indivíduo, mas deve ser celebrado por uma comunidade), à relação com Deus (que, de monológica, se torna dialógica), à palavra de Deus (que agora tem espaço, visibilidade sacramental e riqueza muito mais significativa), ao papel da comunhão (que agora é feita por todos como uma ação ritual da missa e não mais como devoção privada).

Todas essas passagens representam os diversos estágios de um mesmo rito romano. É preciso notar que as duas formas estão em continuidade (e garantem continuidade) na sua sucessão diacrônica. Se, com uma ficção jurídica, tornam-se essas formas diferentes contemporâneas e objeto de escolha opcional, cria-se uma situação híbrida e anômala, isenta de certezas e de orientação, que logo revela ser uma confusão, com a qual se introduz uma grave descontinuidade na tradição do rito romano.

A continuidade é garantida pela sucessão de formas diferentes do mesmo rito, enquanto o fato de tornar contemporaneamente acessíveis formas

diferentes desse desenvolvimento histórico do mesmo rito significa introduzir uma ruptura inédita e uma descontinuidade estrutural na tradição eclesial.

Parece-me que a afirmação que, sobre este plano, se torna mais paradoxal e mais grave é a “absoluta liberdade” reconhecida ao padre individual, ou ao bispo, na sua celebração “sem povo”, de poder escolher a forma ordinária ou extraordinária, sem ter que prestar contas a ninguém: a Reforma Litúrgica se torna, assim, um mero “opcional” da própria identidade ministerial. Isso

“É evidente que o rito tridentino confia grande parte da mediação exclusivamente ao ministro ordenado, com um desvio perigosamente clerical da identidade, dos estilos retóricos, das formas do exercício da autoridade”

também é um *monstruum* inédito com relação à tradição da Igreja.

Era-me perguntado também sobre o “mistério” e a “Igreja”: parece-me ser inegável como uma forma ritual descreve e propõe, ao mesmo tempo, um modelo de objeto (o mistério de Cristo) e de sujeito (o mistério da Igreja). O mistério e a Igreja tomam forma no rito celebrado.

Agora, é evidente que o rito tridentino confia grande parte da mediação exclusivamente ao ministro ordenado, com um desvio perigosamente clerical da identidade, dos estilos retóricos, das formas do exercício da autoridade. É o padre que tem a ver com o mistério e com a Igreja. Por outro lado, é o padre que é competente pelo rito, e não a assembleia, que se limita

a assistir e - entretanto - exercita sua própria devoção sobre outros textos e com outros ritos. Os ritos e as orações não são comuns.

O rito pós-conciliar, ao contrário, tenta mostrar melhor uma “presença de Cristo” mediada de muitos modos, articulando melhor carismas, ministérios, sujeitos, funções, tempos, espaços etc. E faz isso aspirando a que o rito se torne “linguagem comum de toda a Igreja”.

Por isso, como dizia no início, o rito que brotou da Reforma Litúrgica é “mais antigo” do que o tridentino, porque tenta se encaminhar para a superação do individualismo - tanto clerical quanto laical - que caracteriza tão fortemente aquela versão moderna do rito romano que é o rito tridentino.

IHU On-Line - A *Universae Ecclesiae* se manifesta como uma resposta aos fiéis que “expressaram o ardente desejo de conservar a antiga tradição”. No fundo, o que significa e que sentido tem a Tradição para a vida da Igreja, especialmente na questão litúrgica?

Andrea Grillo - Conservar a tradição antiga é o grande objetivo do cuidado pastoral para a liturgia, que o último século e meio teve dificuldade para manter viva e que agora é garantido pelo rito de Paulo VI². No período que preparou o Concílio, havíamos nos dado conta que o desenvolvimento pós-tridentino da tradição havia cada vez mais ofuscado o seu sentido e a sua raiz, enrijecendo-se em uma infinidade de normas e de formas insustentáveis.

A partir dessa dificuldade de quase dois séculos, surgiu o desejo de “adaptar” e de “atualizar” as práticas rituais, a fim de recuperar o seu valor como fonte para a identidade cristã. A tradição, de fato, para ter continuidade, deve saber mudar. Se, ao contrário, colocamos ao lado da tradição renovada uma tradição velha, permitimos que uma nostalgia de curto respiro ameace a própria tradição, interrompa suas principais vias de comunicação e de transformação.

² Paulo VI (1897-1978): Giovanni Battista Montini foi papa da Igreja Católica entre 1963 e 1978. Chefou a Igreja Católica durante a maior parte do Concílio Vaticano II e foi decisivo na colocação em prática das suas decisões. (Nota da IHU On-Line)

A tradição muda ao longo do tempo, mas torna-se tradicionalismo quando não aceita essa mudança estrutural e se fixa rigidamente, com pretensões de perenidade. Desse modo, morre a tradição: em nome de ataques pessoais e de sensibilidades nostálgicas.

IHU On-Line - O chamado missal de João XXIII, de 1962, remonta ao Papa Pio V³, do século XVI. O que significa, nesse sentido, a retomada hoje de um missal da Contrarreforma?

Andrea Grillo - O missal de 1962 não é apenas a última versão do missal de Pio V, mas é também um ato profético com que João XXIII deu à Igreja um texto provisório - e sublinho "provisório", porque assim o próprio Papa João o considera explicitamente -, à espera da reforma que seria feita à luz dos *altiora principia* que seriam expressados pelo Concílio Vaticano II, que, em 1962, já havia sido lançado.

Nos últimos anos, uma parte minoritária e extremista da Cúria Romana havia ousado chamar essa pequena e marginal edição do Missal tridentino de "a grande Reforma de João XXIII": trata-se de uma mistificação sem verdade e sem pudor. O missal de 1962 é um texto de trânsito, de passagem, contingente e provisório, segundo o que o próprio Papa João disse dele, ainda em 1960, no *Motu Proprio Rubricarum Instructum*.

Portanto, é ainda mais objetivamente difícil "retomar" ou "ressuscitar" o missal de 1962, seja porque o papa posterior, Paulo VI, queria que ele fosse superado e substituído, seja porque João XXIII, o mesmo papa que o havia aprovado, considerava-o estruturalmente provisório. Considerar vigente o Missal de 1962 é uma ficção jurídica que não se sustenta nem diante de Paulo VI, nem diante de João XXIII. E é uma ficção jurídica ainda mais grave por ter sido conjecturada pela primeira vez por parte dos círculos tradicionalistas, no início da Reforma Litúrgica, para fazer resistência à própria Reforma.

³ São Pio V (1504-1572): nascido Antonio Ghislieri, foi papa de 7 de Janeiro de 1566 até a sua morte. Foi Beatificado no dia 27 de Abril de 1672 e canonizado no dia 22 de Maio de 1712. (Nota da IHU On-Line)

Surpreende que o Papa Bento XVI tenha assumido uma teoria tão inconsistente no plano jurídico e com consequências tão incontroláveis no plano litúrgico, eclesial e espiritual.

IHU On-Line - A instrução diz que a celebração da missa tridentina deve ser feita por um "sacerdote idôneo", que tenha um conhecimento do latim "que permita pronunciar as palavras de modo correto e de entender o seu significado". Como fica a participação litúrgica dos fiéis com o uso de uma língua morta? Que significação a pessoa do sacerdote adquire?

Andrea Grillo - Ao lado das ficções jurídicas que recém ilustrei, o documento

“O latim não é mais uma língua em uso, nem na Igreja. Uma coisa é traduzir algumas linhas do *De bello gallico* de César, outra é celebrar um rito”

pressupõe muitos, muitos fatos inexistentes. O latim não é mais uma língua em uso, nem na Igreja. Uma coisa é traduzir algumas linhas do *De bello gallico* de César, outra é celebrar um rito. Essa não é só a condição dos padres que não estudam: essa é uma condição comum a todos os homens e as mulheres de hoje: nem os papas têm o latim como língua de uso. Eles não pensam em latim. Escrevem as encíclicas em italiano, em polônês, em alemão...

Pressupor que um DVD possa dar o uso sensato da língua ritual é um sonho de visionários e uma mistificação grave e ilusória. Isso vale até para os padres. Sem falar dos leigos. Com o latim, eles voltariam rapidamente a "assistir", como diz explicitamente a recente instrução *Universae Ecclesiae*.

Mas isso é precisamente aquilo que o Concílio, em 1963, deseja que não acon-

teça nunca mais na Igreja e busca superar justamente com a Reforma Litúrgica. O Concílio promove uma Reforma para que todos possam sentir o ritual como linguagem "própria". Por isso, é muito difícil defender que o recente documento *Universae Ecclesiae* não é contra a Reforma Litúrgica, visto que ele encoraja uma participação que inevitavelmente é a de "espectadores mudos".

IHU On-Line - Na carta enviada aos bispos em 2007 acompanhando o *motu proprio*, Bento XVI diz: "Não existe qualquer contradição entre uma edição e outra do *Missale Romanum*. Na história da Liturgia, há crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura. Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, permanece sagrado". Nesse sentido, é possível conjugar o "sagrado" e a "liturgia" sem "nenhuma ruptura"?

Andrea Grillo - O papa tem razão se nos pede para permanecer bem plantados na dinâmica de uma história que se articula no espaço e no tempo: na sucessão histórica das duas formas, não há nenhuma contradição entre rito velho e rito novo. Mas, exatamente, só na sucessão temporal de duas formas diferentes!

Se, ao contrário, pretende-se que essas duas formas convivam na mesma unidade de espaço e tempo, sem subordinar uma à outra de modo claro e definido, perde-se imediatamente a orientação e, assim, também o sentido da tradição. A Reforma Litúrgica - devemos lembrá-lo a muitas mentes que se esqueceram disso - foi um *ato necessário*, uma passagem que a Igreja advertiu e julgou, em seu mais alto nível, conciliarmente, um evento decisivo da sua própria identidade, enquanto hoje a *Universae Ecclesiae* e, antes ainda, a *Summorum Pontificum* a reduzem a um *fato simplesmente possível, quase a um opcional*.

Aqui está uma diferença delicadíssima, sutil como um fio de cabelo, mas decisiva. Se verdadeiramente se reconhece a necessidade histórica da Reforma, não pode justamente colocá-la novamente ao lado daquele rito que ela quis e teve que superar intencionalmente. Quando se faz isso, altera-

se irremediavelmente todo o sentido e o impacto do ato de reforma.

Por outro lado, é preciso dizer que, se hoje nos preocupamos em evitar que a tradição sofra “rupturas”, é preciso evitar procurar outras piores: se a polêmica sobre a “hermenêutica do Concílio” é remetida à sua verdadeira intenção, é fácil ver como não se trata de contrapor continuidade e descontinuidade, mas sim de contrapor duas acepções diferentes de descontinuidade (ou seja, a Reforma e a descontinuidade *tout court!*). Toda Reforma introduz um certo grau de descontinuidade para poder garantir uma continuidade mais profunda e autêntica.

Seja-me permitido dar um exemplo, não litúrgico, mas disciplinar. Pensemos no que foi a Reforma tridentina do episcopado, marcada pela introdução da obrigação de “residência”. Certamente, é uma grande descontinuidade com relação às práxis dos séculos anteriores. Justamente essa descontinuidade, defendida e promovida por décadas e por séculos, produziu lentamente uma visão diferente do episcopado, menos administrativa e mais pastoral, menos imperial e mais paterna, menos prefeiteira e mais litúrgica.

O que aconteceria se, com um *Motu Proprio*, um papa da segunda metade do século XVI afirmasse que a “não residencialidade” jamais havia sido revogada e que, portanto, à sua escolha, os bispos poderiam residir ou não residir na sua diocese, de acordo com seus afetos, apegos ou pertenças?

É só um exemplo para mostrar a contradição de uma assunção contemporânea de perspectivas compatíveis entre si no devir da história, mas que são totalmente incompatíveis se assumidas contemporaneamente.

IHU On-Line - Na mesma linha, como interpretar essa afirmação do papa em nossa era (“pós-contemporânea”, “pós-metafísica”, “pós-revolução tecnológica”), enfim, em um novo período histórico? As respostas anteriores - sejam elas litúrgicas ou teológicas - ainda respondem ao momento atual?

Andrea Grillo - É preciso observar que aqui estamos diante de um efeito mo-

deralista do tradicionalismo e de um efeito tradicionalista do modernismo. Explico. A nostalgia com relação ao rito não mais vigente deve ser transformada em direito subjetivo à celebração segundo aquela ordem ritual, eclesial, espiritual. Por outro lado, a insistência no tema da liberdade e da acolhida gera uma Igreja sem mais pastoral.

Por isso, não é equivocado chamar de “*monstruum*” essa aparente solução, que revela, ao mesmo tempo, dois defeitos de esperança: há, nesses atos, como que um excesso de presunção junto a um excesso de desespero. A presunção consiste na pretensão de poder pular por cima não só da pastoral ordinária das dioceses e paróquias, mas também das soluções que, ao pro-

“A nostalgia com relação ao rito não mais vigente deve ser transformada em direito subjetivo à celebração segundo aquela ordem ritual, eclesial, espiritual”

blema da “gestão das opções”, haviam sido dadas pelos papas do Concílio e do pós-Concílio.

Mas há também desespero, porque não se tem mais confiança no fato de que a Reforma Litúrgica, apesar de todas as suas dificuldades, possa ser a escolha irrevogável da tradição católico-romana. Presunção e desespero minam a esperança, que a Reforma havia reaberto e continua sustentando, e da qual ainda precisa, contanto que não seja minada na base da “legítima” coexistência da sua negação.

O papa pode apoiar a Reforma Litúrgica, ou pode contradizê-la. Ele não pode fazer uma coisa e outra ao mesmo tempo, porque isso desorientaria progressivamente o corpo eclesial.

IHU On-Line - O cardeal Kurt Koch disse recentemente que essas me-

didias são os passos de uma “reforma da reforma” do Vaticano II, que ainda vai continuar, em busca de um rito que equilibre os extremos. Como a liturgia do Vaticano II poderia ser relida no contexto atual?

Andrea Grillo - Certamente sem querer, o cardeal Koch⁴ afirmou aquilo que o papa - pelo menos enquanto papa - tem repetidamente negado. O fato de que a *Summorum Pontificum* e a *Universae Ecclesiae* querem introduzir uma reforma da Reforma não pode ser deduzido a partir do texto dos documentos. Neles, de fato, pretende-se reafirmar todo o valor da Reforma Litúrgica. Por outro lado, não só alguns observadores, mas também a quase totalidade dos bispos e do povo de Deus, se não vivem fechados em um museu diocesano, já haviam advertido a estranha contradição entre as palavras e os fatos.

Com o discurso do cardeal Koch, parece ter se desvendado o mistério: se é a intenção do papa fazer uma reforma da Reforma, então têm razão todos aqueles que veem uma grave ameaça para a Reforma Litúrgica nesses dois atos do magistério. A fábula de final feliz resulta ser, então, pouco confiável, como quando o próprio Koch diz que “justamente os teólogos que haviam se comprometido com o movimento litúrgico, ou que haviam participado dos trabalhos do Concílio logo se tornaram sérios críticos dos desdobramentos litúrgicos pós-conciliares”. Não acho, de fato, que seja assim.

Não conheço nenhum teólogo que antes fosse favorável e que depois tenha se tornado contrário. Entre aqueles que hoje escrevem contra a Reforma não há um único teólogo que dela tenha participado. Escreve contra, normalmente, quem a conhece pouco. Essas opiniões em liberdade - se provêm da parte de quem deveria pesar o que diz a partir de sua própria responsabilidade - projetam sobre a realidade os desejos de quem as pronuncia, enquanto os fatos ocorrem pontualmente para lhes desmentir.

⁴ Cardeal Kurt Koch: cardeal católico suíço e Presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos desde 2010. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - A instrução do Vaticano, por meio da retomada do *usus antiquior* da liturgia, visa a “favorecer a reconciliação ao interno da Igreja”. Esse fim justifica o meio escolhido?

Andrea Grillo - Repito que não é legítimo falar de *usus antiquior*. Chamaria de *uso mais velho*, ou, melhor ainda, “uso fora de uso”, que, se introduzido em um contexto pastoral harmônico e de crescimento eclesial, só traz desequilíbrios, conflitos, ilusões e frustrações. É a negação de 50 anos de escolhas árduas, corajosas e cheias de benefícios para a vida das comunidades. A intenção e o efeito não podem coincidir. Ou melhor, se contradizem, visto que a conformidade do meio ao fim é justamente a questão central que causa perplexidade nesses procedimentos.

A meu ver, a lógica do indulto é a única capaz de salvaguardar as escolhas pastorais e as competências episcopais. Enquanto a “liberalização”, na forma que assumiu agora com a *Universae Ecclesiae*, desorienta e impede qualquer pastoral unitária e harmônica. Estão bem conscientes disso todos os bispos que têm uma real experiência pastoral. Os poucos que podem compartilhar essa escolha são aqueles que não têm um povo ao qual responder.

Se estamos sempre fechados no escritório, ou talvez até se aspiramos entrar em algum escritório, é muito fácil pensar e dizer enfaticamente que esse documento só traz paz e reconciliação. Se só colocamos um pé fora de casa e se aceitamos olhar na cara a realidade, entendemos que obtemos só o efeito contrário. Acho que isso demonstra um certo provincianismo típico daquela mentalidade curial, que abre muito pouco as janelas para deixar entrar um pouco de ar fresco. E que reduz o mundo à ideia que dele se fez.

IHU On-Line - Alguns comentaristas apontam que, por trás da instrução, colocam-se em questão as diferenças litúrgicas entre o “altar do sacrifício” e a “mesa da ceia”. É possível resolver essa tensão?

Andrea Grillo - A tensão já foi resolvida pela Reforma Litúrgica. A mesa é altar. Isso comporta, porém, um efeito muito importante em termos

“No novo rito, mesa e altar podem conviver; no velho, não. Por isso, a aparente tolerância da *Summorum Pontificum* e da *Universae Ecclesiae* introduzem um fator de intolerância que pode dilacerar todas as comunidades eclesiais”

de espaço litúrgico. A Reforma, como se sabe, envolve uma adequação das igrejas. Com esses novos documentos, que introduzem um paralelismo entre formas rituais não coerentes, se criará imediatamente uma espécie de impedimento à adequação por parte do uso velho.

No novo rito, mesa e altar podem conviver; no velho, não. Por isso, a aparente tolerância da *Summorum Pontificum* e da *Universae Ecclesiae* introduzem um fator de intolerância que pode dilacerar todas as comunidades eclesiais, o que se consegue impedir com o simples obséquio formal ao novo rito. Por outro lado, como já disse, são os próprios documentos que prosseguem com a mesma lógica: formal obséquio à Reforma e subtração progressiva das razões da sua necessidade prosseguem neles lado a lado.

IHU On-Line - A instrução garante aos fiéis interessados a “faculdade” de retomar a missa tridentina, faculdade essa que deve ser concedida “generosamente” pelos bispos. Em que outros aspectos a “generosidade” papal e episcopal deveria se manifestar mais, em sua opinião?

Andrea Grillo - Por si só, a generosidade é sempre uma coisa boa. Mas a generosidade desses documentos sofre de uma limitação estrutural pelo fato de que os destinatários parecem muito próximos - para não dizer idênticos - aos sujeitos

que promovem os próprios atos. É verdade que a generosidade para consigo mesmos não é só um limite, mas, quando é tão insistente, tão reiterada, proposta com argumentos tão frágeis e tão pessoais e sentimentais, também deixa a impressão de que o que está em jogo, sobretudo, é uma relação consigo mesmos, não com os outros. A generosidade para com expressões muito diferentes das afeições e das fixações rituais de um certo estilo de vida curial e clerical certamente teria uma força profética muito superior. Mas isso, talvez, seja pedir demais.

IHU On-Line - Em sua opinião, quais foram o sentido e o significado da Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II, analisada a partir dos esforços de Paulo VI na sua aplicação e os movimentos recentes de Bento XVI?

Andrea Grillo - A resposta a essa questão deve ser necessariamente bastante ampla e deve restabelecer, em primeiro lugar, uma correta memória do que aconteceu nos últimos dois séculos, substituindo os fatos à mitologia ilusória que os substituiu. Sobretudo, deve-se recordar que a condição da liturgia antes do Concílio Vaticano II versava em uma grave crise. Tal crise já havia sido reconhecida nas primeiras décadas do século XIX por homens como Antonio Rosmini⁵, na Itália, ou Prosper Guéranger⁶, na França. Cerca de um século depois, nos primeiros anos do século XX, nasceu o Movimento Litúrgico oficial com Pio X⁷, Beauduin, Fes-

5 Antonio Rosmini (1797-1855): padre católico e filósofo italiano. Fundou o Instituto da Caridade e o das Irmãs da Providência, idealizados e queridos como ambientes propícios à formação humana, cristã e religiosa de quantos tinham partilhado o mesmo espírito, adaptando-se às contingências históricas, civis e culturais do seu tempo. A sua obra “As cinco chagas da Santa Igreja” é considerada precursora dos temas conciliares. (Nota da IHU On-Line)

6 Prosper-Louis-Pascal Guéranger (1805-1875): sacerdote francês, restaurador e abade do priorado beneditino de Solesmes, da Congregação da França da Ordem de São Bento. (Nota da IHU On-Line)

7 São Pio X (1835-1914): 257º papa. Seu pontificado decorreu de 4 de agosto de 1903 até a data da sua morte. Ficou conhecido como o “Papa da Eucaristia” e foi o primeiro Papa a ser canonizado desde Pio V (1566-72). (Nota da IHU On-Line)

tugière, Guardini⁸, Casel⁹... É verdade que todos esses escritores trabalhavam e pensavam no ambiente do rito tridentino. Porém, preparavam um profundo repensamento, que, com Pio XII, chegou a uma primeira reviravolta e começou a projetar a Reforma Litúrgica, a qual começou com o fim dos anos 1940 e não com o Concílio.

Antes, revisou-se a Vigília Pascal, depois a Semana Santa e, depois, pouco a pouco, todos os ritos cristãos. Esse período, que durou cerca de 40 anos - de 1948 a 1988 - realizou uma grande reforma do rito romano, que, na nova forma, substitui a velha forma, por causa das carências desta. A Reforma, no entanto, não era o fim, mas sim o instrumento para gerar, no corpo eclesial, uma forma diferente de participação, corpórea e simbólica, comunitária e dialógica. Os ritos são a linguagem comum a toda a Igreja. Voltar ao uso do rito prevalece agora sobre o temor do abuso.

Nesse espaço, tornado possível pelo novo modo de se referir ao rito - não só mais *ritus servandus*, mas *ritus celebrandus*, não mais só individual, mas comunitário, não mais preocupado com o mínimo necessário, mas sim com o máximo gratuito -, nesse *mare magno*, porém, começa-se a perder a memória desse caminho de muitas gerações. Encontramo-nos novamente no deserto da lenta transformação e diante das novas dificuldades que exigem que se assuma a participação de todos na única ação como lógica do culto eclesial. Em ambientes totalmente minoritários, com alguns laços com o tradicionalismo cismático lefebviriano, a ideia de que a crise foi causada pela Reforma abriu caminho. E de que, voltando para 8 Romano Guardini (1885-1968): teólogo, filósofo, pedagogo e literato italiano. Lecionou na Universidade de Bonn e na Universidade de Berlim, onde permaneceu até a década de 1930, quando o Terceiro Reich impediu suas atividades docentes. Em 1945, reassumiu na Universidade de Tübingen, passando, pouco depois, à de Munique. Escreveu muitas obras, entre elas, *De La Mélancolie*, traduzida por Jeanne Ancelet-Hustache (Paris: Points, 1953), e *La Fin des temps modernes* (Paris: Seuil, 1952). (Nota da IHU On-Line)

9 Odo Casel (1886-1948): monge e sacerdote beneditino alemão do mosteiro de Maria Laach, na Renânia alemã, principal expoente da reforma e renovação litúrgica. Definia a Liturgia como sendo o Mistério do culto de Cristo e da Igreja. Formou-se em filosofia em 1919, em Bonn, e em teologia, em Roma. (Nota da IHU On-Line)

“Acredito que a melhor maneira de prudência eclesial consiste em falar sinceramente, em manifestar os problemas abertos e os riscos pouco considerados, com respeito crítico e com crítica respeitosa”

antes dela, haveria alguma esperança a mais. Toma-se por esperança uma mistura verdadeiramente tóxica de presunção e de desespero.

Há autores, como Messori ou Bux, ou outros jornalistas, que nos últimos anos têm repetido esse paralogismo até o cansaço, pensando que a crise litúrgica começa com o Concílio: e isso só é possível dizer ignorando totalmente do que se fala. O engano é surpreendente e pode-se confirmar só se for cuidadosamente evitado qualquer contato com a realidade. Mas, justamente, quanto mais nos confirmamos nessa distância de qualquer pastoral concreta, mais nos tornamos incompreensíveis e diria quase escandalosos para toda forma de sério compromisso pastoral. Hoje, estamos nesse cume delicado, que, com muita paciência e grande decisão, deve ser enfrentado e superado. Mas podemos enfrentá-lo só naquele Espírito que, graças ao Concílio Vaticano II, “vimos claramente passar entre nós (e quem agora o nega, e há quem o faça, infelizmente sabe bem o que faz: a sua verborragia o trai)”, como escreveu Pierangelo Sequeri¹⁰ pungentemente.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Andrea Grillo - Gostaria de salientar apenas um último ponto, que me parece, no entanto, decisivo para a superação do cume do qual falava há pouco, e é a função dos pastores e dos teólogos

10 Pierangelo Sequeri (1944): teólogo, escritor e musicista italiano. (Nota da IHU On-Line)

em todo este assunto. De um lado, pode-se entender a grande cautela com a qual se toma a palavra sobre esses temas litúrgicos, dadas as sensibilidades que se manifestam dentro das “cúpulas”. Gostaria, porém, de lembrar a todos que é uma forma de imprudência não só uma palavra mal proferida, mas também um silêncio não justificado.

Hoje, eu acredito que a melhor maneira de prudência eclesial consiste em falar sinceramente, em manifestar os problemas abertos e os riscos pouco considerados, com respeito crítico e com crítica respeitosa. Mas quase todos calam. O papa não deve ser deixado sozinho com os seus colaboradores mais diretos, que muitas vezes demonstram uma grande desorientação em questões de liturgia. É preciso que os irmãos no episcopado e os teólogos com alguma competência falem entre si, com o povo de Deus e com o papa, para ajudá-lo a considerar a questão da liturgia de modo mais integral e menos abstrato. Caso contrário, a comunhão eclesial sofrerá muito, alimentar-se-á ainda mais de inúteis murmurações e se esquecerá da graça da parresia. Estar em comunhão significa poder ser sincero. Na sinceridade e no confronto, tudo é pelo melhor. Só assim a *Ecclesia* se mostra verdadeiramente *Universa*, e os pontífices parecem verdadeiramente *Summi*.

LEIA MAIS...

A IHU On-Line já publicou diversas outras notícias relacionadas à *Universae Ecclesiae*:

* Novas liberdades para os tradicionalistas, publicada nas Notícias do Dia 29-05-2011, disponível em <http://bit.ly/jM3pob>

* Crisma com o rito antigo? “Uma idiotice!”, segundo cardeal Lehmann, publicada nas Notícias do Dia 28-05-2011, disponível em <http://bit.ly/lTq9kV>

* Mais “reformas da reforma”, publicada nas Notícias do Dia 22-05-2011, disponível em <http://bit.ly/jRdy1L>

* “Reforma da reforma” na liturgia vai continuar, diz cardeal, publicada nas Notícias do Dia 18-05-2011, disponível em <http://bit.ly/krkrRZ>

* “*Summorum Pontificum*” e “*Universae Ecclesiae*”: o que muda?, publicada nas Notícias do Dia 15-05-2011, disponível em <http://bit.ly/iHS-FW6>

* Vaticano manda os padres estudarem latim, publicada nas Notícias do Dia 15-05-2011, disponível em <http://bit.ly/lxpJMU>

Liturgia e pedofilia: as novas e velhas feridas abertas da Igreja

Pensar que a missa é melhor em latim é um “declínio à magia, não à reverência ao verdadeiro mistério da Eucaristia”, afirma o jesuíta norte-americano. Por outro lado, “as vítimas de abuso sexual ficaram muito decepcionadas com a nova carta do Vaticano”, por não ser forte o bastante, aponta Thomas Reese

POR MOISÉS SBARDELOTTO

“O Vaticano está se focando nos 8% e ignorando os outros 92%”. Para entender o cálculo, com base em dados dos EUA, esses 8% são ex-católicos que abandonaram a Igreja por ela ter se afastado das práticas tradicionais, como a missa em latim. Os outros 92% são aqueles que abandonaram a Igreja “porque nossas liturgias são chatas e porque não abrimos a Bíblia para nossas congregações de fiéis”.

Para o jesuíta norte-americano Thomas J. Reese, em entrevista por e-mail à IHU On-Line, os descompassos na liturgia e a crise da pedofilia estão abalando as estruturas da Igreja. “Pensar que a missa é melhor em latim é um declínio à magia, não à reverência ao verdadeiro mistério da Eucaristia”, afirma. Por outro lado, “as vítimas de abuso sexual por padres ficaram muito decepcionadas com a nova carta do Vaticano, porque ela previa apenas linhas diretrizes e não era forte o bastante”. E envia um alerta aos bispos de outros países: “Há muito mais abusos lá fora do que vocês pensam. Não esperem. Lidem com isso agora”.

Thomas J. Reese é padre jesuíta norte-americano e membro sênior do Woodstock Theological Center, da Universidade de Georgetown, em Washington. É mestre em Ciências Políticas pela Universidade de St. Louis e em teologia pela Escola Jesuíta de Teologia de Berkeley. Possui doutorado em ciências políticas pela Universidade da Califórnia. Entre 1998 e 2005, foi o editor-chefe da revista *America*, a renomada revista católica dos jesuítas dos EUA, fundada em 1909. Em português, publicou *O Vaticano por Dentro: A Política e a Organização da Igreja Católica* (Edusc, 1998). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor interpreta a publicação da instrução *Universae Ecclesiae* no atual momento da Igreja? Em sua opinião, quais foram as reais intenções do Vaticano com essa medida?

Thomas Reese - A instrução permite o uso mais comum não apenas da missa em latim, mas também da forma de missa pré-Vaticano II.

Não há nada sagrado com relação ao latim, mas o papa, na sua solicitude pastoral pelas pessoas que odeiam a mudança, tem sido generoso em permitir que a missa em latim continue. Essas pessoas são ignorantes com relação à tradição da Igreja e da história da liturgia. O simples fato é que a liturgia mudou ao longo da história da Igreja. Ela foi adaptada às mudanças na língua, na cultura e até mesmo

na teologia. Nossa tradição católica é mudança.

Eu não acho que a *Universae Ecclesiae* era necessária. Teria sido melhor deixar ao critério do bispo local quando a missa pré-Vaticano II deveria ser permitida em sua diocese.

IHU On-Line - Em termos teológico-litúrgicos gerais, o que diferencia os dois ritos agora aceitos pela Igreja? Que mistério e que Igreja são ressaltados em cada um deles?

Thomas Reese - Missa é missa, não importa em que língua ela é dita - latim, grego, hebraico, espanhol, inglês ou português. Mas, para que a Eucaristia seja o mais eficaz possível, a linguagem usada deve ser compreensível pelas pessoas que participam. Nos primeiros séculos, a Eucaristia era celebrada em

grego (a língua internacional daquele tempo), mas foi mudada para o latim em Roma para que as pessoas comuns pudessem entendê-la. Essa mudança ajudou a causar o primeiro cisma em Roma, liderado por Hipólito, o primeiro antipapa, que preferiu o grego e escreveu a Oração Eucarística II.

O mistério da Eucaristia é o grande amor de Deus por nós, demonstrado por meio da morte e da ressurreição do seu Filho e pela nossa incorporação a esse mistério na Eucaristia. Pensar que a missa é melhor em latim é um declínio à magia, não à reverência ao verdadeiro mistério da Eucaristia. A antiga missa em latim põe uma barreira linguística entre o povo e o verdadeiro mistério da Eucaristia, que é a razão pela qual a Igreja mudou para o vernáculo.

IHU On-Line - Nos últimos dias, além da instrução, outros dois documentos-chave foram divulgados: a Carta Circular do Vaticano sobre a pedofilia e o relatório do John Jay College, analisando essa questão nos EUA. As diretrizes apontadas na carta “entendem proteger os menores e ajudar as vítimas para encontrar assistência e reconciliação”. O senhor avalia que os pontos indicados no texto são suficientes para esses objetivos?

Thomas Reese - As vítimas de abuso sexual por padres ficaram muito decepcionadas com a nova carta do Vaticano, porque ela previa apenas linhas diretrizes e não era forte o bastante. Elas queriam as regras que exigissem a denúncia das acusações à polícia, a suspensão dos padres acusados enquanto estivessem sendo investigados, a remoção permanente dos padres culpados do sacerdócio e a punição dos bispos que não seguissem as regras.

Os defensores da instrução notam que ela exige que todas as conferências episcopais do mundo elaborem procedimentos dentro de um ano para lidar com os abusos sexuais. Isso permite que os bispos adotem procedimentos que atendam às suas culturas e sistemas jurídicos locais. O que é mais importante é que isso força os bispos a manter uma ampla discussão sobre o problema e sobre como lidar com ele. Ao fazer com que as conferências abordem os procedimentos, o Vaticano faz com que elas se apropriem do problema em vez de simplesmente receber regras enviadas por Roma que poderiam ser simplesmente arquivadas.

IHU On-Line - E qual a sua avaliação do relatório do John Jay College? A partir dele, onde a Igreja errou internamente com relação à pedofilia? Por outro lado, que influências externas - sociais, culturais - foram mais fortes?

Thomas Reese - Em 1985, os bispos norte-americanos sabiam que havia um problema de abuso sexual, mas não sabiam qual era a sua extensão, porque apenas 6% dos casos anteriores a 1985 haviam sido notificados. Isso deveria ser um aviso para os outros bispos do mundo - há muito mais abusos lá fora do que vocês pensam. Não

esperem. Lidem com isso agora.

Um outro erro dos bispos foi lidar com os padres, mas não ir ao encontro das vítimas. Todo bispo deveria se encontrar com as vítimas. Só quando eles ouvem as vítimas é que os bispos tomam consciência dos danos devastadores e permanentes provocados pelo abuso. Finalmente, os bispos precisam incluir os leigos e as leigas (não apenas os padres) na avaliação das acusações e no tratamento do abuso. Deve haver pessoas à mesa que perguntem: “Como eu me sentiria se fosse o meu filho?”. Ao não ter filhos, os sacerdotes tendem a se focar sobre o padre abusador e em ajudá-lo, em vez de se focar sobre a vítima.

“Outro erro dos bispos foi lidar com os padres, mas não ir ao encontro das vítimas”

Os pesquisadores do John Jay revelam que não há nenhum teste psicológico que vá conseguir detectar e filtrar com sucesso os 4% de padres que abusam. Mas é possível reduzir o abuso respondendo rapidamente quando ele acontece e educando os padres, os pais e os filhos sobre como reconhecer e evitar o abuso. Embora atrasados na resposta, os bispos norte-americanos têm agora procedimentos e programas em vigor. O relatório do John Jay também descobriu que o aumento dos abusos por padres nos anos 1960 e 1970 se equiparava ao aumento dos abusos e de outros comportamentos desviantes na sociedade norte-americana durante o mesmo período. Os padres que abusaram eram como outros homens abusivos.

IHU On-Line - Tanto a Carta Circular quanto a instrução *Universae Ecclesiae* apontam alguns elementos centrais da pessoa do sacerdote (“sacerdote idôneo”, candidatos ao sacerdócio que “apreciem a castidade, o celibato e a paternidade espiritual do clérigo”). A que tipo de

sacerdócio Bento XVI espera chegar? Como esse “novo” sacerdote pode dialogar com os leigos e com a Igreja em geral?

Thomas Reese - Em gerações anteriores, o padre era a pessoa mais instruída no vilarejo e, portanto, era um líder natural. Não é mais esse o caso. Hoje, as pessoas não vão aceitar o que o padre diz simplesmente porque ele o diz. Ao contrário, ele deve conquistar as pessoas pela sua vida (compaixão, simpatia, gentileza, amor) e pelas suas razões. Ele vai ter que ouvir as pessoas, assim como falar. Ele deve ser um servidor que ajuda as pessoas a responder ao Espírito e as leva a Jesus e ao seu Evangelho.

IHU On-Line - Na carta enviada aos bispos em 2007 acompanhando o *motu proprio*, Bento XVI diz: “Na história da Liturgia, há crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura. Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, permanece sagrado”. Como interpretar essa afirmação em um novo período histórico como o de hoje?

Thomas Reese - Atualmente, somos muito mais conscientes de como a liturgia mudou ao longo do tempo para responder às mudanças na cultura e às necessidades dos tempos. Em vez de canonizar exemplos históricos específicos do passado, devemos imitar as gerações anteriores e tentar descobrir como adaptar a liturgia aos nossos tempos. Isso exigirá experimentação e tentativa e erro, tal como aconteceu no passado.

IHU On-Line - O cardeal Kurt Koch disse recentemente que está em curso uma “reforma da reforma” do Vaticano II, que ainda vai continuar, em busca de uma liturgia comum que equilibre os extremos. E, não explicitamente, o Vaticano II também é posto em xeque a partir das atitudes pedófilas de alguns padres ordenados no período pós-Concílio. Como o Vaticano II poderia ser relido no contexto atual? Que pontos merecem ser revisitados ou ultrapassados hoje?

Thomas Reese - Embora ninguém diga que todas as mudanças litúrgicas depois do Vaticano II foram perfeitas,

não há dúvida de que foram um sucesso estrondoso que foi aceito com entusiasmo pelo povo. A maioria dos especialistas norte-americanos em liturgia teme que a “reforma da Reforma” seja um passo atrás. Por exemplo, no primeiro domingo do Advento, uma nova tradução [do missal] em inglês será implementada e que é pior do que a tradução atual. Uma tradução antiga e melhor revisada foi rejeitada pelo Vaticano, porque não era uma tradução “palavra por palavra” do latim. Esse é um trágico passo atrás, que os padres norte-americanos não estão esperando para explicar ao seu povo. Eu prevejo que a maioria dos padres vai dizer ao seu povo: “Eu não sei por que estamos fazendo isso, mas o bispo diz que temos que fazer”. Eu não acho que essas mudanças serão bem recebidas.

IHU On-Line - A instrução garante aos fiéis interessados a “faculdade” de retomar a missa tridentina, faculdade essa que deve ser concedida “generosamente” pelos bispos. Em que outros aspectos a “generosidade” papal e episcopal deveria se manifestar mais, em sua opinião?

“Nos EUA, uma em cada três pessoas deixou a Igreja, e aquelas que ficaram não estão indo à missa aos domingos nas mesmas taxas que faziam no passado”

Thomas Reese - Ao invés de tentar a ressurreição de um cavalo morto - a Missa Tridentina -, o Vaticano deveria ser mais generoso em permitir que a conferência dos bispos experimente novas orações eucarísticas e outras partes da liturgia. Idealmente, isso seria feito em seminários, escolas e paróquias, onde a experimentação é dirigida por especialistas e artistas litúrgicos. As congregações saberiam quais liturgias são experimentais e poderiam evitá-las se não quisessem observá-las. Esses experimentos des-

cobririam o que funciona e o que não funciona, e as inovações bem sucedidas poderiam ser disseminadas por toda a Igreja.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Thomas Reese - Nos EUA, uma em cada três pessoas que cresceram católicas deixou a Igreja, e aquelas que ficaram não estão indo à missa aos domingos nas mesmas taxas que faziam no passado. Aquelas que estão se tornando protestantes dizem que abandonaram porque suas necessidades espirituais não estavam sendo correspondidas na Igreja Católica e porque gostam mais do serviço de culto da sua nova Igreja. Apenas 8% dos que abandonaram dizem que a Igreja “se afastou das práticas tradicionais, como a missa em latim”. O Vaticano está se focando nos 8% e ignorando os outros 92%. Além disso, aqueles que se tornam evangélicos dizem que gostam da ênfase sobre a Bíblia da nova Igreja. Em resumo, estamos perdendo católicos porque nossas liturgias são chatas e porque não abrimos a Bíblia para nossas congregações de fiéis.

DERRIDA E A EDUCAÇÃO: O ACONTECIMENTO DO IMPOSSÍVEL

DATA: 9/6/2011

EVENTO: IHU IDEIAS - JUNHO 2011

PROFA. MS VERÓNICA PILAR GOMEZJURADO ZEVALLOS - UNIVERSIDADE
DE CAXIAS DO SUL - UCS

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

A “reforma da Reforma” litúrgica: “Onde ficam os outros 1.500 anos de cristianismos?”

Para o teólogo, o caráter positivo da nova instrução é o “fato de se admitirem na Igreja, preocupada com a unidade, a multiplicidade de fórmulas”. No entanto, “não se estaria privilegiando uma determinada forma de espiritualidade e deixando as demais na sombra e na desilusão?”

POR MOISÉS SBARDELLOTTI

No dia 13 deste mês, a Pontifícia Comissão Ecclesia Dei, do Vaticano, divulgou a instrução *Universae Ecclesiae*, contendo normas de aplicação de um documento do Papa Bento XVI de 2007 que promulgava “uma lei para a Igreja universal” no intuito de regular o uso da liturgia romana anterior à reforma realizada em 1970, no Concílio Vaticano II.

Agora, além de celebrar a missa com o Missal Romano em sua versão atualizada pelo Concílio - cujas grandes modificações são o uso da língua vernácula de cada local, a simplificação dos ritos e o altar separado da parede, em que o padre celebra voltado para o povo -, também há a possibilidade de retomar o Missal de São Pio V, do século XVI - rezado em latim, com o sacerdote versus Deum (voltado para Deus, de costas para os fiéis), com um rito muito mais rebuscado e repleto de rubricas.

Para o teólogo Erico Hammes, a leitura da instrução revela o caráter positivo do “fato de se admitirem na Igreja, preocupada com a unidade, a multiplicidade de fórmulas”, embora fosse “desejável que outras maneiras legítimas fossem estimuladas”. Também é positiva “a qualificação de ‘extraordinária’ para a forma anterior”, pois, “ordinariamente, quando se trata de celebração para o povo cristão, o Missal de Paulo VI há de ser usado”.

No entanto, questiona, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, “não se estaria privilegiando uma determinada forma de espiritualidade e deixando as demais na sombra e na desilusão?”

Erico Hammes é mestre e doutor em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana - PUG, em Roma, com a tese *Filii in Filio: A divindade de Jesus como evangelho da filiação no seguimento. Um estudo em Jon Sobrino* (Porto Alegre: Edipucrs, 1995). Padre católico, é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição e em Teologia pela PUCRS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor recebeu a publicação da instrução *Universae Ecclesiae*? Como o senhor a interpreta no atual momento da Igreja?

Erico Hammes - Recebi a instrução com alegria, porque regulamenta algumas coisas que parecem não ser tão simples como se esperaria. Tenta corrigir inadequações na aplicação da possibilidade de rezar a missa com a fórmula de Pio V. Deixa entrever que não basta querer a forma anterior ao Concílio Vaticano II para estar de acordo com a Igreja. Positivo é também o fato de se admitirem na Igreja, preocupada

com a unidade, a multiplicidade de fórmulas. Seria desejável que outras maneiras legítimas fossem estimuladas. Positivo é também o fato de manter a qualificação de “extraordinária” para a forma anterior. Diz-se, dessa maneira, de forma explícita, que ordinariamente, quando se trata de celebração para o povo cristão, o Missal de Paulo VI há de ser usado.

De outro lado, é preocupante que seja necessário despende tanto esforço para ir ao encontro de alguns grupos na Igreja. De fato, o documento anterior, ao qual esta instrução se

refere, o “*Motu Proprio*” *Summorum Pontificum*, de 2007, refere o indulto especial *Quattuor abhinc annos*, de João Paulo II, em 1984, concedendo a faculdade de usar o Missal Romano editado por João XXIII em 1962. Mais tarde, no ano de 1988, a Carta Apostólica *Ecclesia Dei*, do mesmo João Paulo II, “exortou aos bispos a utilizar ampla e generosamente esta faculdade em favor de todos os fiéis que o solicitassem”. *Universae Ecclesiae* é, então, o quarto documento, dos dois últimos papas a respeito desse assunto. Vista sobre o pano de fundo

das sucessivas intervenções restritivas no tocante à reforma litúrgica, proposta pelo Concílio Vaticano II e as esperanças de que seja mais ampla, fica difícil pensar que se trata apenas da preocupação com o bem espiritual de todos os fiéis. Não se estaria privilegiando uma determinada forma de espiritualidade e deixando as demais na sombra e na desilusão?

IHU On-Line - A *Universae Ecclesiae* também se manifesta como uma resposta aos fiéis que “expressaram o ardente desejo de conservar a antiga tradição”. No fundo, o que significa e que sentido tem a Tradição para a vida da Igreja?

Erico Hammes - Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a “antiga tradição”, nesse caso, não tem 500 anos. A Igreja, no entanto, existe há mais de 2.000. É claro que o Missal de Pio V, em seu tempo, recolheu elementos da tradição anterior, mas também deixou de lado muitos aspectos. O fato de algumas pessoas desejarem a missa em suas antigas formulações é, em si, algo neutro. Gostar de casa e móveis antigos, de música e língua latina, é tão relevante quanto gostar de arquitetura moderna, de língua e literatura francesa. O problema, naturalmente, se põe quando se quer impor uma superioridade do primeiro sobre o segundo. Deve lembrar-se que, salvo opiniões isoladas, Jesus não falava habitualmente latim. E nem os evangelhos vincularam a celebração a uma determinada língua, embora no judaísmo o hebraico fosse a língua litúrgica mais comum. Pelo contrário: Paulo enfrentou Pedro, o primeiro bispo de Roma e sinal de unidade no Colégio Apostólico, rompendo a vinculação às tradições judaicas. Pode imaginar-se o que diria aos atuais movimentos de reabilitação das tradições pós-medievais.

A Tradição é um rico tesouro no qual se podem buscar muitas alternativas de expressão litúrgica. É preciso lembrar que o Concílio Vaticano II foi uma consequência da “volta às fontes”, o que nem sempre foi bem visto, justamente nos círculos conservadores da Igreja. A Teologia condensada na liturgia anterior a esse Concílio

produziu a redução teológica dos 450 anos anteriores. Basta mencionar a quase ausência de estudos bíblicos, do conhecimento da cultura e tradição judaicas, a identificação do latim como a língua mais importante para a fé, o método teológico da baixa escolástica, a ausência quase total da reflexão trinitária e pneumatológica, uma Cristologia sem Jesus e sem História, uma espiritualidade devocional, e a Liturgia transformada em ritualismo.

IHU On-Line - Em termos teológico-litúrgicos gerais, o que diferencia o rito extraordinário (tridentino) e o rito ordinário (pós-Vaticano II)? Que mistério e que Igreja são ressaltados em cada um deles?

Erico Hammes - Junto com o Missal de Pio V/João XXIII vem o contexto da Contrarreforma. A Igreja queria e precisava insistir em determinados

**“É difícil fugir da
impressão de uma certa
desconfiança com tudo o
que a Teologia, a Igreja e
a Liturgia realizaram ao
longo do século XX”**

aspectos distintivos da Reforma Protestante. Nessa preocupação, confundiu-se luteranismo com heresia em bloco: bastava que Lutero o tivesse dito para desqualificá-lo. Essa tendência ainda está presente nos dias atuais. Assim, quem insiste na Palavra de Deus é acusado de ter influência luterana; quem insiste na dimensão convivial da Liturgia Eucarística é protestante. Ora, basta ler com atenção as narrativas do Novo Testamento sobre a Instituição da Eucaristia, para notar que estão construídas sobre a tradição judaica da Palavra e da ceia.

Do ponto de vista da Igreja, insiste-se mais na estrutura do que no Espírito Santo. As fórmulas insistem na pessoa do Cristo como vítima de expiação, mas o Mistério trinitário,

especialmente a força do Espírito, não se faz presente. E assim é entendida a Igreja Católica: lugar quase exclusivo e excludente de salvação, ao invés de ser o sinal ou sacramento como povo em caminho para a casa do Pai, em meio ao mundo.

IHU On-Line - Fala-se que essas medidas são os passos de uma “reforma da reforma” do Vaticano II. O Vaticano II precisa ser relido no contexto atual? Como deveria se dar essa releitura?

Erico Hammes - *Semper reformanda* é uma expressão antiga para a Igreja. Sob essa perspectiva também a reforma precisa ser reformada. É claro que seria de se esperar que a reforma fosse em base à grande Tradição - e não ao tradicionalismo -, mas prospectiva e não retrospectiva, como se o simples desenterrar do passado capacitasse ao futuro. O Concílio Vaticano II precisa ser relido, sim, no contexto atual e com as perguntas recentes, porque as mudanças são muito grandes de lá a esta data. Mas seria fatal entender a releitura em termos de fuga. A Igreja precisa ouvir ao menos a sua maioria e não reagir apenas quando alguém manifesta saudade do passado ou medo do presente. Há também muitos fiéis ansiosos por reviver os “bons tempos” pós-conciliares. Esses poderão manter sua esperança ou deverão resignar-se ao inconformismo, como acontece aos milhões, hoje, mundo afora? Precisarão morrer na desilusão de crer na presença divina hoje na história?

IHU On-Line - Por outro lado, a instrução diz que a celebração da missa tridentina deve ser feita por um “sacerdote idôneo” que saiba “pronunciar as palavras [em latim] de modo correto e entender o seu significado”. Como fica a participação litúrgica dos fiéis em uma língua morta? Que significação a pessoa do sacerdote adquire?

Erico Hammes - A questão do “sacerdote idôneo” é positiva porque dá a entender que alguns apressados, não idôneos, podem ter sido capturados pela sedução do antigo revivificado. Supõe também que há muitos idôneos não seduzidos. Em base

ao documento de 2007, sabe-se que houve até mesmo resistência explícita a ceder aos fiéis tradicionalistas. Tudo isso, no entanto, parece contar pouco diante da forte vontade de oferecer a oportunidade aos que têm o desejo da liturgia desconhecida. Em vários países da Europa ainda existem muitas pessoas informadas sobre a língua latina. Não é, lamentavelmente, o caso brasileiro. Em torno de 90% da nossa população, incluída uma boa porcentagem de padres, sequer falam e escrevem corretamente sua língua pátria e têm uma enorme dificuldade com o português litúrgico. Em todos os casos, para quem o latim seja mais nativo do que o português ou outra língua, é saudável ter o acesso à liturgia nessa língua.

Quanto à figura do padre, está em coerência com todo o movimento do qual a missa é apenas uma das expressões. Tende a ser mistificado e tornado um semideus, com os riscos inerentes a essa extrapolação: sua condição humana corre o risco de ser reprimida em troca de uma exteriorização fragilizadora. É preciso dizer, porém, que essa não é uma tendência relacionada à missa em latim. Pode estar em qualquer um e também nos que a desprezam apenas por ser diferente.

IHU On-Line - Alguns comentaristas apontam que, no embate entre os ritos litúrgicos, estão em questão as diferenças entre o “altar do sacrifício” e a “mesa da ceia”. Como resolver essa tensão?

Erico Hammes - Do ponto de vista da Psicologia da Religião, seria possível fazer essa oposição. A História das Religiões e os estudos de Antropologia Cultural e de mais estudos correspondentes não permitem contrapor uma e outra coisa. Como a etimologia da palavra sacrifício, de origem latina, nos diz, trata-se de tornar algo sagrado. E isso pode acontecer de diferentes formas: separando para a divindade, queimando em holocausto ou repartindo com Deus. O judaísmo conhecia oito formas diferentes de sacrifício, sendo todas elas, com exceção do holocausto, com participação em forma de comida. A

mais expressamente comensal era a ceia pascal.

Como se pode deduzir da teologia joanina, Jesus é o Cordeiro Pascal e o Pão Ázimo da ceia definitiva. Por conseguinte, sua cruz é sua transformação em alimento para a vida do mundo. Nos evangelhos sinóticos, a celebração da ceia é o anúncio de sua morte na cruz e a continuidade da sua morte e ressurreição: a morte de cruz é antecipada como descida divina em forma de corpo a ser tomado e comido e como sangue a ser derramado e bebido em remissão dos pecados.

É claro que se pode insistir na compreensão dolorosa de uma satisfação à sede divina pela satisfação dos pecados. Porém, é necessário dar-se conta dos seus efeitos sobre a imagem do próprio Mistério Divino, facilmente transformado em terror em vez de ser o amor pelo filho amado.

A oposição entre altar e mesa existe apenas superficialmente. De fato, uma vez que sacrifício é essencialmente um ato de comunhão com a transcendência, todo altar é essencialmente mesa e toda mesa é altar. A oposição não é de natureza: é apenas de perspectiva. No cristianismo, o altar é sempre Jesus de tal modo que é ele mesmo quem se entrega, e, portanto, vem ao encontro do ser humano em forma de alimento. O sacrifício é descendente, vem de Deus e se nos oferece para que, ao comungá-lo, dele participemos.

IHU On-Line - Na carta enviada aos bispos acompanhando o motu proprio, Bento XVI diz: “Não existe qualquer contradição entre uma edição e outra do Missale Romanum. Na história da Liturgia, há crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura. Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, permanece sagrado”. Como interpretar essa afirmação em nossa era marcada por tantos “pós”, enfim, um novo período histórico?

Erico Hammes - Certamente não há contradição, mas seria parcial dizer que não tem vinculação com o seu tempo. O Missal de Pio V/João XXIII respondia a uma determinada situação da Igreja e do mundo. Para quem essa forma de liturgia responde hoje, nada obsta que a visite. E vale

o exemplo acima: na medida em que se trata de um dos aspectos do tesouro da Tradição da Igreja, pode ser recuperado. Até mesmo favorece a determinados aspectos da era *pós* que vivemos. Assim como se buscam cultos orientais, fundamentalismos, integristas, misticismos e magias em outros âmbitos, também aqui se corre o risco de aceitar um ritual anterior como sucedâneo para o esforço de pensamento, de uma mística e contemplação acessíveis aos tempos atuais.

É difícil fugir da impressão de uma certa desconfiança com tudo o que a Teologia, a Igreja e a Liturgia realizaram ao longo do século XX. Voltar a Pio V pode dar a impressão de certezas e seguranças longe do confronto com as perguntas e interrogações do ser humano atual. Qual é o apoio e o respaldo que recebem todas aquelas pessoas que diariamente precisam dar conta das perguntas prospectivas que angustiam mães e pais, mulheres e jovens de nossos dias? Qual é a audiência intraeclesial que têm aqueles bispos e agentes de evangelização que, dia após dia, são desafiados pelas perguntas angustiantes de pobres, de cientistas, de políticos que precisam tomar as decisões vitais de sobrevivência de si e da humanidade? Esses fiéis não mereceriam uma atenção proporcional à que é dispensada aos grupos movidos pelo olhar para os últimos 500 anos? Onde ficam os outros 1.500 anos de cristianismos? As angústias de todas aquelas pessoas que nem conseguem acompanhar o Missal atual estão sendo contempladas?

LEIA MAIS...

Erico Hammes já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

* Comblin e a reinvenção da igreja. Edição 356 da revista IHU On-Line, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/gycf0U>

* Fórum Mundial de Teologia e Libertação, uma conquista a ser potencializada. Edição 357, 11-04-2011, disponível em <http://bit.ly/e4m7cB>

* Conceito e missão da Teologia em Karl Rahner. Edição 5 dos Cadernos Teologia Pública, de 01-05-2004, disponível em <http://bit.ly/kr2DPz>

Simplicidade, funcionalidade, sobriedade, participação: por uma liturgia do século XXI

“É espantoso o leque de retorno: tudo pode voltar a antes do Concílio em termos de liturgia, não só a celebração da Eucaristia”, afirma o teólogo. Se as gerações anteriores viveram o sagrado cristão segundo o missal de Pio V, então permanece sagrado “para eles”

POR MOISÉS SBARDELOTTO

“Tudo pode voltar a antes do Concílio em termos de liturgia, não só a celebração da Eucaristia”. E isso, para o teólogo e frei capuchinho Luiz Carlos Susin, “é coerente com o que nos vem chegando nos últimos tempos desde os muros do Vaticano”. “Por lá parece que rituais barrocos ainda têm importância”.

O retorno ao missal de Pio V, do século XVI, auge da Contrarreforma, é uma reaproximação duvidosa ao barroquismo e ao antimodernismo. A reforma do Concílio Vaticano II buscou justamente recuperar os três elementos que formam a genialidade da cultura romana: simplicidade, funcionalidade, sobriedade. “Isso garante uma maior transparência e eficácia do rito, dos símbolos e da celebração”, afirma. Por outro lado, “a mesa eucarística no centro da comunidade, com a comunidade ‘ao redor da mesa’ atende uma palavra chave do clamor de renovação: a ‘participação’ e o envolvimento de todos na celebração”, explica Susin.

“Mas o que virá depois?”, questiona, em entrevista por e-mail à IHU On-Line. “Há uma juventude no interior da Igreja que flutua sem solidez e sem propostas mais realistas apegando-se à estética dos rituais”. Por último, reflete Susin, “penso que seria importante que os entusiastas desses rituais passassem por uma bateria de testes psicológicos, pois nisso também Freud tem alguma coisa a explicar”.

Luiz Carlos Susin é frei capuchinho, mestre e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Itália. Leciona na PUCRS e na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana - Estef, em Porto Alegre. É também secretário-geral do Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Dentre suas inúmeras obras, destacamos *Teologia para outro mundo possível* (Paulinas, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor interpreta a publicação da instrução *Universae Ecclesiae* no atual momento da Igreja?

Luiz Carlos Susin - Essa instrução regulamenta a reintrodução da liturgia anterior ao Vaticano II. É coerente com o que nos vem chegando nos últimos tempos desde os muros do Vaticano. Mas, para quem se ocupa com a realidade do lado de cá do oceano, a primeira lembrança que me vem à mente é de Santa Teresa D’Ávila¹: “No

es tiempo de tratar con Dios de cosas de poca importancia!”. Mas por lá parece que rituais barrocos ainda têm importância.

No entanto, é espantoso o leque de retorno: tudo pode voltar a antes do mundo em 15 de outubro. Foi a primeira mulher a receber o título de doutora da igreja, por decreto de Paulo VI (1970). Entre seus livros citam-se *Libro de su vida* (1601), *Libro de las fundaciones* (1610), *Camino de la perfección* (1583) e *Castillo interior ou Libro de las siete moradas* (1588). Escreveu também poemas, dos quais restam 31 deles, e enorme correspondência, com 458 cartas autenticadas. Sobre Teresa, confira *Teresa - A Santa Apaixonada* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2005), de autoria de Rosa Amanda Strausz; *Obras completas* (São Paulo: Loyola, 1995); *Santa Teresa de Jesus - “Livro da vida”* (4ª ed., São Paulo: Ed. Paulus, 1983). (Nota da IHU On-Line)

Concílio em termos de liturgia, não só a celebração da Eucaristia. Estou inteiramente de acordo com a interpretação do teólogo e liturgista Andrea Grillo (Notícias do Dia, IHU, 17-05-2011 <http://bit.ly/kLbMl7>). É um abuso invocar o último retorque de João XXIII no Missal de Pio V para maquiagem a justificativa com a impressão de que se trata da forma de celebração regulamentada por João XXIII. Ele apenas introduziu a memória de São José no cânone a pedido de um grupo de bispos, mas já avisando que se deveria aguardar o que o Concílio iria tratar em questão de liturgia. E como os rituais vinham caindo de mortos por toda

¹ Teresa de Ávila (1515 - 1582): freira carmelita espanhola nascida em Ávila, Castela, famosa reformadora da ordem das Carmelitas. Canonizada por Gregório XV (1622), é festejada na Espanha em 27 de agosto, e no resto

parte, sua renovação foi a primeira urgência do Concílio.

Eu fui coroinha pré-conciliar, e depois, quando seminarista, encarregado do altar e da sacristia, estudei seis horas semanais de latim durante seis anos, e vi todo o “paradigma” cair de velho. Não foi uma “ruptura” de quem quer que seja, não houve necessidade de romper nada, já estava tudo desgastado: os missais, os manuais, os breviários, as vestes, os gestos. Ficou-se algum tempo em *vacatio legis* por falta de substância nova. Eu mesmo adaptava letras a melodias existentes para poder cantar algo em língua nativa. Mas, aos poucos, amadureceu a nova forma de celebração do mesmo grande mistério cristão, não somos órfãos, temos excelentes condições de celebrações cristãs da Eucaristia com o povo de Deus.

Certamente a grande maioria dos padres que viveu a difícil transição está perplexa. João XXIII e Paulo VI devem estar colocando as mãos na cabeça, mas dá pena mesmo é dos bispos que terão que administrar essa situação que abre precedente para o exotismo. Francamente, não vejo muita diferença entre um casamento “temático” com noivo e noiva vestidos de Shrek e Fiona e um padre com manípulo e casula em forma de violão, rodeado de dalmáticas e outros panos, de costas para a comunidade, onde acólitos respondem em um latim mal sabido representando o povo que está presente assistindo sem participar ativamente, em pura estética religiosa.

Para estética, mesmo religiosa, há outros recursos, outros momentos, certamente apropriados. Pode-se ter um DVD com uma cantata de Bach no silêncio da própria residência, por exemplo. É certo que “o que foi sagrado em outros tempos resta sagrado”, mas não os gestos rituais, os panos, que são culturais e tão mortais como toda cultura humana. Além disso, o latim é tão interessante como o grego ou o hebraico, para ler Santo Agostinho, São Paulo ou ouvir Bach, mas também para ler Júlio César ou Homero, são línguas também de pagãos e de imperadores cruéis. Não tem nada de especialmente sagrado ou eclesial. Hoje é uma língua funcional para os documentos do Vaticano. Paulo VI entendeu perfeita-

mente. A língua da Igreja é a língua do povo cristão, que fala e se entende em muitas línguas desde Pentecostes.

IHU On-Line - Em termos teológico-litúrgicos, o que diferencia o rito extraordinário (tridentino) e o rito ordinário (pós-Vaticano II)?

Luiz Carlos Susin - O rito ordinário, ou seja, o rito segundo o Concílio Vaticano II e implantado a partir de 1970 por Paulo VI, na verdade recupera elementos mais antigos, se quisermos “mais veneráveis” do que o rito tridentino, de Pio V. Afastando-se do barroquismo em que se meteu a liturgia tridentina, recupera os três elementos que formam a genialidade da cultura romana: simplicidade, funcionalidade, sobrie-

“A língua da Igreja é a língua do povo cristão, que fala e se entende em muitas línguas desde Pentecostes”

dade. Isso garante uma maior transparência e eficácia do rito, dos símbolos e da celebração. A mesa eucarística no centro da comunidade, com a comunidade “ao redor da mesa” atende uma palavra chave do clamor de renovação: a “participação” e o envolvimento de todos na celebração. A mesa da palavra deu mais visibilidade ao anúncio e à evangelização, a homilia se tornou mais bíblica, deixou de ser uma oratória barroca. A comunicação na liturgia escorre com mais naturalidade. O rito tridentino, formalizado no missal de Pio V, teve o mérito, na época, de dar mais unidade e ordem, mas não se explica sem o barroco da Contrarreforma. Contra os protestantes, exalta o aspecto sacrificial da missa, uma oferta basicamente expiatória a Deus, o que é hoje altamente problemático.

IHU On-Line - Essas medidas, segundo o cardeal Kurt Koch, o mais alto ecumenista do Vaticano, são os passos de uma “reforma da reforma” do

Vaticano II, que ainda vai continuar, em busca de um rito que equilibre os extremos. O Vaticano II precisa ser relido no contexto atual? Como deveria se dar essa releitura?

Luiz Carlos Susin - Esta é uma questão bem ampla, dentro da qual está a questão da liturgia. O Vaticano II foi um acontecimento eclesial marcante: os mais de dois mil bispos ficaram quatro anos escutando conferências e debates, aprendendo o que se tinha pesquisado nas últimas décadas em termos de Bíblia, Patrística, Liturgia, Ecumenismo, Teologia, Pregação, Pastoral. Apesar de alguns conflitos e algumas confusões iniciais, criaram um grande consenso. Ao contrário do Concílio Vaticano I, terminou-se bem. Ninguém duvidava da urgência de renovação, de atualização, de reconhecimento dos valores contemporâneos etc.

Depois do Concílio, se sucederam cursos, especialmente para o clero, pelas dioceses mundo afora. Mas a interpretação, a assimilação e a prática levam um tempo de gerações, pois o Concílio, com o princípio de “volta às fontes” e de “sinais dos tempos” é de um alcance quase perpétuo. Seus documentos ainda são orientadores, embora tenhamos alguns desenvolvimentos importantes.

O que eu considero inteiramente falso, uma nuvem para distrair os desaviados, é a afirmação de que houve uma interpretação do Concílio como “ruptura” com a Tradição. Esses comentários maliciosos colocam uma antinomia que é uma armadilha entre “ruptura” e “continuidade”. Ninguém duvida que ele trouxe renovação dentro da continuidade, mas não tanto da continuidade da Contrarreforma tridentina e do movimento antimoderno da Igreja.

Trata-se, ao invés, no Concílio Vaticano II, de continuidade com os tempos patrísticos e do Novo Testamento, da Igreja dos primeiros séculos. Se há uma releitura a ser feita, ela deve ser feita de novo com os sinais dos tempos atuais - século XXI - e de novo com as fontes. Essas fontes, além de serem as Escrituras, são, como dizia Congar², a

² Yves Marie-Joseph Congar (1904:1995): teólogo dominicano francês, conhecido por sua participação no Concílio Vaticano II. Foi duramente perseguido pelo Vaticano, antes do Concílio, por seu trabalho teológico. A isso

grande Tradição, com letra maiúscula, e não as pequenas tradições. Recuperar o missal de Pio V ou os breviários pré-conciliares é recuperar pequenas tradições que acarretam mais problemas do que soluções.

IHU On-Line - A instrução do Vaticano, por meio da retomada do *Usus Antiquior* da liturgia, visa a “favorecer a reconciliação ao interno da Igreja”. Esse fim justifica o meio escolhido?

Luiz Carlos Susin - É difícil entender e crer nisso. A comissão que emanou a instrução, evidentemente também assinada por Bento XVI, era a comissão encarregada de tratar com os tradicionalistas de Marcel LeFebvre. Eles têm outros pontos importantes de discordância com o Magistério conciliar, como a liberdade religiosa e o valor das outras religiões. A resposta dos tradicionalistas às concessões foi que eles endureceram ainda mais, querem mais. Agora, essa comissão passou para a Congregação para a Doutrina da Fé, e não para a do Culto Divino. E normatiza para toda Igreja o que era originalmente para os tradicionalistas, evidentemente supondo que haja tradicionalistas por todo lado.

Mas o que virá depois? O catecismo de Pio X, o juramento antimodernista? Os muros do Vaticano são muito grossos. O mais intrigante é que ao mesmo tempo se incentiva a que jovens se preparem para celebrar no missal de Pio V, que aprendam latim para isso. Tudo muito exótico. No Brasil servirá para minorias nostálgicas, sem futuro. Mas há uma juventude no interior da Igreja que flutua sem solidez e sem propostas mais realistas apegando-se à estética dos rituais. Há um sintoma pós-moderno de performances, de ritualismo que confunde o ser cristão com práticas rituais. A vida cristã é o evangelho, a memória e o seguimento

se refere o seu confrade Tillard quando fala dos “exílios”. Sobre Congar a IHU On-Line publicou um artigo escrito por Rosino Gibellini, originalmente no site da Editora Queriniana, na editoria Memória da edição 150, de 8-08-2005, lembrando os dez anos de sua morte, completados em 22-06-1995. Também dedicamos a editoria Memória da 102ª edição da IHU On-Line, de 24-05-2004, à comemoração do centenário de nascimento de Congar. (Nota da IHU On-Line)

“O problema da Igreja que não assimilou bem o Concílio Vaticano II é o medo de nos reduzirmos ao protestantismo, a ‘ceia’”

de Jesus em todas as circunstâncias. O resto é cultura.

Além disso, essa preocupação com o “sagrado” precisa ser aclarada: o sagrado não é característica do ser cristão, mas do ser religioso e do ser humano em geral. E, finalmente, penso que seria importante que os entusiastas desses rituais passassem por uma bateria de testes psicológicos, pois nisso também Freud tem alguma coisa a explicar.

IHU On-Line - Por trás da instrução, estariam em questão as diferenças litúrgicas entre o “altar do sacrifício” e a “mesa da ceia”. Como resolver essa tensão?

Luiz Carlos Susin - De fato, este é o ponto teologicamente central. Sem rodeios: o altar do sacrifício é “pré-cristão”, sobretudo nessa plasticidade que se quer dar ao padre de costas para o povo e de frente para o retábulo. É adulterar o sentido da Eucaristia colocando no centro dela uma oferta de sacrifício a Deus. No centro está o fato que, em Cristo, Deus se tornou oferta a nós, mas oferta de pão e vinho, portanto de mesa, de celebração pascal, dom a ser fracionado e comungado em comunidade.

O problema da Igreja que não assimilou bem o Concílio Vaticano II é o medo de nos reduzirmos ao protestantismo, a “ceia”. Ora, é justamente a ceia o que mais faz memória do que Jesus fez e nos deixou como memorial. Ou seria um ato falho que tenhamos justamente na celebração da Quinta-Feira Santa, justamente no dia da memória da instituição da Eucaristia, em todo e qualquer missal - e para dizer em latim tridentino - a celebração “*In*

Coena Domini” (Na Ceia do Senhor)? Mas até o novo missal, de Paulo VI, não tem página em que não a repita.

Se quisermos dar outro sentido à palavra “sacrifício”, como de fato, o missal busca dar, trata-se de sacrifício de “louvor” e “ação de graças”. Mas nossa oferta de louvor e de agradecimento se faz em comunidade, justamente ao redor da mesa em que ele se oferece em ceia de pão e vinho. Há hoje uma imensa literatura mostrando o quanto é problemático e perigoso alimentar a mentalidade e até a palavra “sacrifício”. Portanto, a melhor coisa a fazer, embora não seja simples nem fácil, é dar-lhe um significado novo, não mais o que prevaleceu na cristologia e na liturgia de “satisfação vicária”.

Há diversos problemas que decorrem desse “acerto com Deus” por dentro da satisfação vicária: Deus não precisa de satisfação, segundo o ensinamento de Jesus, e se torna até uma blasfêmia contra a pureza do seu amor e da sua graça. O esquema de sacrifício como satisfação é também de expiação e de punição, o que leva a justificar esses métodos com muita facilidade também na sociedade. Evidentemente o criminoso deve ser chamado à expiação, donde decorre a punição. Mas o drama histórico é que se colocam inocentes como vítimas expiatórias quando se justifica a satisfação vicária. Foi isso que impediu de ver monstruosidades justificadas no passado, como as fogueiras “*in nomine Christi*”, as “guerras justas” e tanto sofrimento impingido com boa consciência a pessoas inocentes e a verdadeiros profetas cristãos.

IHU On-Line - Segundo Bento XVI, em carta enviada aos bispos, “não existe qualquer contradição entre uma edição e outra do *Missale Romanum*. Na história da Liturgia, há crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura. Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, permanece sagrado”. Que significado essa afirmação adquire em nossa era (“pós-contemporânea”, “pós-metafísica”, “pós-revolução tecnológica” etc.)?

Luiz Carlos Susin - Bem, se as gerações anteriores viveram o sagrado cristão na

forma da missa rezada segundo o missal de Pio V, então permanece sagrado “para eles”. E devem ser respeitados. Não são muitos e estão com muita idade - e olha que eu vivi aqueles tempos, foi algo sagrado para mim também! Mas hoje eu viveria um teatro, uma *mise en scène*. Enzo Bianchi³, um monge que leva muito a sério a liturgia e tem liderança internacional reconhecida nesse campo, afirma que talvez o refúgio nesses rituais de um passado barroco seja falta de coragem para encarar de frente o que a Igreja precisa para se situar e atuar na complexidade da sociedade atual. É uma bela distração.

IHU On-Line - A instrução garante aos fiéis interessados a “faculdade” de retomar a missa tridentina, faculdade essa que deve ser concedida “generosamente” pelos bispos. Em que outros aspectos a “generosidade” papal e episcopal deveria se manifestar mais, em sua opinião?

Luiz Carlos Susin - Por que não estimular a criação de expressões e até um verdadeiro rito “africano” para a África negra tanto no Continente como na Diáspora? Os africanos, ao toque do atabaque que arranca o sagrado das profundezas da terra, gestualizam com o corpo inteiro, com pés descalços e com um sotaque inconfundível de voz a beleza e a comunhão com o sagrado. O próprio Bento XVI ficou impressionado com a mística forte das comunidades cristãs em celebração na África. No entanto, o rito que tinha começado no Congo (rito zaireense) foi truncado por Roma.

Ainda não aprendemos a amarga lição do cancelamento dos esforços de inculturação litúrgica na China em tempos de Contrarreforma, quando se perdeu a oportunidade de uma China cristã. Hoje, na África cristã, vicejam igrejas pentecostais independentes. O Diretório da CNBB para celebrações com grupos populares poderia merecer mais atenção. A inculturação da liturgia é uma das urgências dentro do âmbito mais global da inculturação, que supõe também descentralização, diversidade de ministérios, mais Igreja Local. Aqui é que se ganharia muito e valeria a pena investir energias.

³ Enzo Bianchi: monge e teólogo italiano. (Nota da IHU On-Line)

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA WWW.IHU.UNISINOS.BR

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 24-05-2011 a 30-05-2011.

Aborto. Em busca de uma solução conciliatória

Entrevista especial com Charles Curran, teólogo moral norte-americano, professor da Southern Methodist University, Dallas, EUA

Confira nas Notícias do Dia de 24-05-2011

Acesse no link <http://bit.ly/jtRrHE>

“Se uma pessoa crê que uma vida humana inocente está sendo tirada, ela tem todo direito de trabalhar por uma legislação para impedir isso”, ressalta o pesquisador. Ele aponta como importante reconhecer que não se está tratando da moralidade do aborto, mas que seu texto “aceita o ensinamento do magistério hierárquico da Igreja Católica de que o aborto direto é sempre errado”.

Brasil reduz a intensidade da pobreza, mas não acaba com a miséria

Entrevista especial com Lena Lavinias, economista, membro do comitê editorial do Feminist Economics (EUA) e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Confira nas Notícias do Dia de 25-05-2011

Acesse no link <http://bit.ly/jEuMCJ>

“O Brasil não tem política pública para acabar com a pobreza, nem política para acabar com a desigualdade”, consta-

ta a economista. A instituição de programas de distribuição de renda mínima como o Bolsa Família demonstra que o país está mais consciente com as questões sociais e isso ocorre porque o Brasil retomou o crescimento econômico após trinta anos de estagnação.

Caetité e o processo de mineração. A luta pelos direitos humanos

Entrevista especial com Osvaldino Barbosa, padre

Confira nas Notícias do Dia de 26-05-2011

Acesse no link <http://bit.ly/lm1WFw>

A cultura do silêncio é explícita em Caetité. O único estudo que existe sobre a saúde das pessoas não levou em conta que quase 40% dos óbitos que ocorrem em Caetité são considerados causas não identificadas.

Câmara Setorial em debate

Entrevista especial com Amir Khair e Guilherme Delgado, economistas

Confira nas Notícias do Dia de 27-05-2011

Acesse no link <http://bit.ly/j5mqrw>

Empresários e sindicalistas estão unidos para tentar fortalecer a indústria brasileira e criar novos empregos no país. Em conjunto, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Força Sindical e os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo e do ABC, propõem a criação de uma Câmara.

Evento: IHU ideias - Junho 2011

Novo código florestal brasileiro: degradação da agricultura, aumento dos problemas sociais e destruição da natureza

Prof. Francisco Milanez - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e Fundação para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado (Ecofund)

Data: 02 de junho

Horário: Das 17h30min às 19h

Informações em www.ihu.unisinos.br



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

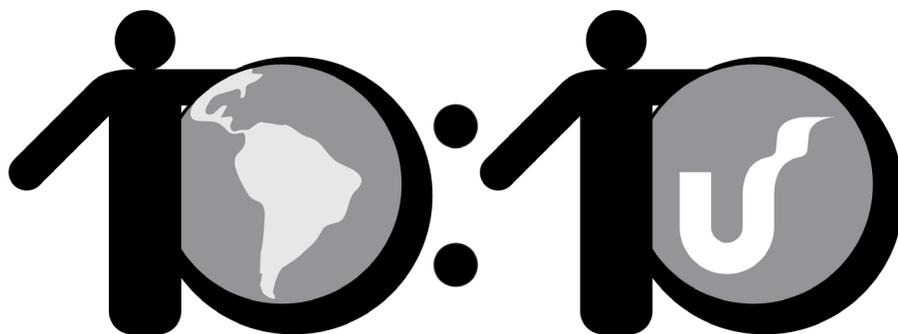
REDUZIR: uma atitude cada vez maior.

A **C**ampanha 10:10 Global surgiu em 2009 com a ideia de **reduzir** em 10% o **C**onsumo de carbono no mundo a partir de 2010.

Inspirada nessa ideia, a Unisinos implantou o projeto **10:10 Unisinos**, que iniciou no dia 10 de outubro de 2010 com o objetivo de reduzir em 10% a emissão de **carbono** na universidade.

CO₂

A Agência Experimental de Comunicação da Unisinos colaborou com essa campanha através da criação do logotipo.



Pra viver, tem que cuidar e fazer acontecer.

ABRACE ESSA CAUSA

Criada em julho de 2002, a Agexcom reúne em um único espaço professores, profissionais e estagiários dos cursos de Comunicação Social da Unisinos. A agência realiza trabalhos de criação e divulgação para diversos setores e cursos da universidade.

Além disso, é responsável pelo site de comunicação portal3.com.br, a revista Primeira Impressão e os jornais Enfoque e Babélia.

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 30-05-2011
<p>Evento: Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas Palestrante: Prof. Dr. Stefano Zamagni - Università di Bologna - Itália Tema: Oficina: Um debate sobre a Economia do Bem Comum hoje Horário: 15 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações em: http://bit.ly/jGf2KN</p>
<p>Evento: Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas Palestrante: Prof. Dr. Stefano Zamagni - Università di Bologna - Itália Tema: Conferência: Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas Horário: 19h30min às 22h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Mais informações em: http://bit.ly/jGf2KN</p>
Dia 1-06-2011
<p>Evento: ObservaSinós - Oficina Indicadores da Saúde Palestrante: MS. Veralice Maria Gonçalves - Banco de dados do Sistema Único de Saúde e MS. Eloir Antônio Vial - Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano Tema: Observasinos - Oficina Indicadores da Saúde Horário: 14h às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Mais informações em: http://bit.ly/IFLsnp</p>
Dia 2-06-2011
<p>Evento: IHU ideias - Junho 2011 Palestrante: Prof. Francisco Milanez - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e Fundação para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado (Ecofund) Tema: Novo código florestal brasileiro: degradação da agricultura, aumento dos problemas sociais e destruição da natureza Horário: 17h30 às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Mais informações em: http://bit.ly/k0ffe9</p>
Dia 4-05-2011
<p>Evento: Ciclo de Filmes e Debates: Sociedade Sustentável no Cinema Debatedor: Prof. Dr. Paulo Brack - UFRGS Exibição de Filme: Oceanos (Jacques Perrin, Jacques Cluzaud, 2009 - 104min) Horário: 8h30min às 11h30min Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Mais informações em: http://bit.ly/dfwPS</p>

Eventos

O fascinante mundo dos Oceanos

Nadar a dez nós ao lado de um cardume de atuns caçando, acompanhar os golfinhos, nadar com o grande tubarão branco... O filme Oceanos é sentir-se um peixe entre os peixes. A realização de Oceanos necessitou de quatro anos de filmagens em mais de cinquenta localizações diferentes. A equipe percorreu os oceanos do mundo. Das ilhas Cocos, no litoral do Costa Rica, à Ilha de Coburg (norte do Arctique) e Fernandina (oeste do arquipélago dos Galápagos). Esse mundo desconhecido e fascinante estará em debate no Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 4-06-2011, das 8h30min às 11h30min, quando será exibido o filme Oceanos, de Jacques Perrin e Jacques Cluzaud, dentro da programação do Ciclo de Filmes e Debates: Sociedade Sustentável e Cinema. O debatedor é o Prof. Dr. Paulo Brack - UFRGS. A atividade acontece na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros. Para mais informações, acesse <http://bit.ly/dfwPS>.



Oficina indicadores da saúde

Atividade do ObservaSinós, a oficina Indicadores da Saúde deseja promover uma formação a respeito do acesso, do tratamento e da análise das bases de dados do Datasus. Esta oficina compõe o conjunto de ações do Observatório, que tem como propósito analisar, sistematizar e publicizar indicadores socioeconômicos. Um outro objetivo é promover o debate sobre a realidade e as políticas públicas da região do Vale do Rio dos Sinós, em vista da afirmação de uma sociedade incluyente e sustentável. A oficina está marcada para 1-06-2011, das 14h às 17h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Os palestrantes são MS. Veralice Maria Gonçalves - Banco de dados do Sistema Único de Saúde e MS. Eloir Antônio Vial - Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano. Confira mais informações em <http://bit.ly/lFLsnp>.

Ciclo de cinema debate gêneros

Pensando em contribuir para o fim das opressões, discriminação e preconceito relacionados às diferenças de gênero, o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - Cepat, com o apoio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, oferece o ciclo de filmes Gênero e Cinema.

Oferecido durante um sábado por mês, das 8h30min às 12h, o evento ocorre em Curitiba-PR e propõe a desconstrução dos estereótipos assim como propõe novas definições. No dia 18 de junho, o longa-metragem Clube da Luta, dirigido por David Fincher, será debatido por Cesar Sanson, doutor em Sociologia. Em julho as discussões serão em torno de A Sedutora Madame Bovary, de Vincente Minnelli. Na ocasião, Miguel Gubert será o responsável pelo bate-papo, marcado para o dia 16. Inscrições podem ser feitas pelo e-mail cepat.cepat@terra.com.br. Informações: (41) 3349-5343

IHU Repórter

Cinara Pierotto

POR ANELISE ZANONI | FOTOS ARQUIVO PESSOAL

Aos 38 anos, a secretária executiva Cinara Pierotto é líder de equipe da Secretaria Compartilhada das Ciências da Comunicação, é ela a responsável por cuidar de demandas relacionadas a professores e alunos, incluindo o gerenciamento de informações entre docentes e as solicitações que envolvem o setor. Em entrevista pessoal à IHU On-Line, ela descreve a rotina atribulada e fala da responsabilidade de gerir pessoas.

“Todos são diferentes em uma equipe e por isso é importante captar a essência de cada um e com isso aproveitar o melhor”, diz. Confira o relato da secretária executiva.



Origens - “Sou italiana por parte de mãe e de pai e tenho duas irmãs. Sou casada e atualmente moro em Canoas-RS. Parte da minha família vive entre as cidades de Caxias do Sul, Santa Rosa, Goiânia e Curitiba. Minha descendência influenciou no meu estilo de vida. O principal ambiente da casa, por exemplo, é a cozinha, pois gostamos muito de reunir a família neste ambiente. Somos muito unidos e intensos.”

Escolhas - “Comecei minha vida acadêmica cursando Letras com ênfase em secretariado na Ulbra. Mas como o curso acabava discutindo mais a literatura e não as atividades de meu interesse como disciplinas das áreas de Administração, Direito, Comunicação e Língua Estrangeira, mudei para o curso de secretariado da Unisinos, pois o currículo era mais focado nestas áreas. Concluí a graduação e dois anos depois iniciei uma pós-graduação. Cursei o MBA em gestão de pessoas tendo como foco o trabalho na liderança de equipes. Por muito tempo, antes do emprego

atual, trabalhei em empresa familiar, com meu pai. Depois, fui contratada pela Federasul, desenvolvendo atividades nas áreas de Comércio Exterior e em eventos. Após o desligamento desta entidade, comecei a trabalhar na Unisinos na secretaria das Ciências da Comunicação. Após algum tempo de casa, houve a implantação da secretaria compartilhada, novo conceito de trabalho para este setor na instituição, quando passei a assumir um cargo de liderança da equipe, onde estou até hoje.”

Desafio - “O grande desafio, no trabalho, está na constante busca da superação. Trabalhar com atendimento exige dinamismo e muita dedicação. É preciso estar sempre atento e focado no cliente. Perceber o que é esperado e com isso ir além, superando as expectativas sempre.”

Docência - “Já fui convidada para lecionar na área de eventos por uma professora da casa em cursos fora da Unisinos, mas não penso em ingressar

na carreira docente neste momento.”

Plano de carreira - “Na Unisinos, acredito que ainda tenho muito a fazer e crescer. Estou com foco na equipe e nos processos da instituição alinhados ao planejamento estratégico. Quero estar cada vez mais envolvida e pronta para outras oportunidades. Algum dia penso em me envolver na área de decoração e paisagismo, pois é um ramo que me atrai muito.”

Lazer - “Gosto de assistir TV, principalmente programas sobre decoração. Também aprecio filmes e canais de notícia. Gosto de praticar esportes (musculação e corrida ao ar livre), leio e adoro estar entre amigos e família. Também aproveito para ficar com meu marido e curtir os finais de semana ao lado da minha enteada de um ano e onze meses, a Nathália.”

Mãe emprestada - “Não imaginava passar por esta experiência e agora que estou vivendo momentos muito